

17

ano 5 | junho 2014

Revista eletrônica de
estudos urbanos
e regionais

@metropolis

abu



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrópoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Marianna Olinger
Patrícia Ramos Novaes
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch

assistente

Daphne Besen

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª. Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 17 ▪ ano 5 | junho de 2014

A Revista E-Metropolis chega a sua décima sétima edição e apresenta em seu artigo de capa uma reflexão acerca das inter-relações entre esporte, cidade e território. Em **Territórios da “radicalidade”: as primeiras pistas de skate no Brasil (1976-1979)**, Leonardo Brandão busca analisar historicamente como o skate (uma invenção norte-americana) chega ao Brasil na década de 1960, acolhido inicialmente pelos adeptos do surfe, o que lhe rendeu a alcunha de “surfe de asfalto”. Já nos anos 1970, o skate adquire mais autonomia, em relação ao surfe, por meio da construção de pistas para a sua prática, bem como devido sua posterior institucionalização como um “esporte radical”. Em sua prática, o skate manteve e mantém relações com o exercício de novas corporalidades e com a formação de novos territórios urbanos, onde categorias como corpo, espaço e território se constituem mutuamente.

No artigo seguinte, **Da rua ao boulevard: a influência da proposta dos eixos estruturais lineares de Jorge Wilhelm em Curitiba, no planejamento urbano de Maringá/PR**, Elise Savi e Fabíola Cordovil retomam aspectos do processo de planejamento urbano e regional do Paraná, na década de 1960, com o objetivo de mostrar suas ressonâncias na atualidade. Foi a partir da proposta de regionalização constante no Plano de Desenvolvimento do Paraná, elaborado pela SAGMACS em 1963, que foram concebidos os planos diretores de desenvolvimento dos principais municípios paranaenses, como o de Curitiba em 1966, o de Maringá em 1967 e o de Londrina

em 1968. Em **Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia**, Thiago Canetti reflete sobre a questão da moradia a partir de processos que envolvem o acesso à habitação hoje: as ocupações, as remoções e a luta pela moradia.

O artigo **Sete jogos, nenhum índio**, de João Luiz Pereira Domingues, toma como estudo de caso os recentes acontecimentos em torno da Aldeia Maracanã, localizada na cidade do Rio de Janeiro, dedicando-se à análise das relações entre “as políticas culturais, a esfera pública e o território”. Deste modo, o autor argumenta que os diversos tipos de políticas culturais sofrem os efeitos das políticas de regulação urbana, entre os quais destaca o atrofamento da diferença e da diversidade em decorrência dos processos de mercantilização urbana. Com esse debate, João Domingues pretende contribuir para uma historiografia dos movimentos culturais insurgentes.

Em **Áreas protegidas e planejamento estratégico “ecologizado”: a Operação Urbana do Isidoro (Belo Horizonte, Minas Gerais)**, Ana Carolina Pinheiro Euclides busca pensar o papel das áreas protegidas urbanas diante das atuais políticas metropolitanas, tendo como referência os processos em torno da constituição da Operação Urbana de Isidoro, ocorrida na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. De acordo com a autora, tal caso demonstraria como o empreendedorismo urbano seria capaz de articular a supremacia do discurso ambientalista com a dura realidade ambiental de nosso país, de modo a atender aos interesses do capital.

Luciana da Silva Andrade, Juliana Demartini e Rogério Cruz, em **A Banalidade do Mal na Arquitetura: desafios de projetos do Programa Minha Casa Minha Vida**, buscam problematizar a postura profissional dos arquitetos no Brasil frente à baixa qualidade físico-espacial dos empreendimentos produzidos por esse programa habitacional. As reflexões contidas no artigo são resultado de pesquisas empíricas atualmente em curso, e também dos resultados de duas oficinas de projeto realizadas com alunos e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta edição tem como entrevistada a professora Maria Lígia de Oliveira Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em entrevista realizada por Carolina Zuccarelli, intitulada **O sistema de ensino superior e a formação do homem culto**, Maria Lígia discorre sobre a relação complexa entre o funcionamento do sistema de ensino superior e os mecanismos de produção e organização das desigualdades nas sociedades modernas. Temos também o ensaio fotográfico **Desafios à corporificação do direito à vida no espaço urbano da metrópole carioca**, de autoria de Débora Santana de Oliveira, que explora as contradições envolvidas nos discursos sobre o “restabelecimento” da paz na metrópole carioca. E por fim e resenha feita por Eliana Kuster sobre o livro **Dicionário Amoroso de Salvador**, de João Filho.

Desejamos a todos uma boa leitura. ■

Índice

nº 17 • ano 5 | junho de 2014

Capa

- 06** Territórios da “radicalidade”: as primeiras pistas de skate no Brasil (1976 - 1979)
Territory of “radicality”: the first skate parks in Brazil
Por Leonardo Brandão

Artigos

- 12** Da rua ao boulevard: a influência da proposta dos eixos estruturais lineares de Jorge Wilheim em Curitiba, no planejamento urbano de Maringá/PR
From the street to the boulevard: the influence of Jorge de Wilheim’s structural linear axis proposal in Curitiba, in Maringá/PR urban planning
Por Elise Savi e Fabíola Castelo de Souza Cordovil
- 22** Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia
Occupations, evictions and the struggle in urban space: the housing matter
Por Thiago Canetti

- 30** Sete jogos, nenhum índio
Seven games, no indians
Por João Luiz Pereira Domingues
- 41** Áreas protegidas e planejamento estratégico “ecologizado”: a Operação Urbana do Isidoro (Belo Horizonte, Minas Gerais)
Protected areas and “ecologized” strategic planning: the Isidoro’s (Belo Horizonte, Minas Gerais) Urban Operation
Por Ana Carolina Pinheiro Euclides
- 52** A banalidade do mal na arquitetura: desafios de projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida
The banality of evil in architecture: challenges of the program Minha Casa, Minha Vida
Por Luciana da Silva Andrade, Juliana Demartini e Rogério Cruz

Entrevista

- 62** O sistema de ensino superior e a formação do homem culto
The higher education system and the construction of the educated man
Por Maria Lígia de Oliveira Barbosa

Ensaio

- 66** Desafios à corporificação do direito à vida no espaço urbano da metrópole carioca
Challenges to the embodiment of the right to life in urban areas of Rio metropolis
Por Débora Santana de Oliveira

Resenha

- 70** Das paixões despertadas pelas cidades
The passions aroused by cities
Por Eliana Kuster

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por **Sergi Arbusà**. Formado em Belas Artes, especializado em escultura pela Universitat de Barcelona e pela Nottingham Trent University, Inglaterra. É fundador e criador do coletivo artístico Penique productions. Trabalha como artista em diferentes meios e mora entre Barcelona e Rio de Janeiro.
sergiarbusa@gmail.com | www.sergiarbusa.com



Leonardo Brandão

Territórios da “radicalidade”

as primeiras pistas de skate no Brasil (1976 - 1979)

Resumo

Quando foram construídas as primeiras pistas de skate no Brasil? Qual uso corporal e que sentido lhes atribuíram seus primeiros praticantes? De que modo essas pistas se articulam com o aparecimento do termo “radical” nos esportes? Este artigo visa a responder essas questões. Seu objetivo é o de pensar as transformações nos espaços urbanos a partir do início das primeiras pistas de skate na década de 1970, atinando também para o modo como essas pistas possibilitaram a emergência de um renovado movimento esportivo nas grandes e médias cidades do Brasil.

Palavras-chave: Skate; Território; Cidade; Esporte.

Abstract

When were built the first skateparks in Brazil? What body use and meaning attributed to them their first practitioners? How these skateparks are articulated with the emergence of the term “extreme” in sports? This article aims to answer these questions. Your goal is to think of the transformations in urban spaces from the beginning of the first skateparks in the 1970s, also atining for how these parks allowed the emergence of a new sports movement in large and medium cities in Brazil.

Keywords: Skateboard; Territory; City; Sport.

Leonardo Brandão

é doutor em História pela PUC-SP e professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

brandaoleonardo@uol.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O uso de bicicletas e o recorrente crescimento da Caloi e da Monark, a promoção de patins, skates, asas voadoras, do surf e do windsurf e o frenesi das discotecas do final da década de 70 já se tornavam alguns dos símbolos da juventude e, em geral, incluíam a necessidade de ser veloz tanto no uso do tempo quanto no consumo dos espaços. Denise Bernuzzi de Sant'Anna (*SANT'ANNA*, 1994, p. 99)

O skate foi uma invenção norte-americana que se globalizou. No Brasil, ele foi introduzido em meados da década de 1960 na cidade do Rio de Janeiro, num período no qual diversas atividades corporais originalmente inventadas na Califórnia se expandiram e, na expressão de Miguel Cornejo Améstica, “correram o mundo” (Améstica, 2006, p. 42). Segundo depoimentos, o skate foi descoberto através de alguns surfistas cariocas que surfavam no Arpoador e que acabaram por saber da existência do skate nas páginas de revistas norte-americanas destinadas ao surfe, como a *Surfer* e a *Surfing*, as quais passaram a exibir, além do surfe, também imagens de skate (Brandão, 2009, p. 335).

Nesta época o skate era geralmente representado como uma derivação do surfe, sendo até mesmo conhecido pelo nome de “surfinho” ou “surfe de asfalto” (Brandão, 2012, p. 26). No início os skatistas (ou “surfistas de asfalto”) apenas desciam ladeiras imitando algumas manobras que os surfistas realizavam nas ondas do mar. Na segunda metade da década de 1970, entretanto, a prática começou a sofrer um processo de esportivização, ganhando publicações especializadas (As revistas *Esquete*, Brasil Skate e o *Jornal do Skate*), pistas (*Wave Park*, *Alpha-ville*, *Gaúcho* e outras), campeonatos, juizes etc. Esse movimento está na origem do que hoje é conhecido como skate vertical, atividade constantemente noticiada pela mídia televisiva como “esporte radical” e que se vale de grandes rampas – as quais se parecem com uma grande letra “U” – para a realização dos treinos e competições.

Este artigo tem por objetivo historiar o surgimento das primeiras pistas de skate no Brasil, as quais começaram a ser construídas durante a segunda metade da década de 1970, relacionando-as tanto com a invenção de um jogo mais “radical” com a corporalidade quanto com a formação de novos territórios nos espaços urbanos de grandes e médias cidades.

O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS PISTAS DE SKATE

No decorrer da segunda metade da década de 1970 diversos elementos começaram a caracterizar o skate como uma atividade em vias de se tornar um esporte no Brasil. Tais acontecimentos foram gerando uma modificação nas representações que o percebiam como uma derivação do surfe para, aos poucos, perceberem-no como uma prática com certa autonomia. A revista *Veja*, por exemplo, que no ano de 1973 havia noticiado a existência de um pequeno grupo de “surfistas do asfalto” em São Paulo, em novembro de 1976 já se mostrava espantada com o crescimento no número de praticantes dessa atividade.

Há quatro anos, quando os primeiros adeptos do skate – mini prancha de madeira sobre rodas, à moda de um patim – deslizavam por ladeiras do Rio de Janeiro e São Paulo, não sabiam como podia terminar a brincadeira. [...] O incipiente número inicial de skatistas, que não passava de uma centena, chega hoje perto dos quatro mil. Lojas especializadas na venda de equipamentos igualmente se multiplicam – seus preços variam entre 120 e 1200 cruzeiros – enquanto seis fábricas fazem sair de suas linhas de produção desde simples pranchas de madeira até transparentes skates de acrílico. E no último dia 24, finalmente, houve o I Campeonato Nacional de Skate, realizado no Rio, com 300 participantes – além de cariocas, havia representantes de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Além do crescimento no número de praticantes, os novos elementos que ajudaram a impulsionar essa atividade se deram através do aparecimento de lojas, fábricas especializadas, campeonatos e, principalmente, com a construção das primeiras pistas específicas para a prática do skate em transições.

Algumas das principais pistas de skate que surgiram no Brasil durante a segunda metade da década de 1970 foram inspiradas nas pistas construídas na Califórnia/EUA, sendo que essas, por sua vez, surgiram a partir do uso do skate em piscinas vazias provenientes de uma seca que assolou este Estado no início da década de 1970. Charles Putz, responsável pela construção, no ano de 1977, de uma pista de skate na cidade de São Paulo, chamada “Wave Boys – Gledson”, relembra que

Na viagem de férias aos EUA de 1976 para 1977, escapei da família e fui visitar as pistas da Califórnia. [...] No retorno ao Brasil a determinação

de realizar o sonho de ter uma pista levou-me a encontrar um terreno, negociar carência de aluguel até que a pista ficasse pronta e buscar patrocínio. Quase fechei patrocínio com a *Ellus*, importante *jeanswear* que investia no mercado jovem, mas acabei conseguindo oferta melhor da concorrente *Gledson*. A pista se chamaria *Wave Park – Gledson*. No início, engenheiros, arquitetos e mestres de obra não entendiam bem o que eu queria fazer. Montei maquetes, mostrei fotos das pistas da Califórnia, e chegamos a montar rampas de madeira. As obras começaram e no dia 07/07/1977 dei a primeira volta de skate no primeiro pedaço que estava cimentado.

Como podemos perceber nesse depoimento, a influência das pistas existentes na Califórnia foi determinante para que surgisse no Brasil a ideia de se investir na construção de espaços específicos para o skate.

O surgimento dessas pistas trouxe novidades significativas. Muitas cidades do Brasil chegaram a construir pistas específicas para essa atividade durante a segunda metade da década de 1970, sendo que algumas delas encontram-se ainda preservadas. Com as pistas, rampas e transições, os skatistas passaram a executar manobras que exigiam uma plasticidade e leveza nos movimentos muito maior do que os realizados originalmente na horizontalidade das ruas ou nos declives das ladeiras. Era o início dos primeiros truques de levitação, chamados posteriormente de “aéreos”, no qual tanto o skate quanto o corpo do skatista decolam e permanecem no ar por alguns segundos até manter o contato novamente com a rampa.

A construção da primeira pista de skate no Brasil ocorreu no município de Nova Iguaçu/RJ. Localizada no Centro de Lazer “Ricardo Xavier”, ela foi inaugurada em 04/12/1976, projetada pelo engenheiro Henrique Reina e construída na época da prefeitura de João Batista Lubanco. Essa pista existe até hoje e encontra-se em bom estado de conservação. Em São Paulo, a primeira pista que temos notícia foi inaugurada no ano de 1977, projetada pelo arquiteto Reinaldo Pestana e construída dentro das dependências do *Alphaville Tênis Clube*.

No final da década de 1970 as pistas de skate, na expressão de Cesar Chaves, “explodiam por todo o Brasil” (Chaves, 2000, p. 17). Marco Antonio Berto, um skatista “veterano”, mais conhecido pelo apelido de “Paneleiro”, residente no interior do Estado de São Paulo, afirma que nesta época surgiram muitas pistas de skate. Ele recorda que

Em Araraquara a primeira pista foi o Carranca, construída no ano de 1977, e por volta de 1978, 1979, foi construída outra no Clube Náutico.

Também nesses anos de 1977 e 1978, cheguei a andar numa pista (*banks*) com 90 graus na cidade de São José do Rio Preto, que ficava localizada na tradicional Avenida Andaló. Na cidade de Catanduva, nessa mesma época, construíram uma pista de skate com um *snake* e dois *banks*. Outro lugar que andei, isso em 1978, foi no mirante em Jundiá, que tinha um *snake* gigante e um *banks* perfeito.

Além dessas, numa lista longe de ser exaustiva, também podemos (entre esses anos de 1978 e 1979) citar a construção de pistas de skate em diversas outras cidades: Osasco/SP (“pista do bairro Jardim das Flores”), Bauru/SP (“rampa do Silva”), Florianópolis/SC (“pista de Jurerê”), Taquara/RS (“pista de skate do Grêmio Esportivo União”), Viamão/RS (“*Swell-Skatepark*”), Volta Redonda/RJ (“Redonda Skate Park”), Porto Alegre/RS (“pista de skate do Parque da Marinha”), Novo Hamburgo/RS (“o *Ramon’s Bowl*”), Santos/SP (“*HomeroSkatePark*”) e, entre outras, a pista do “Gaúcho” de Curitiba/PR, que em sua inauguração contou com a presença do presidente da República do período, o militar Ernesto Geisel (Brandão, 2012, p. 112).

Esse fenômeno das pistas de skate (*skateparks*), que começava a surgir no Brasil como uma forma de organizar o espaço para esta atividade outrora somente praticada nas ruas das grandes e médias cidades, foi noticiado – e estimulado – pela mídia impressa (seja as revistas especializadas em skate ou mesmo algumas publicações direcionadas a um público mais amplo) como algo positivo para a estruturação dessa atividade como um “esporte”. É através dessas pistas, portanto, que podemos observar o estabelecimento das primeiras relações do esporte com a prática do skate.

Para muitos dos skatistas do período, deslizar por ondulações de concreto e poder arriscar truques de “voo” em suas rampas certamente era algo muito mais desafiador, novo e emocionante do que a prática do skate pelas ruas e ladeiras das cidades. Segundo depoimento do skatista Luís Roberto “Formiga”, no ano de 1977, quando ele desceu – pela primeira vez – as rampas da *Wave Park*, sentiu uma “sensação desafiadora” e, depois disso, começou “a sonhar diariamente” com as transições de concreto, fato que o fez “levar este esporte a sério”.

A questão é que podemos perceber na construção desses espaços, tidos como “próprios” ao skatismo, um dos primeiros passos (senão o primeiro) que direcionou essa atividade para os rumos do “esporte”. Pois se as pistas possibilitavam reunir os skatistas num mesmo espaço, não tardaria para alguém ter a ideia de treiná-los, formar equipes e, com elas, transformar o skate numa atividade de competição.

Evidentemente, transformar o skate em um “esporte” era algo interessante do pontodevista econô-

mico. Como apontam Ana Márcia Silva e Iara Regina Damiani, a esportivização é a contraface do processo de espetacularização e está vinculada à transformação das práticas corporais em mercadoria (Silva; Damiani, 2005, p. 21). Mais pistas de skate significariam mais skatistas, fábricas especializadas, controle, anunciantes, publicidades etc. Enfim, mais pessoas lucrando e investindo dinheiro nessa atividade juvenil. Neste ponto em específico, para muitos skatistas e para os empresários que estavam organizando o skate como um “esporte”, as pistas só poderiam representar, metaforicamente, uma espécie de “mais-valia”.

Além disso, não podemos nos esquecer que uma dimensão não negligenciável do esporte concerne à arquitetura, a qual pode ser compreendida com “discurso material”, induzindo e uniformizando comportamentos, atividades corporais etc. Pois de fato poderíamos questionar essa extensa e intensa universalização de aparatos arquitetônicos desenhados para submeter o corpo à lógica esportiva. Uma quadra poliesportiva, uma moderna e equipada academia de ginástica, ou, neste caso, uma pista desenhada exclusivamente para o skate, evidenciam a existência de um “tipo” de investimento que visava tanto a legitimar espaços aceitáveis para essas práticas quanto, também, a educar o corpo para que lá permanecessem, treinassem e entrassem em atividade. Certamente, foi através da padronização dos espaços que o esporte e todo o seu aparato revelaram não apenas saberes mas um estilo de vida que passou a ser consumido para além da prática em si; isto é, ao estabelecer um espaço, ele também engendrou o aparecimento de competições, equipes, técnicos, juízes, roupas especializadas e muitos outros fatores articulados a formação de um “campo esportivo” (Bourdieu, 1983, p. 137).

OS JOGOS DE VERTIGEM E A INVENÇÃO DA RADICALIDADE

Ao possibilitar manobras em pistas com rampas verticais, o skate tornou-se mais atrativo para uma maior quantidade de praticantes, principalmente pela sensação de emoção que a velocidade e os saltos passaram a proporcionar. Esses saltos, segundo o pesquisador Christian Pociello, representariam o momento máximo dessa atividade, pois induziam o corpo a um estado físico e psicológico extremamente excitado. Em sua busca por descrever esses momentos extremos, Pociello argumentou que

Dir-se-ia que nesses novos esportes se impõe um jogo cibernético do corpo, pois neles a energia consumida é mínima, mas a informação tratada é máxima, e o sistema homem-máquina oscila sempre entre dois limites extremos, que se consegue

controlar por regulações sutis. Assim, poder-se-á brincar de sentir medo no ar, [...] nas subidas ou nas descidas, no vazio que beira a catástrofe, de forma a experimentar realmente as sensações excitantes dos sonhos de voo, ou saborear essa dinâmica mais modesta do salto... Luta contra a dissipação e fascinação por um retorno... Libertação embriagadora, não seria mais que um instante do peso, que é o paradigma de todas as dificuldades (Pociello, 1995, p. 118).

No ano de 1977, ao ter seu perfil publicado na segunda edição da revista *Esquete*, o jovem Armando Homero Vieira Pinto confessava que “a rampa me excita muito, nela eu vejo os grandes momentos do skate, me sentindo mesmo encorajado a ponto de não perceber o perigo constante por que passo, mas, afinal, todo esporte violento dá emoção, e é dela que a gente vive”. Sem dúvida, como apontado pelos sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning, o risco é um fator que pode contribuir para a excitação agradável, sendo “a excitação, por assim dizer, o condimento de todas as satisfações próprias dos divertimentos” (Elias; Dunning, 1992, p. 116).

Em maio de 1978, na edição de estreia da segunda revista especializada sobre skate no período, chamada *Brasil Skate*, um texto de autoria de Sávio Visconti Filho se pronunciava a esse respeito,

Com a rápida popularização do skate no Brasil, as rampas começam a tomar um lugar importante na vida de qualquer skatista [...], (elas) abrem uma nova perspectiva para o skatismo, com elas, o nível dos skatistas melhorará consideravelmente, como também o crescente número de adeptos, que dia a dia irão ajudando a formar este nosso bonito e radical esporte.

Podemos observar, na citação acima, o termo radical sendo associado ao skate. O outrora “surfinho” passava a ser associado ao termo “esporte”, sob a denominação “radical esporte”. Assim, essas revistas, ao mesmo tempo que associavam a palavra “skate” ao termo “esporte” – e agora o acoplando ao “radical” –, divulgavam com isso novas possibilidades de saltos e aéreos.

No campo da Sociologia, o francês David Le Breton é, sem dúvida, um dos principais autores que vem se dedicando a estudar e analisar essas atividades que acabaram por expor fisicamente o corpo ao perigo (Le Breton, 2006, p. 87). De forma similar ao que estamos apontando, Le Breton também defende que foi a partir do final da década de 1970 que essas práticas corporais se desenvolveram e disseminaram o gosto pelas sensações de deslizamento – para falar em “deslizamento” ele se utiliza da palavra em francês “*glisse*” – privilegiando o gosto pelo desafio, pelas

sensações de vertigem e risco controlado.

A principal tese de David Le Breton é a de que o virtuoso êxito dessas atividades nas últimas décadas (vide a grande quantidade de praticantes, campeonatos, patrocínios etc.) representaria um rito ordálico contemporâneo, isto é, uma espécie de enfrentamento metafórico com o perigo no qual seus praticantes visariam a uma transcendência pessoal, um “viver mais” (Le Breton, 2009, p. 2).

Ao ler Le Breton, podemos observar que para desenvolver a tese do “rito ordálico” ele se utiliza de uma comparação entre a antiguidade e a contemporaneidade. Pois o ordálio é um rito judiciário conhecido desde os tempos antigos, no qual o acusado de algum delito é posto sob uma prova perigosa (caminhar sobre brasas, por exemplo) e, ao sair ileso, faz de tal acontecimento uma prova “divina” de sua inocência. Apropriando-se dessa prática como metáfora sociológica, Le Breton afirma que na contemporaneidade não há, como outrora havia, uma cerimônia judicial. Mas sim existe uma espécie de “rito” diferenciado no qual o praticante de alguma atividade física, dita “radical”, ao tentar uma manobra arriscada (um salto muito alto, por exemplo), estaria realizando uma espécie de rito oracular, ou, em outras palavras, buscando por essa experiência de êxtase corpóreo uma legitimidade e um valor existencial para si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O skate, assim como muitas outras práticas corporais como o surf, windsurf, BMX, entre outras, trouxe não só uma proposta diferenciada de exercícios físicos mas uma própria mudança no que se convencionou classificar como “esporte”. Podemos notar em sua prática uma tendência à estetização e produção de novos gestos e investimentos corporais, individualizando com maior ênfase os comportamentos em oposição aos esportes de jogo coletivo. Além disso, foi possível observarmos que uma vez introduzida a sua prática no país, houve a requisição por novos espaços de exercícios, os quais não correspondiam aos já elaborados para as práticas esportivas tradicionais. Como assinalou o pesquisador Christian Pociello, o skate “produz novos gestos acrobáticos ou aéreos, permite a exploração de novas energias, busca novas sensações e abre novos espaços de jogos” (Pociello, 1995, p. 117).

De fato, a busca pela vertigem como uma prazer corporal é um dado da contemporaneidade que foi sendo construído socialmente ao longo do século XX e, ao entrar no circuito da cultura de massas, ganhou projeção e valorização social. Assim, por exemplo,

antes mesmo da proliferação dessas práticas corporais que Pociello intitulou como “esportes californianos”, o antropólogo francês Roger Caillois, em 1958, já identificava algumas dessas atividades de risco (ele faz menção mais propriamente ao *skit*) como jogos de vertigem que buscavam vivenciar situações máximas de êxtase (Caillois, 1990, p. 43).

O fascínio pela vertigem, pela velocidade e pelas experiências de risco passou a encontrar respaldo nessa prática “mais radical” do skate em rampas, sendo que essas, quase sempre, fizeram-se como práticas ligadas à juventude e, portanto, como algo que pudesse oferecer alguma identidade.

Por este viés, podemos muito bem observar essas novas manobras de skate enquanto metáforas de desejos mais amplos, e assim nos perguntar se a rápida adesão de uma quantidade significativa de jovens a esta prática não se deu por ela representar vontades latentes, especialmente na vivência de uma nova condição juvenil própria da segunda metade da década de 1970. A questão é que a experiência da instantaneidade passou a fazer com que cada momento fosse procurado em sua máxima capacidade, e isso significava afirmar que “não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento – por mais breve e fugaz que seja” (Lacroix, 2006, p. 145).

Muitos jovens que procuraram se inserir no movimento do skatismo o fizeram porque perceberam nessa prática um modo de alcançar prazeres intensos e momentos, embora fugazes, de extrema excitação. De fato, o gosto pelo risco era (e ainda é) algo inerente a essas manobras “radicais”, vistas como o ponto extremo dessa atividade e, portanto, ambicionadas não somente em função de sua exibição em campeonatos ou torneios mas, também, como uma forma de superação de si, dos medos, receios e possibilidades do corpo no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMÉSTICA, Miguel Cornejo; CLAVERÍA, Alejandro Villalobos; ETCHEPARE, Gamal Cerda. El skate urbano juvenil: una práctica social y corporal entiempos de la resignificación de la identidad juvenil chilena. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, n. 1, p. 39 – 53, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, Leonardo. **Por uma história dos “esportes californianos” no Brasil**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- BRANDÃO, Leonardo. “O surfe de asfalto”: a década-

- da de 1970 e os momentos iniciais da prática do skate no Brasil. In BRANDÃO, Leonardo; HONORATO, Tony (orgs). **Skate & Skatistas: questões contemporâneas**. Londrina: Ed. UEL, 2012.
- BRANDÃO, Leonardo. A introdução dos esportes californianos no Brasil: apontamentos para o início de uma discussão. **Fronteiras**, v. 11, n. 19, p. 327-348, 2009.
- CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CHAVES, Cesar. Anos 70. In BRITTO, Eduardo (org.). **A Onda Dura: 3 Décadas de Skate no Brasil**. São Paulo: Parada Inglesa, 2000.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- LACROIX, Michel. **O culto da emoção**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- LE BRETON, David. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- POCIELLO, Christian. Os desafios da leveza: as práticas corporais em mutação. In SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. (org^a). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1995.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O prazer justificado: História e Lazer (São Paulo, 1969/1979)**. Editora Marco Zero, 1994.
- SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina. As práticas corporais na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. In SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina(orgs.) **Práticas corporais**. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, 2005. ■

Elise Savi e Fabíola Castelo de Souza Cordovil

Da Rua ao Boulevard

a influência da proposta dos eixos estruturais lineares de Jorge Wilhelm em Curitiba, no planejamento urbano de Maringá/PR

Resumo

Analizamos a difusão das ideias de planejamento urbano aplicadas pelo arquiteto Jorge Wilhelm no Plano Diretor de Desenvolvimento de Curitiba-PR, na década de 1960, ao município de Maringá. Conjunturas favoráveis possibilitaram a transferência de conhecimento entre a capital e o interior, tais como as estratégias de planejamento formuladas pelo Governo do Estado do Paraná para o desenvolvimento regional, além do estudo da SAGMACS (Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) que orientou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá em 1967. A proposta de eixos lineares de Curitiba influenciou o plano de Maringá que não foi executado. Recentemente este conceito voltou à tona com a transformação da Avenida Colombo em um eixo residencial, chamado de boulevard. Os parâmetros urbanísticos de adensamento são similares à ideia de Curitiba, voltados para classes de maior poder aquisitivo.

Palavras-chave: Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, Plano Diretor de Desenvolvimento de Curitiba, eixos estruturais lineares.

Abstract

We analyzed the diffusion of urban planning ideas applied by architect Jorge Wilhelm in the development master plan of Curitiba, in the 1960's, into the city of Maringá. Favorable conjunctures made possible the knowledge transference between the capital and the inner cities, such as the planning strategies formulated by the Government of Parana for regional development, beyond the studies of SAGMACS (Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) which oriented the elaboration of Development Master Plan of Maringa in 1967. The proposal of linear axes from Curitiba influenced Maringá plan, which wasn't executed. Recently this concept resurfaced with the transformation of Avenida Colombo into a residential axis, called boulevard. The urban parameters of densification are similar to Curitiba's, which is turned to major purchasing power classes.

Keywords: Development Master Plan of Maringa, Development Master Plan of Curitiba, linear structural axes.

Elise Savi

é arquiteta e urbanista da Prefeitura do Município de Maringá (Secretaria de Planejamento Urbano). Tem experiência na área de Planejamento e Projeto Urbano, Habitação Social e Mobilidade Urbana.

elisesavi@gmail.com

Fabíola Cordovil

é doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora do Observatório das Metrôpoles - núcleo Maringá, professora adjunta e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá.

fabiolacordovil@gmail.com

INTRODUÇÃO¹

A formação da cidade de Maringá, localizada no norte do estado do Paraná, partiu de um plano urbanístico projetado e viabilizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, dentro de um empreendimento agrícola imobiliário de ocupação de 515 mil alqueires no norte e noroeste do Paraná. A história da ocupação do norte paranaense vincula-se à evolução da cultura do café no Brasil. A cafeicultura estabeleceu-se como a principal atividade da economia paranaense a partir de meados da década de 1940. Sobre o processo de ocupação do norte e noroeste do estado, o geógrafo Pedro Calil Padis (1981, p. 117) assegura que “...não constitui nenhum exagero afirmar-se que a história da ocupação desta área confunde-se, amplamente, com a evolução da economia cafeeira ali registrada”.

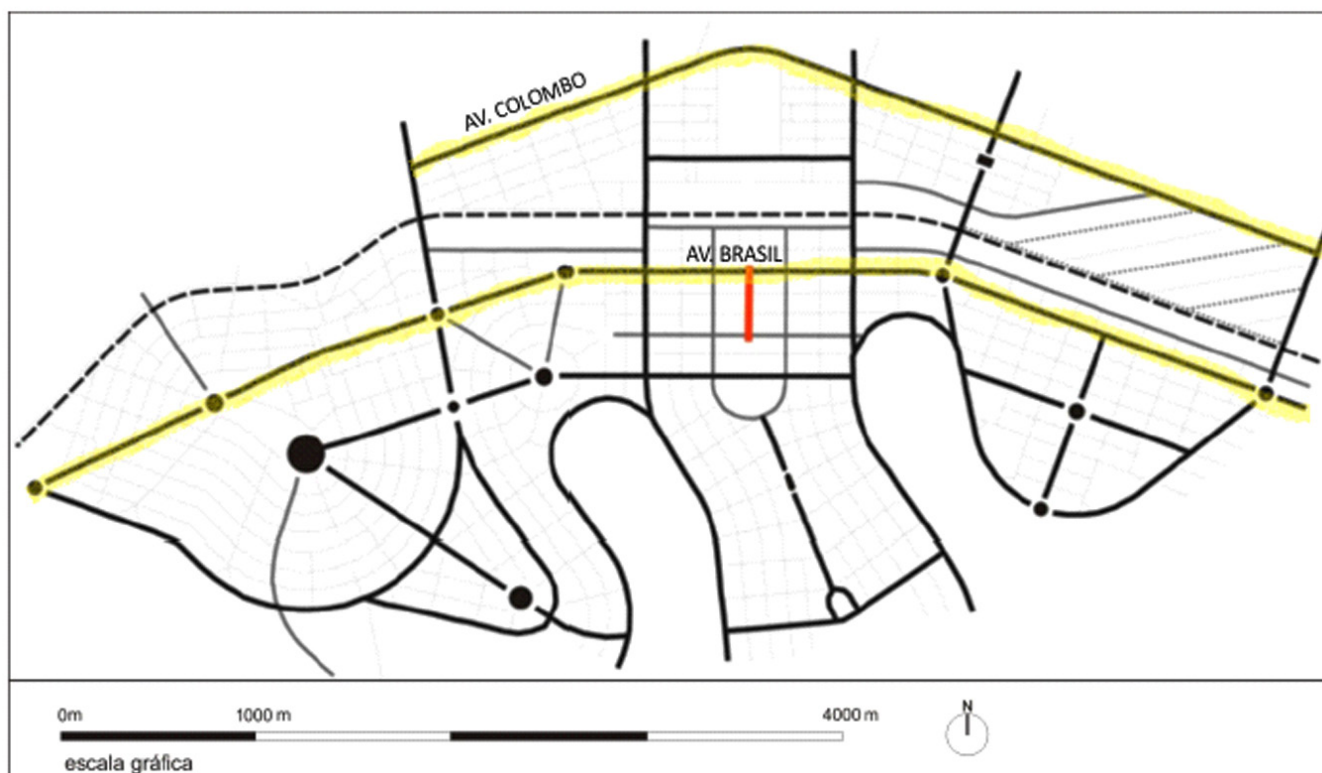
Maringá foi desenhada pelo engenheiro paulistano Jorge de Macedo Vieira através de “concepção fortemente permeada pela ideia de cidade-jardim de Ebenezer Howard, entre outras influências europeias e norte-americanas” (Cordovil; Rodrigues, 2010). O projeto foi totalmente executado em 1947, ocupando uma área de 1.583,66 ha, considerando abrigar uma

população de 200.000 pessoas (Luz, 1997). Atualmente possui 385.753 habitantes (IBGE, 2013). O plano inicial se destaca por uma série de elementos que lhe atribuem qualidade urbanística, entre eles verificamos a preocupação de Vieira em hierarquizar as vias, destacando avenidas largas (35 a 45 metros de largura) e ruas locais (16 a 20 metros de largura). As vias foram cuidadosamente adequadas à topografia do sítio, levando em consideração o sistema de drenagem urbana. Aliado a isto, o urbanista reservou dois grandes bosques com reserva de mata nativa que perduram até hoje contribuindo, juntamente com a farta arborização urbana, para a imagem de cidade verde.

O percurso principal de acesso à cidade e de escoamento de mercadorias era constituído, em sentido longitudinal ao plano, pela Avenida Brasil e a linha férrea (figura 1). Ambas formavam o eixo rodoferroviário de penetração criado pela CMNP para facilitar o acesso a novas áreas e permitir o escoamento rápido e seguro à produção da região, além de assentar núcleos urbanos básicos de colonização ao longo do eixo. Nesse eixo, inseriram-se inúmeras ramificações e nos cruzamentos localizaram-se as cidades. Todos os lotes eram articulados por caminhos e havia nas proximidades um centro comercial (Monbeig, 1984). Portanto, a Avenida Brasil dava acesso aos municípios de Sarandi e Londrina pelo leste e de Paranavá e Campo Mourão pelo oeste. O plano era delimitado a norte pela Avenida Colombo.

Figura 1: Hierarquização viária do plano de Maringá. Em vermelho, o eixo central, que mede 46m de largura. As vias em preto medem 35m e as vias cinzas medem 30m.

¹ Este artigo foi apresentado no XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, realizado na cidade de Recife-PE, em maio de 2013.



A abordagem deste texto trata de resgatar as propostas apresentadas no Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, de 1967, para o ordenamento viário da cidade, e a aproximação destas propostas com a solução apresentada para Curitiba, considerada por Oliveira (2000) o único exemplo de sucesso no campo do planejamento urbano brasileiro. A ressonância dessa ideia de ordenamento do território foi possível dentro de um cenário propício, conforme descrito a seguir.

A INFLUÊNCIA DA SAGMACS NO PLANEJAMENTO URBANO NO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1950-1960

Ainda na década de 1950, o plantio do café sucumbiu ao clima demonstrando a fragilidade desta cultura². Também neste período se iniciou a política industrializante no Paraná. Com o objetivo de diagnosticar a economia do estado, foi criada, em 1958, a PLADEP - Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. Constatava-se, naquele momento, que os mecanismos de apropriação da renda do café se destinavam a São Paulo, já que o escoamento da produção se dava no porto de Santos. No início dos anos 1960 foi fundada a CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná. Este órgão representou “a consciência de que não adiantava se aventurar em políticas de desenvolvimento e industrialização sem programas ou sem conhecer as deficiências da economia local” (Dudeque, 2010, p. 107). O Governo do Estado contratou, então, o Plano de Desenvolvimento do Paraná, que foi elaborado em 1963 pela SAGMACS - Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. A SAGMACS foi um organismo vinculado e influenciado pelo grupo francês *Mouvement Économique et Humanisme*, coordenado pelo Pe. Lebret (Cestaro, 2009), e havia realizado estudos para a Aglomeração Paulistana (1957) e para a Aglomeração de Belo Horizonte (1961).

O estudo elaborado pela SAGMACS tentou inserir a ideia de planejamento integrado ao Paraná, que melhoraria não só as estruturas políticas e econômicas mas também o nível de vida da população marginalizada. Ou seja, estabeleceu-se a ideia de analisar as

idades considerando os problemas sociais e a relação destas com seu entorno, prevendo um planejamento regional. Para tanto, o estudo definiu alguns centros regionais formados por cidades-polo que apresentavam localizações estratégicas e exerciam influência sobre sua região de entorno e sobre o Estado. Recomendou que, a partir do plano geral, o estado elaborasse os planos diretores dos municípios, de acordo com princípios comuns e integrados.

Inicialmente, [a SAGMACS] dividia o estado em sete regiões e catorze sub-regiões, passando em seguida para oito regiões e dezesseis sub-regiões, com a escala de autonomia e dependência vinculada ao polo urbano principal. Os polos identificados foram: Curitiba, Ponta Grossa, União da Vitória, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão (...) (Mansur, 2008, p.52).

As recomendações do Plano SAGMACS levaram à criação de um sistema estadual de financiamento de planos urbanísticos, comandado pela CODEPAR. O resultado seria um conjunto de planos diretores para os principais centros urbanos do Paraná, definidos pelo estudo da SAGMACS, quais sejam: Curitiba, Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Os oito polos definidos pela SAGMACS formariam eixos para que o estado do Paraná se desenvolvesse integrando a sua estrutura territorial, com a criação de um sistema unificado de polos integrados que abrangeriam os eixos de comunicações, para as trocas comerciais, atrações sociais e relações de comando administrativo. O intuito era reverter a desintegração que enfraquecia a unidade político-administrativa. Os três eixos paralelos seriam Jacarezinho-Maringá, Ponta Grossa-Cascavel e Curitiba-Pato Branco, e o transversal, que os interligaria, seria Curitiba-Londrina (Paraná, 1963).

Este esquema, correspondendo às tendências naturalmente esboçadas, atribui a polarização do eixo Norte a Londrina, do eixo do Centro-Oeste a Ponta Grossa e Curitiba e do eixo Sudoeste somente a Curitiba. Cria-se, porém, pelo eixo transversal Curitiba-Londrina um elemento de integração que leva para todo o Estado a influência da capital. Serão estes eixos que possibilitarão o abastecimento de uma região por outra... (Paraná, 1963, p. 48).

Para desenvolver essa estrutura territorial unificada, o plano de 1963 aponta que uma das intervenções seria “promover o desenvolvimento urbano planejado dos polos regionais mais importantes do Estado, isto é, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Maringá” (Paraná, 1963, p.49). Para a elaboração dos planos diretores das cidades polos mais importantes,

² As constantes quedas do valor do café a partir dos anos 1950 se devem às oscilações de preços nos mercados brasileiros e, em particular, internacional e a fragilidade desta cultura perante o clima. Ainda assim o café predominou na região do Norte Novo até a década de 1960. As grandes geadas de 1965 e 1975 dizimaram a lavoura cafeeira (Cancian, 1977).

criou-se uma Comissão de Desenvolvimento Municipal, a CODEM, composto por uma equipe multidisciplinar cujo escritório mantinha-se em Curitiba. A CODEM elaborou o plano diretor de Maringá, em 1967, e o de Curitiba foi desenvolvido pelo escritório Serete e por Jorge Wilhelm, em 1966. A CODEPAR financiava 80% do plano, cabendo os 20% restantes às prefeituras (Maringá, 1967).

Do plano da SAGMACS, a ação imediata foi a pavimentação da PR-376 que ficou conhecida como “Rodovia do Café”, ligando o norte do Paraná a Curitiba e possibilitando o escoamento da produção cafeeira pelo Porto de Paranaguá. Tal rodovia estabeleceu-se dentro do perímetro urbano da cidade de Maringá, denominada Avenida Colombo. Inicialmente, como já mencionado, a avenida limitava o plano urbanístico de Vieira. Porém, com o êxodo rural e a rápida urbanização verificada na década de 1960, a avenida foi incorporada à estrutura urbana devido à abertura de loteamentos a norte do plano. Com isso, o tráfego de veículos pesados, característico de uma rodovia, passou a fazer parte do cenário da cidade.

A seguir trataremos de enfatizar algumas características do plano de Curitiba e do plano de Maringá, no intuito de analisar o ressurgimento da proposta de “eixos lineares” densificados na mais recente reformulação da lei de uso do solo de Maringá, aprovada

em 2012. Verificamos que tal ideia apresenta flagrantes semelhanças com o plano diretor de 1966 para Curitiba.

AS IDEIAS DE WILHEIM NO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA (1966)

Antes de a CODEPAR iniciar a empreitada de financiamento de planos diretores nas cidades do interior do Paraná, a capital do estado apresentou, em 1966, seu Plano Diretor de Desenvolvimento precedido de um Plano Preliminar de Urbanismo. Seis empresas participaram do concurso para elaboração do plano preliminar: o escritório de arquitetura MMM Roberto e as empresas SERETE (em conjunto com Jorge Wilhelm), SAGMACS, ASPLAN (Assessoria em Planejamento), URPLAN (Urbanismo e Planejamento) e URBS (Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba) (Dudeque, 2010). O vencedor foi a empresa SERETE em conjunto com o arquiteto Jorge Wilhelm.

O Departamento de Urbanismo de Curitiba dispunha do plano Agache, elaborado entre 1941 e 1943. Segundo Gnoato (2006), o plano Agache era um plano de avenidas concêntricas com vias de gran-

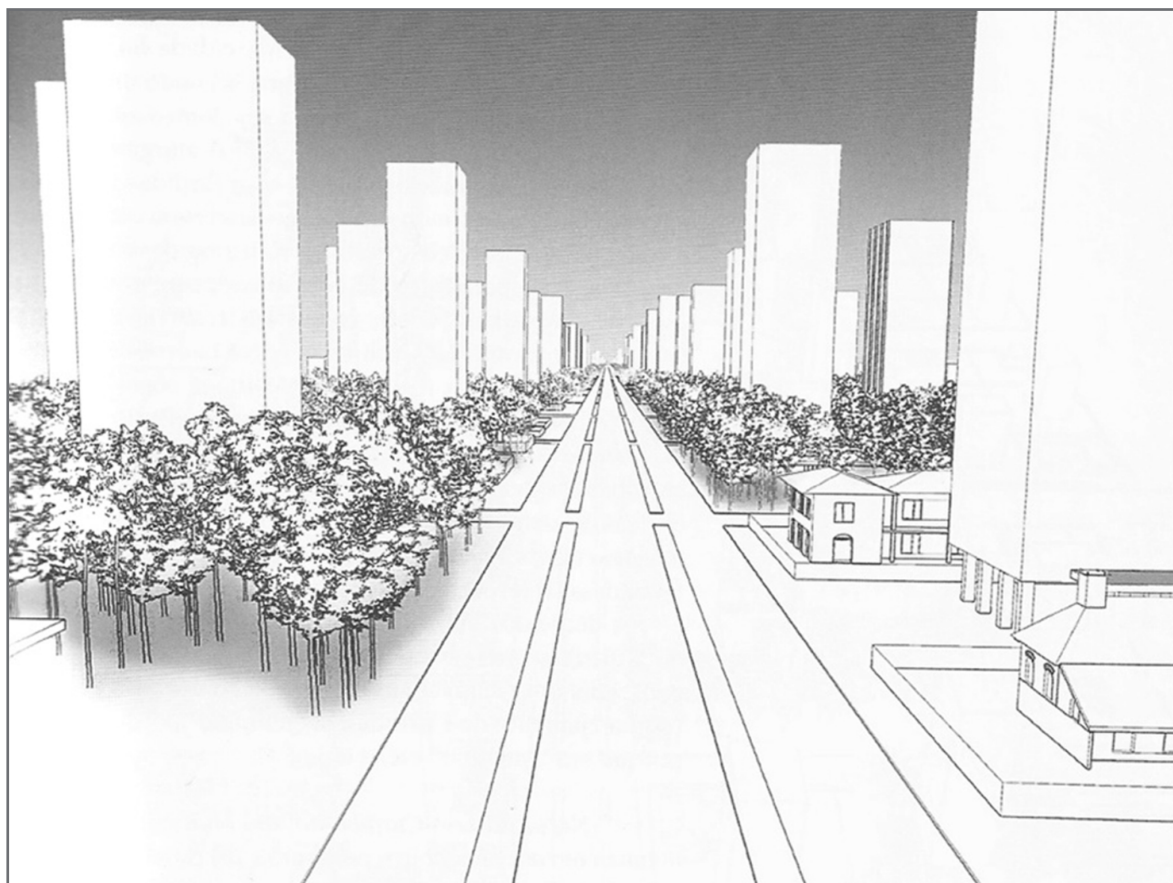


Figura 2: Previsões de parques lineares ao longo dos eixos estruturais, na lei que institui o plano de Wilhelm (1966).

Fonte: Recriação eletrônica de Dudeque (2010).

de largura e extensão. As principais propostas, além do desenho urbano das avenidas, foi o conceito de zoneamento, a organização da cidade através de centros funcionais e a adoção de um Código de Edificações que previa soluções sanitárias para os novos edifícios. O plano não apresentava uma proposta definida de adensamento e de verticalização.

No final da década de 1960 os urbanistas brasileiros voltavam-se com grande interesse às propostas funcionalistas aplicadas na capital federal. Os investimentos no sistema viário, a partir da política rodoviária de Juscelino Kubitschek, podem ser observados em várias cidades do país. Entre elas, a proposta do plano diretor de Curitiba enfatiza os eixos viários. Apesar de se posicionar contra a ortodoxia modernista, o plano de Wilhelm assimilava as funções elementares da urbanística definida nos CIAM's. "Mesmo que de maneira sutil, Brasília era a principal referência dos planejadores urbanos de Curitiba" (Dudeque, 2010). Existia no plano o ideal modernista de reorganizar o espaço em um local onde o homem pudesse exercer suas atividades básicas de morar, trabalhar, recrear e circular. Propunha-se, aos moldes de Brasília, criar superquadras que transformariam os eixos em grandes parques lineares (figura 3). A ideia de superquadras foi, entretanto, descartada pela impossibilidade de se alterar a posse dos lotes que historicamente foram parcelados à maneira tradicional (Dudeque, 2010).

Os primeiros estudos para Curitiba, segundo Dudeque (2010), surgiram de um mapeamento no qual Wilhelm constatou que as pessoas (bairros mais populosos) e os fluxos (de ônibus e automóveis) de Curitiba se concentravam numa fita urbana. O estudo permitiu-lhe entender que as formações geológicas determinavam a ocupação do sítio de Curitiba e fez emergir os conceitos de "linearização e cidade linear".

De acordo com Oliveira (2000), a primeira versão do plano desenvolvido por Wilhelm para Curitiba propunha uma estrutura de desenvolvimento linear que concentrasse habitação, serviços e infraestrutura e conectasse centros secundários. Nestas vias lineares de circulação, ditas "estruturais", haveria incentivos legais ao adensamento, à formação de pequenos centros de comércio e serviços e à organização do transporte coletivo. As duas avenidas teriam no mínimo 30 metros de largura, divididas em faixas específicas, a faixa central serviria ao tráfego em alta velocidade e aos ônibus; as faixas laterais serviriam ao tráfego lento, de apoio ao comércio.

O plano para Curitiba foi concebido num ambiente propício para o uso do automóvel, mas Wilhelm percebeu que algumas das grandes cidades do

planeta, como São Paulo, conviviam com a iminência de um colapso, devido ao excesso de automóveis. "Tanto na definição desse zoneamento quanto no detalhamento do sistema viário prevalecia a ideia de que toda a ênfase deveria ser dada ao transporte coletivo, desestimulando-se o transporte individual" (Oliveira, 2000). Nesse ponto, o urbanista deu um passo à frente de Brasília ao considerar o transporte de massa em seu estudo. A ideia foi incrementada por Rafael Dely (presidente do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba na época), em 1971, com a inclusão de outras duas vias paralelas ao eixo ligando a Cidade Industrial, também projetada por Wilhelm (Wilhelm, 2003). Nesta proposta, as duas vias laterais serviriam ao tráfego de automóveis em alta velocidade e a via central continuaria dividida em três partes, servindo ao ônibus na faixa central e aos automóveis em baixa velocidade nas faixas laterais. A proposta recebeu o nome de sistema trinário. O IPPUC foi criado a partir do plano preliminar de 1965 com o objetivo de detalhar e executar o Plano Diretor de Curitiba. Este órgão tem tido um papel determinante nos rumos do planejamento da capital do estado desde a década de 1960.

O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ - 1967

Como já mencionado, o esquema de regionalização proposto pela SAGMACS para o Paraná resultou na elaboração dos planos diretores dos principais municípios do período, entre eles o de Maringá, em 1967, e o de Londrina em 1968. Ambos foram executados pela CODEM/DATM - Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. O DATM hoje se intitula PARANACIDADE e é o órgão estadual responsável pela análise e fiscalização dos planos diretores executados no estado. A CODEM era formada por uma equipe multidisciplinar de técnicos, muitos deles residentes e formados na capital. O curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) havia formado a primeira turma em 1965. A equipe principal da CODEM era composta por três economistas (incluindo o coordenador), uma assistente social, um administrador, dois arquitetos, um educador e uma socióloga. Outros sete profissionais compunham a equipe de apoio (Maringá, 1967). Conforme relata Vicente Alves do Socorro (arquiteto formado pela UFPR e membro da equipe de elaboração dos planos), os dados, documentos e informações para a realização dos planos eram coletados *in loco* e o trabalho era realizado no escritório da

CODEM em Curitiba (Socorro, 2012).

No plano diretor de Maringá fica evidente a influência da proposta viária que se propunha no plano de Curitiba. Os aspectos metodológicos do plano diretor de Maringá foram baseados nos procedimentos difundidos pela SAGMACS. O plano abrangeu estudos nos âmbitos, econômico, social e, principalmente, físico-territorial. O diagnóstico sobre o sistema viário informa que Maringá apresentava uma rede viária deficiente, resultante do traçado inicial da cidade, “sem a mínima hierarquização quanto à prioridade de vias e suas características” (Maringá, 1967, p. 190). O diagnóstico considera extremamente problemático que a Avenida Brasil, constituída como via estrutural da cidade, seja cortada por cinco avenidas largas (com 30 metros de largura cada). A equipe da CODEM apresenta, então, uma reformulação viária com base no fortalecimento de vias estruturais no sentido leste-oeste, justificada em função do traçado e da predominância dos fluxos neste sentido. A hierarquia proposta apresenta a seguinte composição (figura 3):

- Via de Estrutura Regional: a Av. Colombo, que deveria ser duplicada e pavimentada;
- Via Estrutural Comercial: a Av. Brasil, que deveria ser pavimentada e urbanizada tornando-se agradável para os pedestres;
- Vias Estruturais Residenciais: Av. Tiradentes e outras que deveriam cortar os parques fazendo ligação entre os bairros. Destaca-se também a proposta de um contorno rodoviário ao sul.

Segundo Socorro (2009) *apud* Cordovil (2010), os três eixos longitudinais da proposta foram inspirados nos temas que estavam sendo discutidos no meio acadêmico em meados dos anos 1960, como eixos estruturadores, desenvolvimento linear e transporte de massas.

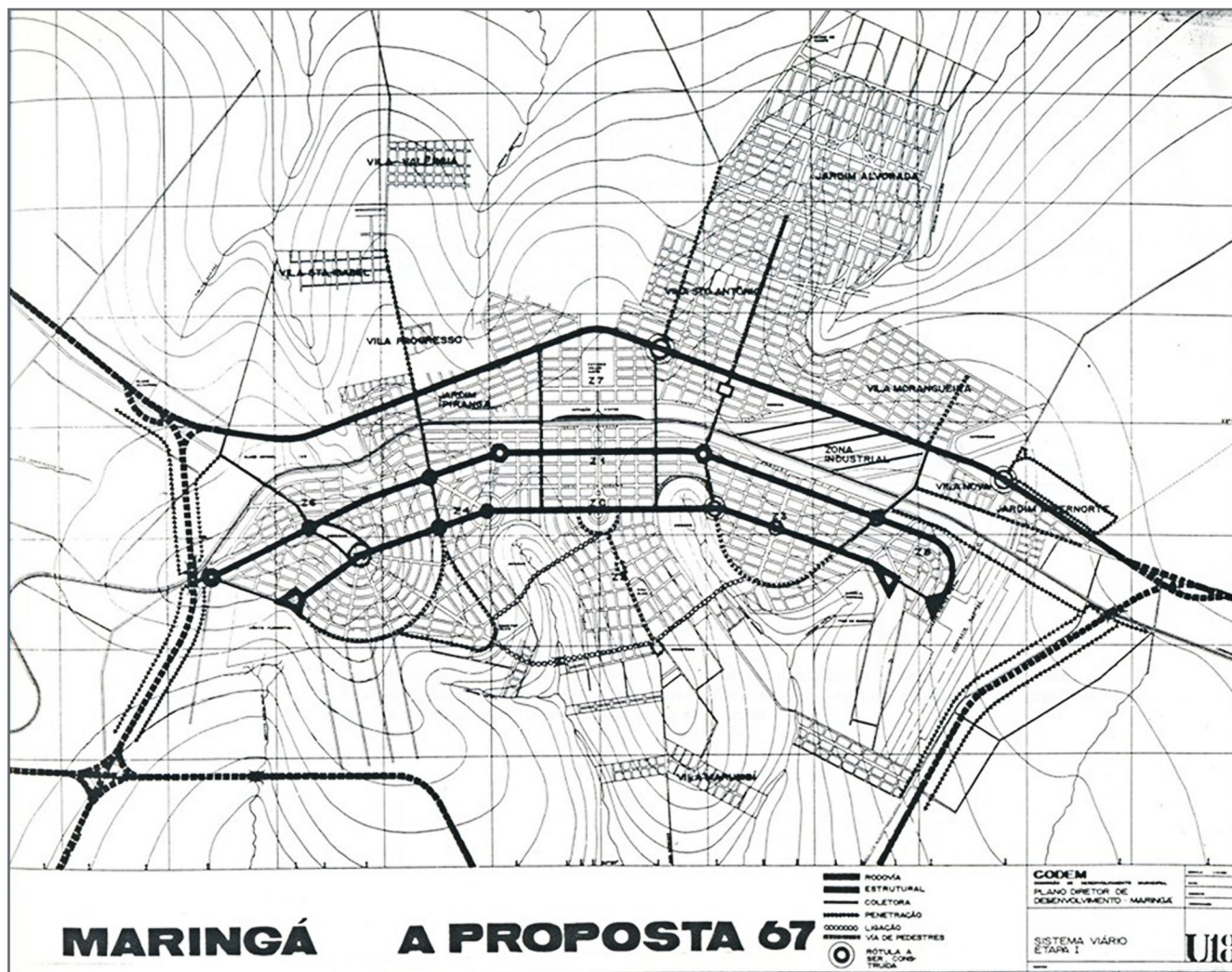
Em Maringá, a gente tentou, de alguma maneira, aproveitar os conceitos que se estavam desenvolvendo em Curitiba. Se você notar essas três estruturas [avenida Tiradentes, Brasil e Colombo], você vai ver que elas guardam uma semelhança muito grande com o eixo estrutural de Curitiba, uma via central e duas vias laterais de tráfego rápido. Então, o que eu imaginava era a Avenida Brasil como se fosse a via central do sistema, com algumas vias laterais de apoio, representando uma espécie de alternativa também. Então, isso estava muito claro. A ideia de ter grandes estruturas, de ter eixos estruturadores da ocupação urbana, de uma ocupação urbana de preferência linear, que era o modelo que se pretendia para Curitiba também. Todo ele centrado em cima dos eixos estruturais, procurando

negar um pouco a forma radioconcêntrica que, na verdade, é a tendência natural da cidade. Então, o modelo linear, eu acho, que é uma certa forma de forçar a barra, porque as cidades (...) dificilmente crescem de acordo com o modelo linear. (...) E essa questão dos eixos, se pensava que eles deveriam, tanto quanto possível, ser o leito do sistema de transporte de massa. (...) Nessa época, [esses] conceitos (...) não tinham se explicitado assim de forma tão madura, como aconteceu em Curitiba a partir de 72, mas essa discussão já estava no ar (Socorro, 2009 *apud* Cordovil, 2010, p.362).

A remodelação do sistema viário também propunha cortar ao meio as três rotatórias da Avenida Brasil, na dimensão de sua caixa e, ainda, a execução de *cul de sacs* para diminuir o número de cruzamento nas vias estruturais de tráfego rápido, ou seja, nas avenidas Colombo e Tiradentes. Fica evidente no plano a preocupação em se organizar o sistema viário para permitir fluidez da circulação de automóvel quando se propõe a execução de estacionamentos laterais, o alargamento e o estímulo à velocidade nas vias. Além do mais, a ideia de transporte de massa incorporada ao sistema viário, presente nas propostas para Curitiba, não foi considerada em Maringá.

Quanto ao zoneamento, o plano diretor de 1967 descreve que o plano inicial de Maringá foi baseado em princípios de zoneamento rígido de usos e níveis de habitação, enunciados na Carta de Atenas (Maringá, 1967). Apesar de ser uma referência equivocada, pois as divisões de funções não foram dispostas de forma rígida, com exceção da zona industrial, o plano inicial considera a cidade dividida em zonas de comércio, indústria, armazéns, habitação (de vários padrões) e uma zona de serviços público-administrativos, embora não exclusivos tal como se deu em Brasília. O primeiro plano diretor sugere que a cidade seja ordenada em “polos” que contenham os equipamentos sociais necessários para “uma maior coesão social” (Maringá, 1967, p.235). Foram identificados quatro polos: na Zona 3, Zona 2, Zona 4 e na Vila Santo Antônio; Já a Zona 7 seria um provável embrião de bairro, que seriam segundo a definição do plano diretor: “pontos cuja vocação é a de polo, quando suas áreas de influência estiverem totalmente ocupadas” (Maringá, 1967, p. 236).

No entanto, apesar do consistente diagnóstico, poucas diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá foram efetivadas. A cidade e os técnicos locais entendiam que o plano urbanístico de Vieira havia organizado exemplarmente a cidade, incluindo a hierarquização viária. Entre as sugestões que se efetivaram está a localização proposta para alguns equipamentos de lazer e a preservação da faixa



Fonte: Maringá, 1967.

Figura 3: Planta U18, intitulada “Sistema Viário - Etapa I” do documento do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá.

de proteção da mata ao longo dos córregos que, segundo Cordovil (2010), pode ter sido o fato que deu corpo a ideia das diretrizes viárias que viriam a ser traçadas em 1979. A criação do Escritório Técnico de Planejamento (Eteplan), em 1968, também é fruto deste plano. O Eteplan, assim como o IPPUC de Curitiba, tinha como tarefas acompanhar e implantar o plano diretor, além de assessorar a administração Municipal. Cordovil (2010) destaca que a composição do conselho diretor do Eteplan seguia a mesma composição do IPPUC que reunia, além dos titulares dos departamentos da administração municipal relacionados às ações territoriais, representantes da Câmara Municipal e das autarquias. O Eteplan foi extinto em 1973 enquanto que o IPPUC permanece ativo.

DA RODOVIA AO BOULEVARD

Apesar de guardar semelhanças em relação às propostas de sistema viário, como foi dito, a solução para

Maringá não se efetivou. No entanto, recentemente assiste-se à tentativa de resgatar algumas características da experiência de Curitiba na formulação dos eixos residenciais de adensamento para a cidade. Especialmente para a Avenida Colombo, ou Rodovia PR-376, a nova denominação cunhada pelo poder público passou a ser *Boulevard*.

Faz necessário, no entanto, destacar que o sucesso no campo do planejamento urbano de Curitiba, que lhe rendeu o título de “cidade planejada”, guarda algumas mazelas. O processo mais visível da implantação dos eixos estruturais, segundo Oliveira, (2000) foi a valorização imediata das terras localizadas ao longo dos eixos, resultando obviamente em um processo de especulação imobiliária. Passados 45 anos da formulação do primeiro Plano Diretor de Maringá, a ideia de “eixo linear” veio à tona com a proposta apresentada pela Secretaria de Planejamento Urbano de Maringá para a reurbanização da Avenida Colombo. A execução do Contorno Rodoviário Norte, em vias de finalização, deverá desviar do tráfego pesado e intenso que circula diariamente na avenida em ques-

tão (figura 4), possibilitando a alteração de seu uso.

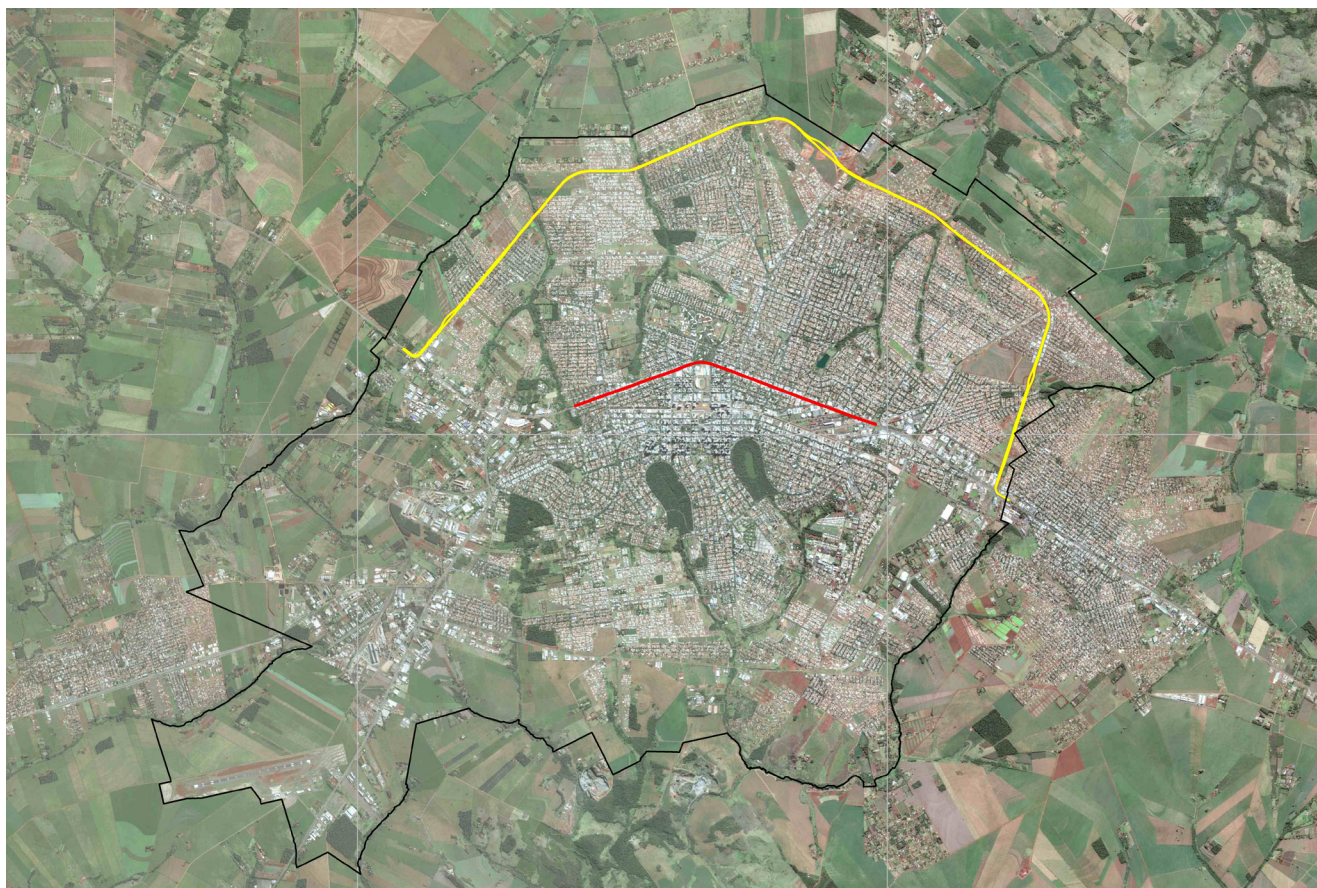
A proposta apresentada pela prefeitura considera transformá-la em um Eixo Residencial com incentivos legais ao adensamento e à diversidade dos usos residenciais, comerciais e de serviços. Através da Lei Complementar Municipal nº 914, de 10 de abril de 2012, a via foi classificada em Eixo Residencial A (ERA) que “tem como finalidade a criação de uma via morfológica e funcionalmente diferenciada na cidade, de refinado conteúdo urbanístico e paisagístico, e destinada a abrigar edificações de elevada qualidade arquitetônica, reproduzindo as características de um *boulevard*” (Maringá, 2012). A lei considera *boulevard* como sendo uma “avenida em pista dupla com largura total superior a 35,00m (trinta e cinco metros), arborizada e tratada paisagisticamente” (Maringá, 2012). Para se atingir este objetivo a lei obriga área permeável de no mínimo 20% do lote e edifícios em pilotis remetendo à proposta de parques lineares nos eixos estruturais do plano de Curitiba (figura 3). O pavimento térreo ocupado por jardins não permite o uso misto no edifício, ou seja, comércio no térreo. No entanto, para diversificar o uso do solo, fica permitida a construção de edifícios comerciais ao longo do eixo viário. As ruas perpendiculares à Avenida também receberão comércios e serviços.

O conceito de *boulevard* que o poder público mu-

nicipal incorpora ao texto da lei aproxima-se mais de uma ideia de renovação do que a de propriamente reestruturação significativa da rodovia. O uso da nomenclatura estrangeira atrela-se ao marketing urbano, buscando remeter à sofisticação com o intuito de substituir rapidamente a origem do eixo, ou seja, a rodovia. Na própria descrição do que se entende por *boulevard* percebemos que não há uma conceituação deste novo tipo de via, pois a largura de 35 metros, as pistas duplas e o tratamento paisagístico são comuns na cidade de Maringá e existem desde o seu plano inicial de 1947. Assim como outras ações públicas para a promoção da cidade, que vêm ocorrendo desde meados da década de 1980 (Andrade; Cordovil, 2008), a da Avenida Colombo busca reproduzir o incessantemente novo.

A mudança das funções da Avenida Colombo ao longo das décadas, de limite do plano inicial à via eminentemente urbana, certamente não comporta o seu uso rodoviário há muito tempo. São inúmeros os conflitos entre as modalidades de transportes rodoviários e urbanos e os pedestres, provocando recorrentes situações de risco e inúmeras fatalidades. De fato, a Avenida Colombo representa uma barreira física na malha urbana, o que justifica um projeto de requalificação da via. No entanto, a reformulação viária pretende uma transformação que vai além de

Figura 4 - Foto aérea da área urbana de Maringá (2010). Destacados em amarelo o Contorno Rodoviário Norte e em vermelho o Eixo Residencial A.



Fonte: Prefeitura do Município de Maringá, 2013.

adequações funcionais que a aproxima da proposta adotada em Curitiba em meados da década de 1960.

A proposta do poder público não trata apenas de uma adaptação formal do modelo de estrutura linear realizado em Curitiba, ela também objetiva a elitização do eixo, remetendo a referências ao *boulevard* e ao adensamento. Essa ação certamente irá fortalecer e aumentar o custo da terra urbana. Ora, os termos utilizados na própria lei, como “refinado conteúdo urbanístico e paisagístico” e “elevada qualidade arquitetônica”, segundo dizem, no *boulevard* europeu, revelam o comprometimento do poder público com a substituição dos atuais proprietários dos serviços e comércios pouco “refinados”, além dos moradores que ocupam o pavimento superior das lojas de autopeças, de materiais de construção etc. Tais usos comerciais e habitacionais são incompatíveis com a “elevada qualidade arquitetônica” e, portanto, inadequados na nova proposta.

É inegável que os comércios e os serviços serão substituídos paulatinamente com a mudança de função do eixo viário. Porém a força da lei obriga que tais modificações se dêem rapidamente mesmo que as condições não estejam prontas e não favoreçam a relocação do pequeno prestador de serviço e do comerciante instalado a longo tempo na Avenida Colombo. O que questionamos é que tais transferências surpreendem o pequeno negociante que se vê na iminência de se deslocar sem planejamento e, por vezes, sem recursos.

Apesar da tentativa de aproximação da cidade de Curitiba, não se pretendeu a adaptação de uma solução realizada em outro período e em situação diversa. As propostas de Wilhelm para o plano de Curitiba se efetivaram no final da década de 1960. O plano diretor de Maringá, do mesmo período, felizmente não se realizou, pois a ênfase dada ao sistema viário era tanta que se retalhavam áreas verdes importantes do plano inicial.

Na Avenida Colombo, as semelhanças com o planejamento urbano de Curitiba referem-se principalmente ao adensamento, com significativas alterações nos índices urbanísticos, permitindo a verticalização e a ocupação com limites muito mais dilatados.

Porém, a principal diferença atribui-se à inexistência de corredores exclusivos para o transporte coletivo integrado em um eixo de ligação com outros municípios da região metropolitana. Tampouco se tem na descrição do *boulevard* a menção aos equipamentos que trariam conforto e acessibilidade ao usuário, elementos presentes nos eixos de densificação da capital paranaense.

Ao contrário do planejamento dos eixos lineares curitibanos, no qual o elemento estruturador e cen-

tral foi o corredor de ônibus, assiste-se na proposta maringense a preponderância do transporte individual, posto que no *boulevard* não se sugere outros modais de transporte, como as bicicletas, mesmo tendo espaço para a sua incorporação.

Assim, analisamos que as referências que transformam a Avenida Colombo em *boulevard*, adaptando a proposta de eixos lineares de Curitiba, foram utilizadas para justificar a elitização e o adensamento voltado para a especulação imobiliária desse importante eixo viário da cidade de Maringá.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, [Online], v. 12, n. 270 (53). Barcelona, 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-53.htm>. Acesso em 17 ago. 2012.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **A cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- CESTARO, Lucas Ricardo. **Urbanismo e Humanismo: A SAGMACS e o estudo da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.
- CORDOVIL, Fabíola C. de Souza. **A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947-1982**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- CORDOVIL, Fabíola C. de S.; RODRIGUES, Ana Lúcia. Da tecnocracia à participação popular: a institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** [Online], v. 16, n. 418 (41). Barcelona, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>. Acesso em 17 ago. 2012.
- DUDEQUE, Irá Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.
- GNOATO, Luis Salvador. Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. Algumas premissas teóricas do Plano Wilhelm-IPPUC. **Arquitextos Vitruvius**.

- Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351>, 2006. Acesso em 28 nov. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada 2013**. Disponível: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411520>. Acesso em 16 out. 2013.
- LUZ, France. **O fenômeno urbano em uma zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura do Município de Maringá, 1997.
- MANSUR, Denise Cristina. **O planejamento e a regionalização da administração direta do estado do Paraná como aporte às ações e à política de desenvolvimento econômico**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- MARINGÁ (Prefeitura do Município). **Plano Diretor de Desenvolvimento**. Volumes I e II. Maringá: CODEM/DATM, 1967.
- MARINGÁ (Prefeitura do Município). **Lei Complementar Municipal nº 914**, de 10 de Abril de 2012. Maringá, 2012.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Husitec, 1984.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- SOCCORRO, José Vicente Alves do. **José Vicente Alves do Socorro: depoimento [jul. 2012]**. Entrevistadora: E.Savi. Maringá, 2012.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Husitec, 1981.
- PARANÁ (Governo do Estado). **Plano de Desenvolvimento do Paraná**. Documento elaborado pela SAGMACS. Curitiba, 1963.
- WILHEIM, Jorge. **A obra pública de Jorge Wilhelm: 50 anos de contribuição às cidades e à vida urbana**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003. ■

Thiago Canettieri

Ocupações, remoções e luta no espaço urbano

a questão da moradia

Resumo

Refletir sobre a questão da moradia hoje tem se mostrado um dos muitos desafios presentes nas cidades brasileiras, em especial nas de grande porte. Trata-se de um dos temas de maior relevância na problemática das cidades, principalmente por constituir em um direito básico. O objetivo do artigo consiste em apresentar uma reflexão sobre processos que envolvem o acesso à habitação hoje: as ocupações, as remoções e a luta pela moradia. Esses três elementos inter-relacionados podem ser tomados como reflexo do modo de produção do urbano contemporâneo. O artigo apresenta uma visão da moradia como um direito social, em seguida uma análise da produção das moradias nas cidades contemporâneas, para então apresentar uma reflexão sobre ocupação, remoção e luta.

Palavras-chave: Moradia; Urbano; Ocupações; Remoções; Movimentos Sociais.

Abstract

Reflect upon the issue of housing today has been one of many challenges present in Brazilian cities, especially in the large ones. This is one of the most relevant topics in the problem of cities, primarily constitute a basic right. The aim of the paper is to present a reflection on cases involving access to housing today: the occupations, removals and struggle for housing. These three interrelated elements can be taken as a reflection of the mode of production of the contemporary city. The paper presents a vision of housing as a social right, then an analysis of the production of housing in contemporary cities, and then present a reflection on occupation, removal and control.

Keywords: Housing; Urban; Occupations; Removals; Social Movements.

Thiago Canettieri

é geógrafo e mestrando em geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos temas: Exclusão social, Segregação Espacial, Migração e Espaço Urbano.

thiago.canettieri@gmail.com

INTRODUÇÃO

O habitar é uma necessidade básica do ser humano e a maneira como é satisfeita nas sociedades é indicativo da forma de organização social que se estrutura (ENGELS, 2008). A questão habitacional é um dos muitos desafios presentes nas cidades brasileiras contemporâneas, em especial nas de grande porte. Trata-se de um dos temas de maior relevância na problemática das cidades, principalmente por constituir em um direito básico. Esse tema, por envolver várias questões que interferem diretamente na vida das pessoas, assume importância inquestionável. O direito à moradia digna, conforme consta na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal 10.257, de 10 de Julho de 2001 (que regulamenta o princípio constitucional), é requisito básico para o pleno exercício da cidadania.

Os maiores esforços para a amenização do problema das moradias se concentram nos programas habitacionais populares. Porém, os estudos realizados sobre os projetos de habitação de interesse social efetivados pelo poder público no país apontam para a predominância de modelos homogeneizados e massificados (ALVES, 2013; SILVA, 2012; AVELAR, *et.al.* 2011). Essa tipologia construtiva não atende, na maioria dos casos, às reais necessidades e demandas da população, pois não considera seus interesses. As habitações produzidas, com a rigidez de suas formas, através da política do “consenso único” acabam por impor aos moradores a ideia de que esse é o único modo de acesso à moradia.

Na contramão dos programas oficiais ocorre a produção de moradias por meio de autogestão e autoconstrução através das ocupações. Os processos de ocupação apresentam significativa distinção em relação a propostas oficiais implantadas, pois, quando comparados às proposições governamentais, representam uma oportunidade de acesso à moradia, já que a comunidade atendida apresenta suas demandas e necessidades locais e participa, ativamente, de todo o projeto: da concepção à implementação.

Como era de se esperar, as ocupações geram incomodo ao poder público, à ordem vigente e à classe dos proprietários dos terrenos. Portanto, é frequente a política de remoções e despejos dessas ocupações. No entanto, como resposta, a população se organiza em torno de movimentos sociais reivindicativos e críticos sobre o acesso à moradia no Brasil.

O presente trabalho objetiva discutir a questão das moradias nas cidades brasileiras contemporâneas destacando o processo recorrente de ocupação, remoção e luta da população. Dessa forma, pretende-se lançar luz sobre os movimentos sociais de acesso à

habitação que vêm ocorrendo no Brasil, permitindo refletir sobre a produção da cidade. Neste processo, a população privada do acesso à moradia produz ativamente a paisagem urbana.

O artigo, como forma de apresentar os argumentos desta discussão, está dividido da seguinte maneira: inicialmente discute-se a moradia – entendida como direito básico da população, como previsto em lei – destacando a baixa de efetividade da legislação brasileira. Mais à frente no texto aborda-se a produção de moradia nas cidades contemporâneas, tratando da mercantilização da habitação e das lógicas de acesso existentes. Em seguida apresenta-se a discussão sobre as ocupações urbanas, sobre os processos de remoções dessa população e por fim sobre os movimentos de luta pela moradia. Finalmente expõem-se as considerações finais do texto.

A MORADIA COMO DIREITO

A moradia é uma necessidade básica que deve ser satisfeita para que o ser humano possa viver, assim como os atos de comer, dormir e vestir-se. De fato, alguns autores salientam que a moradia é uma necessidade vital do homem, assim entendida como o que garante sua sobrevivência, sem a qual não subsistiria. Demonstrada a importância da moradia e de sua afirmação como um direito para a realização de condições de vida digna para as pessoas, faz-se necessário conhecer a regulamentação normativa que assegura este direito.

Em 1991, o Comitê das Nações Unidas de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais emitiu o Comentário Geral N.º 4. Este, que é fundamental para o estabelecimento do conteúdo e dos elementos do direito à moradia, indica alguns pontos essenciais que sempre devem estar presentes para se considerar uma moradia como digna. São eles: a) segurança jurídica da posse; b) disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura; c) custo acessível; d) habitabilidade; e) acessibilidade; f) localização; g) adequação cultural.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Habitação no Brasil, definida pelo Ministério das Cidades através da Secretaria Nacional de Habitação, apresenta definições importantes para a reflexão aqui conduzida. Além de definir o direito à moradia como um direito humano, individual e coletivo, explicita o que deve ser entendido por direito à moradia digna, função social da propriedade urbana, questão habitacional como uma política de Estado, gestão democrática e articulação das ações de habitação à política urbana (BRASIL, 2004).

Considerando o direito à moradia digna e a função social da propriedade, seria possível desenvolver uma política urbana e de habitação efetiva. Nesse sentido, o Estado deveria atuar na regulação, garantindo sempre a participação popular para o desenvolvimento da habitação no Brasil. O atendimento às necessidades de moradia é, portanto, considerado essencial pela justiça distributiva. Mas, para sua efetivação, é necessário que sejam previstos mecanismos de participação popular para maior possibilidade de que o contido na norma seja de fato implementado no país.

Os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, que tratam da política urbana, não definem explicitamente o direito à moradia, gerando incertezas para a população. Nele estabelece-se como dever do Estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, “promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art. 23, IX). O dever de construir moradias certamente decorre do fato do Estado brasileiro ser o responsável pela “dignidade da pessoa humana” (art. 2º, III); de ter como meta “construir uma sociedade justa e solidária”; de “erradicar a pobreza”; e de “promover o bem de todos” (art. 3º, I e III). Ainda, o artigo 183 autoriza o usucapião para o morador que ocupar uma área urbana de até 250 metros quadrados durante cinco anos ininterruptamente para a sua moradia, não sendo proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

A partir da Constituição Federal de 1988, o salário-mínimo passa a ser fixado por Lei Federal e deve atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, incluindo o direito à moradia. De acordo com o Art. 7º, inciso IV da Constituição Federal de 1988 “será assegurado ao trabalhador urbano e rural um salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Portanto, se moradia é um direito constitucional, é função do Estado garanti-la de forma digna aos cidadãos. O poder público tem a obrigação de promover as condições necessárias e estabelecer políticas públicas que efetivem esse direito.

Contudo, na Constituição Federal, o direito à moradia não estava previsto como ‘Direito Social’ na primeira redação. Foi promulgado apenas na Emenda Constitucional nº 26, de 14 de Fevereiro de 2000, na qual foi alterado o texto do Artigo 6º, do Capítulo

II, que prevê os direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Ainda com referência ao ordenamento nacional, outro importante avanço legislativo foi a publicação do Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o planejamento das cidades e fixa diretrizes gerais para a política urbana. Os princípios do Estatuto da Cidade, que muito poderiam colaborar para a questão, permanecem somente no discurso, de modo que as diretrizes gerais não são efetivadas, em especial no tocante a: a) garantia do acesso à terra e à moradia digna; b) inibição da retenção de imóveis ociosos para especulação; c) recuperação da valorização imobiliária gerada por investimentos públicos; d) distribuição justa dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização; e) promoção da urbanização e regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Sabe-se que o Estado poderia evitar a especulação que dizem respeito, por exemplo, à captura de mais-valias fundiárias. Dentre as suas principais inovações, destacam-se as questões relacionadas à efetivação do direito à moradia, à introdução de requisitos para que uma propriedade urbana cumpra função social e à definição do conceito de função social da cidade, que pode ser resumida na ideia de que todos os habitantes tenham as mesmas condições de acesso à infraestrutura e aos serviços no espaço urbano. O Estatuto da Cidade também apresenta diversos instrumentos que podem ser utilizados de forma direta ou não para a garantia do direito à moradia: como o Usucapião Especial de Imóvel Urbano, a concessão de uso especial para fins de moradia, o IPTU progressivo, a regularização fundiária, entre outros. No entanto, o governo tem se enquadrado em uma perspectiva de controle pelo capital, gerador de exclusão ao considerar somente os investimentos que favorecem uma população já incluída na sociedade (no caso, os trabalhadores de carteira assinada), em busca de rentabilidade. Atualmente, isso fica explícito na medida em que as empreiteiras e construtoras são umas das maiores financiadoras de campanhas eleitorais do país. Trata-se, portanto, de um jogo político no qual a troca de interesses culmina do fortalecimento do capital e reforça o Estado como seu maior aliado. A questão habitacional é a que melhor evidencia isso, uma vez que os altos lucros imobiliários provenientes da especulação têm sido a maior fonte de miséria e desigualdade social no país.

Na legislação brasileira, o direito à moradia está previsto em importantes leis e decretos, que legiti-

mam o acesso à moradia para a população, porém a dificuldade de se assegurar este direito constitucional é historicamente recorrente. Segundo Rolnik e Nakano (2009), no Brasil as cidades são marcadas por profundas expressões de desigualdades e exclusões socioterritoriais.

Mesmo com a regulamentação realizada pelo Estatuto da Cidade, as necessidades de moradia e do planejamento urbano não vêm sendo tratadas como prioridade na maior parte dos municípios brasileiros. Justifica-se essa afirmativa, sobretudo, pela ausência de políticas públicas eficazes, direcionadas ao acesso à terra, principalmente em relação ao solo urbano, onde vive a maior parte da população brasileira.

Se a cidade é, como escreve Maricato (2003), de acesso restrito e marcada por segregação entre as classes, a cidade é produzida para quem? As classes dominantes utilizam a urbanização como frente para a circulação de capital, argumento desenvolvido por Harvey (2011, 2012) em diversos momentos. E no contexto brasileiro a situação não é diferente.

Dessa maneira, sendo a cidade pensada e produzida para as classes dominantes, a situação dos trabalhadores urbanos tende a não ser alterada, sendo necessário viver em condições precárias. Mesmo com a grande promessa de reduzir o número de brasileiros sem moradia do programa Minha Casa Minha Vida, o déficit habitacional brasileiro aumentou. Embora, como escrevem Ribeiro, Boulos e Szermeta (2014), essa realidade desafie a matemática, ela não desafia a lógica. A reprodução das cidades hoje acontece através de uma política de aquecimento de economia e não de um programa habitacional.

Sobre isso, antes mesmo do programa Minha Casa Minha Vida ser lançado, José Roberto Bassul (2005, p. 153) afirma que a “produção habitacional no Brasil, em grande parte, não se destina a atender à demanda efetiva de moradias mas a produzir um ativo financeiro”. Essa situação favorece os setores do capital imobiliário, e dificulta a institucionalização de medidas distributivas, correspondentes, em geral, a políticas de moradia voltadas para a população de baixa renda.

Apesar de a habitação constar como “direito”, isso não significa a efetivação do acesso à moradia digna. Por isso, apesar de a Carta Constitucional ter delimitado os requisitos para que se considere efetivado esse direito, não foram estabelecidas as formas de garantir a sua efetivação pelo Estado, o que significa que não existe uma obrigação real do Estado brasileiro de aplicar tais instrumentos. Aqui reside a importância dos movimentos populares, pois só através da luta poder-se-á alcançar o cumprimento do direito de

morar com dignidade neste país.

A QUESTÃO DA MORADIA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

No processo de urbanização capitalista, a distribuição espacial da população é reflexo da distribuição das alternativas de acesso à cidade no que concerne à moradia e aos produtos imobiliários a ela relacionados.

A moradia, destaca Harvey (2013), teve o processo de inversão do valor de uso dominante para a maior importância do valor de troca a partir do século XVIII na Europa, quando começaram as construções de casas para a especulação. A produção, comercialização e até a posse de moradia se tornaram forma de obter ganhos através da especulação. Segundo o autor, em 2000, depois do colapso dos mercados globais de ações, o excedente de capital passou a fluir para o mercado imobiliário. Moradia se tornou um investimento.

A moradia (assim como toda a cidade) passa a ser uma mercadoria para ser trocada (HARVEY, 2013). E, complementa Maricato (2003), uma mercadoria restrita. O solo urbano e a moradia nele construída – mercadorias – são vendidos no mercado com o objetivo de acumulação de lucros. Portanto, o solo é fracionado e a ocupação acontece de acordo com as condições financeiras dos grupos sociais que vão consumir o espaço mediante sua possibilidade de pagamento.

Essa mercadoria essencial para a reprodução da vida humana se torna, ao longo do tempo, cada vez mais cara (ABRAMO, 2009). E assim exclui uma parcela cada vez maior da população ao acesso à moradia formal.

Nesse sentido, Abramo (2009) discute a existência de três grandes lógicas no que tange o acesso à moradia na contemporaneidade. A primeira lógica atribui ao Estado o papel de coordenador desse acesso, que acontece por meio de políticas públicas direcionadas a determinados grupos. A segunda forma de acesso é definida pelo mercado e mediada por grandezas monetárias, portanto unidimensional em relação ao requisito para ter acesso à terra urbana: o pagamento. Por fim, há a lógica da necessidade, que representa a motivação e a instrumentalização da instalação na cidade.

Deve ser destacado que existe uma interseção entre as três lógicas, sendo todas elas submetidas à lógica capitalista, colocada como hegemônica. O Estado cumpre a demanda de forma bem específica, em locais não vantajosos para o capital privado ou, ainda,

criando condições para que o capital privado possa especular e, assim, acumular. Também de maneira específica, mas no polo oposto, age a lógica do mercado, que é baseada na apropriação da maior parcela possível de lucro. Entre as duas, a lógica da necessidade apresenta a oportunidade de inserção, mesmo que precária, no contexto da cidade – o que, de certa forma, é uma maneira de reprodução da força de trabalho a baixos custos.

Sobre isso, Maricato (2003, p. 156) apresenta, de forma mais aprofundada, como se desenvolve a lógica da necessidade nas cidades brasileiras. Em suas palavras:

A relação legislação/mercado restrito/exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização).

Um dos principais resultados desse processo é a segregação urbana. Essa segregação que acontece nos mercados imobiliários ocorre devido à lógica de sempre buscar proteger o valor de troca dos bens. Dessa forma, os pontos valorizados tendem a se manter como pontos cada vez mais apreciados na cidade, protegendo aqueles que possuem “investimentos” na área.

AS OCUPAÇÕES

Com os mercados imobiliários restritos e segregados, a população que é incapaz de acessar a moradia pelas vias do mercado e do Estado garantem o acesso a esse bem através das ocupações. As ocupações surgem como uma resposta ao mercado de moradias que é restrito e excludente – muitos indivíduos não conseguem arcar com os custos da moradia por causa dos baixos rendimentos. Como lembra Martins (2013), as ocupações são a estratégia central para a reivindicação de moradias e acesso à infraestrutura urbana.

As ocupações acontecem quando determinado grupo de pessoas sem acesso à moradia passa a ocupar terrenos ou construções dos quais não têm posse, podendo ser espontâneas ou organizadas por grupos sociais e políticos. Como destaca Rodrigues (1988), são, em geral, terrenos e construções abandonadas e/ou subutilizadas e, muitas vezes, relacionadas à retenção para fins de especulação imobiliária.

As ocupações podem ser verticais, como em obras de prédios inacabados e subutilizados ou horizontais, em terrenos públicos e privados que não possuem destinação e, portanto, não cumprem a função social da propriedade.

Devido à natureza da própria ocupação, muitas áreas estão em condições de risco. Apesar disso, as populações residentes em áreas degradadas têm crescido cada vez mais nas grandes cidades brasileiras. Conforme é explicado por Rodrigues (1988), esse processo ocorre devido ao fato de que somente aqueles que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, e em casas com certo grau de conforto. Do contrário, são obrigados a viver nas ocupações.

É o que Abramo (2009) denomina de lógica de necessidade. As ocupações são atos impulsionados pela necessidade de moradia não satisfeita pelas duas outras lógicas (do Estado e do mercado). As ocupações devem ser vistas não como o problema mas sim como a solução encontrada por estas pessoas que tiveram o acesso à moradia negado. Deve ser destacado que a ocupação é uma forma de garantir o uso social previsto em lei pela constituição e estatuto da cidade, da moradia como um direito social.

As ocupações são, portanto, essenciais para grande parcela da população que vive à margem do acesso formal à moradia. Em primeiro lugar, pela própria necessidade básica do ser humano de moradia. Mas as ocupações oferecem outros ganhos, como a recomposição do salário desses trabalhadores, muitas vezes já muito baixo. Com a ocupação o indivíduo se isenta de uma série de custos, como custo de luz, água, impostos e aluguéis, o que acaba proporcionando a oportunidade de aproveitar o dinheiro do salário escasso em outras áreas, como a alimentação.

Concluída a ocupação realizada por essas pessoas, o processo seguinte é um dos dois caminhos: a permanência ou a remoção. O primeiro acaba por consolidar a ocupação. Esse percurso conduz à regularização fundiária da área e à realização de obras do poder público nessas ocupações, principalmente abertura de vias. No entanto, esse processo deve ser sempre visto com olhos críticos, como alerta Maricato (2003, p.158), já que essa tolerância “[...] está longe de significar uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos”. A autora adverte que esses processos revelam, na verdade, interesses na manutenção de mercados de mão de obra de baixo custo ou, até mesmo, a promoção da expulsão branca.¹

¹ Sobre isso, destaca-se o trabalho de Avelar *et. al.* (2011) sobre o programa municipal da Prefeitura de Belo Horizonte

As remoções, no entanto, são o percurso mais frequente para “se tratar” os processos de ocupação.

AS REMOÇÕES

Sendo as remoções a forma mais comum de lidar com o processo de ocupação realizado pelas populações excluídas do acesso à moradia e sendo, na grande maioria dos casos, conduzidas pelo poder público, são necessárias justificativas² por parte deste. Aparecem, portanto, uma série de justificativas como “manutenção da ordem pública”, “defesa do direito de propriedade privada”, “áreas de risco” ou “grandes obras de intervenção”.

Para tanto, vale aplicar toda a violência (simbólica ou física) do Estado para efetivar as remoções, sempre aliado à força econômica da classe dominante, como destacado por diversos autores (HARVEY, 2012; MARCUSE, 2004, DAVIS, 2006). Esse processo de expulsão é recorrente nas cidades capitalistas. Como informa Engels (2008, p.145):

A burguesia tem apenas um método para resolver à sua maneira a questão da habitação – isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo. [...] através da abertura de brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante a grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente nas vizinhanças imediatas. [...] a mesma necessidade econômica que os tinha provocado no primeiro sítio os produz também no segundo.

Segundo Harvey (2012, p.17), mesmo depois de mais de 140 anos, “[...] o processo que Engels descreveu é constantemente recorrente na história da urbanização capitalista”. Ainda Harvey (2011) salienta que, para obter sucesso, os desenvolvedores do capitalismo recorrem a diversos tipos de esquema, legais e até mesmo ilegais, que vão da subversão política à força bruta, usando o aparato opressor do Estado para limpar o espaço de acordo com seus interesses. Ainda deve-se deixar claro que o processo de expulsão

descrito possui uma clara dimensão de classe, pois, segundo Harvey (2012, p.16), “[...] são os pobres, os desprivilegiados e os marginalizados do poder político que sofrem com esse processo”.

Em tese, deveriam ser aplicadas às ocupações uma ou mais das seguintes alternativas: 1) o reassentamento, através do programa Minha Casa Minha Vida; 2) o oferecimento do chamado “aluguel social”; 3) o pagamento de uma quantia pré-estabelecida como indenização. No entanto, como é apontado em diversas notícias vinculadas recentemente, essas alternativas não são respeitadas. Como exemplo pode-se citar três casos: em 2010, a ocupação do prédio do INSS de São Paulo; a tentativa de reintegração de posse do terreno em que está a ocupação William Rosa, na cidade de Contagem na RMBH em 2013; e a desapropriação da Vila do Metrô do Rio de Janeiro, em 2014. Em nenhum dos casos as famílias receberam alguma das alternativas descritas e a solução que se estabelece para elas é apenas a remoção.

No entanto essas famílias quando não organizadas inicialmente, o fazem ao longo do processo, para que possam garantir a manutenção de suas moradias. Assim inicia-se os movimentos de luta da população pela moradia.

O MOVIMENTO DE LUTA DA POPULAÇÃO

As pessoas que são marginalizadas do mercado de moradias, que acabam ocupando terrenos e construções e muitas vezes são removidas pelo Estado devem, por questões até mesmo de sobrevivência, se organizar em torno de movimentos de luta da população. Diversos grupos atuam nessas condições tendo como pauta principal a questão da moradia.

São processos de resistência em contraposição às estratégias hegemônicas (MARTINS, 2013) que possibilitam apontar a cidade para além de um espaço de reprodução do capital, vislumbrando, assim, um espaço de lutas, de construção coletiva e democrática (CARLOS, 2003). E, desse entendimento, o ato de ocupar é um ato subversivo de não submissão à lógica mercadológica de acesso à moradia.

Diversos exemplos podem ser lembrados. No dia 20 de março de 2014 as ocupações da Mata do Isidoro, a ocupação Rosa Leão, ocupação Esperança e ocupação Vitória realizaram uma marcha que culminou com a ocupação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em que conseguiram pressionar o poder público a realizar o cadastro das famílias residentes para iniciar a efetivação dos processos de obtenção da posse da moradia, destacando a permanência das

Vila Viva como mecanismo de desfavelização.

2 Sobre isso, destaca-se, trabalho de Foucault (2004), em que ele discute o poder do discurso da formação de um lugar de verificação da sociedade.

quase seis mil famílias que vivem no local. Outro exemplo foi a marcha realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em São Paulo, no dia 26 de março de 2014. Os manifestantes, que pautavam a manutenção da ocupação Nova Palestina, depois de marcharem pelas ruas da Zona Oeste de São Paulo foram recebidos pela Prefeitura Municipal e pelas Secretarias de Habitação e Relações Governamentais, quando o prefeito Fernando Haddad se comprometeu a revogar o decreto (assinado pelo ex-prefeito Gilberto Kassab) que transforma a área da Nova Palestina em um parque municipal. A pressão popular nas ruas através dos movimentos de luta surtem efeito pela força política que conseguem mobilizar.

Segundo Gohn (1991, p. 47), “os movimentos populares urbanos contribuem para a gestação de formas alternativas de um poder popular”. A autora ressalta que essa população desenvolvem a conquista de espaços para a constituição das camadas subordinadas como produtoras da moradia e da cidade.

Existem diversos tipos de movimentos em torno desse processo. Uns mais radicais, no sentido de apontarem para as contradições da produção capitalista do urbano – essencialmente desigual –, outros mais imediatistas, buscando resolver a necessidade imediata de moradia. Não se deve tomar um ou outro como superior ou, eventualmente, como o movimento ideal. No entanto, deve-se reconhecer o verdadeiro conteúdo político desse movimento. Sobre isso, afirma Rolnik (1988, p.51):

A questão da segregação ganha um conteúdo político: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de desordem. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta dos trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade.

Este processo é, na verdade, um reflexo da luta de classes na sociedade que é expresso na apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, a estruturação espacial incide sobre a luta de classes. No espaço, ao produzir o espaço, estão se materializando, juntamente com todas as tensões inerentes. É, segundo Marx (2009), na luta que os indivíduos se constituem como classe. Portanto, nessa disputa pelo solo é possível perceber a luta de classes. Como escreve Marx (2009, p.116): “a luta entre classes é uma luta política”. Cabe lembrar que a apropriação diferenciada do espaço é fruto do trabalho humano e de sua organização produtiva, que é ordenada pelas relações de produção do trabalho.

Entre todas as contradições próprias desses mo-

vimentos sociais, deve ser destacado, como fez Debord (2006) em sua análise para as famosas *riots* em Los Angeles, que os movimentos sociais de luta pela moradia são movimentos questionadores da ordem capitalista de produção da cidade, da dominação do valor de troca sobre o valor de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 1970 até hoje, a expansão da pobreza na periferia é expressa na proliferação dos loteamentos irregulares e não legais. Isso se dá por meio da ocupação de terrenos por uma população de baixa renda, em áreas (em geral nas franjas da cidade ou da região metropolitana) sem infraestrutura e/ou em áreas de risco ou de mananciais. Para esta população, morar nessas áreas é, na maior parte das vezes, a única possibilidade de sobrevivência e de existência – ainda que precária – de uma moradia, mesmo que isso implique limitações para o deslocamento e o acesso aos bens produzidos na cidade como infraestrutura básica (água, luz, esgoto), sistemas de educação e saúde, bem como de possibilidades de empregos que em geral se concentram nas centralidades.

No entanto esse processo é, em alguma medida, incongruente com a acumulação capitalista. Em que pese a importância de reconhecer que o processo de reprodução do capital se apropria dessas ocupações no sentido de manter os salários baixos, a forma totalmente marginal à lógica de mercado é uma resistência a esse projeto de cidade-mercado.

Esta é uma resposta contraditória. Ao mesmo tempo que as ocupações garantem a existência dos salários baixos, elas servem de poderosa crítica à mercantilização da vida. Assim, o Estado é convocado a resolver essa tensão criada. Ora pela via do mercado, ora pelas remoções. Mas é frequente que o Estado e grande parte da sociedade civil vejam esse processo como ilegal, devido à legislação e ao direito vigente (que se inspira na e pela manutenção do status quo como diversos autores já apontaram). Sobre isso, o geógrafo Ash Amin (2013), em visita à ocupação Rosa Leão em Belo Horizonte em meados de 2013, afirmou que “[...] uma questão tão natural como seres humanos construir suas casas passa a ser uma ilegalidade”.

É por isso que se deve recuperar as lutas sociais pela moradia como um movimento de questionamento das próprias bases da produção da cidade capitalista. A partir delas é possível construir um movimento político-social cada vez mais amplo. Afinal, como afirma Löwy (2006), o urbano se tornou o lu-

gar do enfrentamento das classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Ash. **Entrevista à Pastoral Metropolitana dos Sem-Casas – RMBH**. 24/08/2013. Disponível em: http://youtu.be/OVA_QaQDtS0 Acessado em: 12 de janeiro de 2014.
- ALVES, Glória da Anunciação. As Resistências no Processo de Produção do Espaço. In: **Anais do X ENANPEGE**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas, 2013.
- AVELAR, Cristiane; LINO, Daniela; FERRARI, Guilherme; PEREIRA, Janaína. **O programa Vila Viva como mecanismo de desfavelização na cidade de Belo Horizonte**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Ciências Humanas, Curso de Geografia – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.
- BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade: Quem ganhou? Quem perdeu?** Brasília: Senado Federal, 2005.
- BENSAÏDE, Daniel. **Resistencias, ensayo de topologia general**. Espanha: El viejo topo, 2001.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Diagnóstico das condições habitacionais, da política habitacional e das ações institucionais da política habitacional realizada no Brasil**. Política Nacional de Habitação. Programa Habitar Brasil – BID (Projeto BRA/00/019). Brasília, 2004. IBGE.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. **El planeta enfermo**. Barcelona: Editorial anagrama, 2006.
- ENGELS, Friederich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GOHN, Maria. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HARVEY, David. **A Importância da Imaginação Pós-Capitalista**. (Entrevista). Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/27/a-importancia-da-imaginacao-pos-capitalista-segundo-david-harvey/> Acesso em: 05/09/2013
- HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Estudo de Avaliação da Experiência Brasileira sobre Urbanização de Favelas e Regularização Fundiária**. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.
- LÖWY, Michael. A Cidade: Lugar estratégico do enfrentamento de classes. **Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**, v.8, 2006.
- MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não: A segregação e o Estado**. Espaço e Debates, v.24, n.45, 2004.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. V.17, n.48, 2003. (p.151-168)
- MARTINS, Ananda. Lutas Sociais e a Cidade: o desvelar das resistências e suas espacialidades no Distrito Federal no contexto da urbanização contemporânea. In: **Anais do X ENANPEGE**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas, 2013.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Direito à moradia ou salvação do setor? **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A3 - A3, 14 mar. 2009.
- SCIFONI, Simone. As Resistências na Produção do Espaço Urbano: Um olhar sobre os lugares de memória da luta na cidade. In: **Anais do X ENANPEGE**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas, 2013.
- SILVA, Madianita. **A dinâmica das ocupações irregulares e o processo de metropolização de Curitiba**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. ■

João Luiz Pereira Domingues

Sete jogos, nenhum índio

Resumo

O artigo se dedica à reflexão em torno da relação entre as políticas culturais, a esfera pública e o território, tendo a cidade do Rio de Janeiro como objeto de análise. O objetivo geral é perceber como as políticas de regulação urbana influenciam as práticas de diversos atores culturais, levando, através de um processo complexo de seleção e normatividade, à invisibilidade de certas ações e acentuação de outras. Deste patamar, acredita-se que a cidade do Rio de Janeiro seja um caso por excelência de como a reorganização capitalista do espaço, traduzida na introdução do empreendedorismo urbano, promove políticas que selecionam e limitam a presença e as possibilidades de ação de certos grupos sociais, atrofiando a diversidade cultural como um projeto a se realizar. Desta feita, apresenta-se aqui a experiência Aldeia Maracanã, para contribuir na construção de um mapa de debates que identifique os limites das políticas culturais nas cidades-empresa e para a produção de uma historiografia dos movimentos culturais insurgentes capaz de ampliar os cânones da discussão das políticas culturais no espaço urbano.

Palavras-chave: Políticas culturais; Planejamento urbano; Insurgência; Território.

Abstract

The research is dedicated to the reflection on the relationship between the cultural policies, the public sphere and the territory, having the city of Rio de Janeiro as its object of analysis. The general objective is to understand how urban regulating policies influence the cultural practices of different actors, leading through a complex process of selection and normativity - to the invisibility of certain actions and to the accentuation of others. From that stage, it is believed that the city of Rio de Janeiro is a case par excellence of how the space's capitalist reorganization, reflected in the introduction of urban entrepreneurialism, promotes policies that select and limit the presence and possibilities of action of certain social groups, atrophying cultural diversity. Thus, the article presents an urban experience called "Aldeia Maracanã", to compose a map of debate that helps to identify the limits of cultural policies in the enterprise-cities and for the production of a cultural insurgent movements' historiography able to expand the canons of the discussion of cultural policies in the urban space.

Keywords: Housing; Urban; Occupations; Removals; Social Movements.

João Luiz Pereira Domingues

é doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e professor no Instituto de Arte e Comunicação Social - IACS da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de produção e planejamento cultural, com ênfase em Sociologia Política, Planejamento e Políticas de Cultura.

joalpdomingues@gmail.com

POLÍTICA CULTURAL E POLÍTICA URBANA: IMPLICAÇÕES SOBRE A ATROFIA DA DIVERSIDADE

É conhecido que as políticas culturais, ainda que de forma parcial e descontínua no Brasil, vêm mais e mais se tornando objeto de preocupação pública, complexificando as estruturas de intervenção e ampliando o contingente de atores que atuam em seu campo. Por ter se tornado um universo bastante especializado, pode-se afirmar que as políticas culturais já conquistaram certa história, seja em um cenário avaliativo, seja no espaço mais restrito de suas ações propriamente ditas, ou seja, nos modos de produção da cultura.

Deve-se considerar, entretanto, que as relações específicas desse universo são altamente conflituosas e contraditórias. O campo das políticas culturais, seja em sua definição enquanto conceito, ou em seu conjunto mais estrito de intervenções, é insuficiente para dar conta da totalidade de fenômenos ligados ao cultural. No universo da cidade, essas dimensões se mostram ainda mais limitadas, na medida em que os processos de regulação territorial determinam parte das condições de realização dos fenômenos ligados à organização da cultura (Domingues, 2013).

Diante desse cenário, o objetivo principal deste artigo é ilustrar como os diversos tipos de políticas culturais, as quais envolvem componentes territoriais em suas coerências internas ao agir no espaço da cidade, são altamente influenciadas por políticas de regulação urbana que extrapolam os limites das gestões culturais. Para isso, reconhece-se as relações dialéticas que agem em torno dos elementos territoriais e culturais, mais propriamente reconhecidas nos componentes culturais presentes no planejamento urbano contemporâneo. O trabalho pretende, desta maneira, identificar como a concepção de diversidade cultural, traduzida como a amplitude das práticas, meios, modos e expressões de vidas identificadas com o universo cultural, é materializada no espaço urbano, tendo em vista as condições de reprodução urbana na fase flexível do capital.

A hipótese encontrada neste artigo é de que o processo mais recente de transformação do capital acelerou as mudanças em torno da ocupação simbólica e concreta do espaço, tendo acionado certa concepção de diversidade cultural. Essa combinação externa de fatores ao espaço restrito da gestão pública da cultura produziria, então, um tipo de política cultural associada, porém rebaixada, à nova realidade urbana, sob a regulação de um consenso da imagem socialmente compartilhada e das práticas culturais presentes na cidade. Desta forma, o território como disputa físi-

ca e simbólica e, mais propriamente, os agentes que determinam a ocupação do espaço na cidade teriam um papel fundamental na administração da agenda das políticas culturais, de atrofiamento da diferença como fonte de repertórios da diversidade e de mercantilização de uma seleção estrita de identidades a publicizar.

A explicação fundamental para esta diversidade fraturada guarda relação com a subordinação do valor de uso ao valor de troca e seus desdobramentos para o campo do planejamento urbano. Lançando mão de um determinado modo de gestão, e em nome de um determinado projeto de cidade, as ações necessárias para concretizar os modos de regulação e uso do espaço urbano atingem o campo específico do cultural, ressaltando sua unidade indissolúvel com o território. Desta forma, um certo tipo de racionalidade econômico-burocrática presente na gestão urbana subordinaria a racionalidade ético-identitária tematizada no investimento capitalista sobre o espaço. Constrói-se, portanto, no campo institucional, uma organização de interesses sobre o urbano que impõe aspectos mercado-técnicos acima dos aspectos político-culturais. Desta feita, torna-se essencial caracterizar os parâmetros da gestão urbana contemporânea, para cumprir a análise de suas interferências no campo político-cultural.

A transição da fase monopolista para a acumulação flexível e a transformação dos fatores macroeconômicos globais geraram significativas mudanças nos processos organizados do trabalho, nos estudos sobre a urbanização, nas práticas de planejamento e nas concepções gerenciais sobre o território. A progressiva desindustrialização urbana, o crescimento estrutural do desemprego, a austeridade fiscal e a capacidade declinante dos Estados-Nação em controlar os fluxos financeiros de empresas multinacionais estabeleceram as condições concretas para a efetivação de um novo modelo de governança e planejamento das cidades (Harvey, 2006).

Para que este modelo se consolidasse em plano mundial, foi necessário imprimir ao período uma série de mudanças radicais no conjunto de categorias enunciadas pelos atores que procuram ocupar posições predominantes na enunciação de discursos e na construção dos modelos referenciais da gestão urbana. Desta forma, as estratégias discursivas acionadas após a década de 1990 procuraram anunciar uma inadequação dos sistemas urbanos e de seus modelos de planejamento aos desafios de um mundo globalizado, bem como as alternativas para as saídas da crise anunciada, tendo como solução a adequação e valorização de características urbanas “mundializadas” (Compans, 2004).

A construção desta nova concepção discursiva

tem como fonte emissora o ideário neoliberal e seu léxico baseado na eficácia de gestão, de modo a privilegiar as abordagens “administrativas” e “eficientes” da cidade, com crítica ao burocracismo dos Estados-Nação e seu “planejamento centralizador”. Entram em cena formas de intervenção “empreendedoras”, igualmente flexíveis quanto à “multiplicidade de polos de iniciativa e decisão, envolvendo atores não governamentais, semipúblicos e privados” e a dinâmica de promoção “dos mecanismos de negociação das normas urbanísticas, liberação do controle do uso do solo, renúncia fiscal e subsídio ao investimento privado, mediante a oferta de infraestrutura, terrenos, formação de mão de obra etc.” (Acselrad, 2004, p. 27).

Capturado, de forma geral, como empreendedorismo urbano, esse novo processo é dependente das condições locais e das alianças forjadas para o projeto e se caracteriza por um

padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano (HARVEY, 2006, p. 230).

Essas formas “empreendedoras” de ação sobre o espaço urbano reivindicam uma supremacia dos governos locais em relação aos Estados Nacionais na “promoção das condições de produtividade e competitividade das empresas localizadas em seu território, e à capacidade de representação e legitimação políticas” (Compans, 2004, p. 31). Essa perspectiva sugere que os governos locais teriam posições privilegiadas na negociação com as empresas transnacionais e suas matrizes financeiras na integração aos sistemas urbanos.

Ao formular a problemática de uma cidade fortemente atraente para a entrada de capitais financeiros e para fluxos de consumidores externos, esse planejamento reposiciona a questão urbana, de “temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo”, para um novo tipo de problemática urbana que tem como centralidade a problemática da competitividade urbana (Vainer, 1999, 2000). Nessa razão de intervenção, o padrão universalista regulatório clássico de ordenamento do espaço originalmente orientado para atender à função social da cidade é colonizado pelos padrões de competição internacional entre cidades e para a atração de investimentos financeiros

(Sánchez, 2010).

Nessa medida, impõe-se uma qualidade de variações à apreciação do empreendedorismo urbano como um projeto. Retomando a questão para o campo cultural, a associação à gestão empreendedora variará conforme as condições concretas de produção capitalista do espaço, em especial na complexa dinâmica entre trabalho e consumo, baseada na coalizão urbana que organiza seu projeto de gestão. Como consequência, essa associação cultural do empreendedorismo urbano provoca rebatimentos para o campo das políticas culturais.

EMPREENDEDORISMO URBANO E MEMÓRIA INSURGENTE: A ALDEIA MARACANÃ

Tais determinações não podem ser capturadas apenas no abstrato e fora da concretude histórica. Em sendo, reivindica-se aqui tratar a cidade do Rio de Janeiro como um caso exemplar da articulação entre o empreendedorismo urbano e a atrofia da diversidade como projeto político-cultural.

O processo empreendedor de gestão pública tipicamente carioca se faz mais facilmente apreensível durante a década de 1990, com a primeira eleição de César Maia à prefeitura do Rio de Janeiro. Este momento define a preferência do eleitorado carioca por um governo “técnico”, baseado em um extenso programa de obras urbanas e no controle das contas públicas na gestão financeira da cidade. Neste período em diante, esta nova construção técnica da administração pública se estabelece na cidade, formando coalizões urbanas dominantes com alguma sinuosidade na formação política, mas com continuidade discursiva. Desde então, a adoção dos planos estratégicos para a gestão urbana da cidade torna-se rotineira nas duas décadas subsequentes, sendo esta a face mais evidente da publicização do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro (PECRJ, 1996, 2004, 2010; Vainer, 1999, 2000).

Quanto à perspectiva cultural do modelo, algumas considerações precisam ser levantadas. Parte das críticas à nova gestão urbanística tem como centralidade as políticas de *image-making*, que negociam a autopromoção publicitária da cidade em torno de sua vinculação como um culturalismo de mercado. Neste caso, a percepção é de que a cultura, “cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável” (Arantes, 2009, p. 29), produz, em última instância, uma subordinação de determinados valores-de-uso a valores-de-troca, aos que conseguem

extrair desta negociação seus benefícios exclusivos. Neste modelo, o estatuto do cultural é tanto um recurso estilístico que auxilia a transformação da cidade ela mesma em um certo tipo de capital (ampliação de serviços culturais específicos), quanto um recurso político recomendável para a concretização de um consenso entre grupos sociais sobre o ingresso da cidade-mercadoria no mercado mundial de cidades. Neste sentido, situar a cultura enquanto recurso desta gestão urbana implica em posicioná-la como uma escolha instrumental em torno de disputas e de estratégias semânticas diversas.

No caso da hipótese aplicada, o processo de afirmação da memória na cidade tornada empresa teria uma função essencial. Constringendo práticas que se desassociam da legitimação necessária à concretização do projeto de mercantilização da cidade, o empreendedorismo urbano construiria uma nova imagem da cidade (memória em processo) que invisibiliza sujeitos pela reclusão espacial e seleção patrimonial, reforçando características moderno-republicanas da cidade, agora radicalizadas pelas transformações urbanas aparentemente imperativas vinculadas ao recebimento de megaeventos internacionais.

Embora a topologia do campo político-cultural seja muito mais ampla do que este artigo se propõe operacionalizar, o caso exemplar destacado é o processo de revitalização do complexo esportivo Jornalista Mario Filho, no bairro do Maracanã. Originalmente construído para a Copa do Mundo de 1950, o estádio do Maracanã simboliza um lugar na memória nacional (NORA, 1993) e um monumento que sintetiza a entrada do Brasil em um mundo moderno. Entretanto, para fins de recebimento da Copa do Mundo de 2014, o projeto de revitalização do estádio requeria, segundo os padrões orientados de recebimento de grandes eventos da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), mudanças internas inerentes aos projetos arquitetônicos e mudanças externas, para a facilidade de locomoção urbana.

O estádio está situado entre duas grandes avenidas, a Maracanã e a Professor Manuel de Abreu, passagem da Zona Norte ao Centro e Avenida Brasil. Outros equipamentos fazem a intermediação com o espaço do estádio, tais como: universidades públicas e privadas, escolas técnicas estadual e federal, e a Quinta da Boa Vista.

Entre eles, encontra-se um casarão representativo para a história das políticas culturais no Brasil. Ali se situa o primeiro museu dedicado à memória indígena e à difusão do pensamento indigenista brasileiro. É na atualidade das disputas sobre o uso deste espaço que a conjugação das três dimensões da atrofia da diversidade pode ser melhor visualizada.

A origem da área onde está situado o casarão remonta ao século XIX¹. No período, o terreno era propriedade dos jesuítas, sendo ocupado por engenhos de cana-de-açúcar. Com o declínio da atividade, o terreno foi dividido em chácaras, uma delas vendida, em 1865, pelo Comendador Manuel José de Bessa ao Príncipe Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha, o Duque de Saxe, Almirante da Armada Brasileira e fomentador de estudos naturalistas. O casarão representa a gênese e parte da transição da política indigenista brasileira, tendo sido - provavelmente - a primeira sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No ano de 1953, Darcy Ribeiro propôs a criação de um equipamento voltado para a afirmação da cultura indígena, “contra o preconceito”, “para romper com a hipocrisia da democracia racial das elites brasileiras”, como parte da Seção de Estudos do SPI². A Seção tinha por função “documentar, através de pesquisas etnológicas e linguísticas e de registros cinefotográficos e sonográficos, todos os aspectos das culturas indígenas existentes no país” (MUSEU DO ÍNDIO, 1991, p.1).

O Museu do Índio funcionou no imóvel da Rua Mata Machado até 1977, quando foi transferido para o prédio que servia ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no bairro de Botafogo. O terreno de 14,3 mil m² que abriga o casarão do Maracanã teve, em 1984, a titularidade repassada pela União para a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), posteriormente denominada Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Após trinta anos de abandono, o estado do imóvel era de imensa depredação e desgaste estrutural e, embora a tradição das políticas de memória no Brasil tenham consolidado o investimento no patrimônio material de pedra e cal (Gonçalves, 1996), nenhuma instituição dedicada ao patrimônio havia concluído

1 Não existe consenso quanto ao ano de inauguração do casarão. Alguns citam 1865, quando ocorreu a transferência de posse do imóvel do Duque ao Império, mas uma placa no interior do prédio indicaria o ano de 1910 como o mais provável, mesmo ano de criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/NTN). Em sendo, a hipótese mais provável é que o imóvel, assim como a extensão do terreno, devem ter sido incorporados ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1909, em substituição à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, quando foram finalizados.

2 O casarão havia sido readaptado internamente segundo projeto do arquiteto Aldary Toledo, e contava com salas de exposição e projeção de filmes, auditório para apresentação de músicas indígenas, laboratórios cinematográficos e a Biblioteca Marechal Rondon. O Museu do Índio foi criado justamente no período de mudança do SPI para Brasília (1962), e de sua transformação em Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em novembro de 1967.

qualquer processo de tombamento para o imóvel.

Neste caso em questão, é possível estabelecer um vínculo entre a intervenção urbana orientada para a renovação do entorno do estádio e os interesses privados em torno do controle do uso do solo. Durante certo tempo o casarão foi mostrado pelo discurso oficial como um empecilho à melhor utilização do território para interesses não necessariamente públicos e certamente não coletivos. Eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas não se limitam a um calendário de apresentações esportivas, mas representam oportunidades de renovação do ciclo de acumulação capitalista com base na exploração indiscriminada do ambiente urbano. Este cenário expõe a difícil articulação entre a possibilidade de ressignificação de equipamentos culturais ligados à certos grupos culturais com voz emergente e o padrão de competitividade e atração de investimentos e de consumidores para a realidade urbana empreendedora.

Neste processo de renovação urbana, combinam-se tanto as necessidades retóricas pragmáticas de adaptação dos equipamentos às exigências externas para o andamento das competições, quanto as possibilidades de acumulação de certos setores capitalistas na exploração do território. A segunda faceta da renovação urbana compreendida na reforma do estádio para a preparação dos Jogos evidencia os vínculos entre os setores imobiliário, da construção civil e o Estado, expressando-se no território a partir da lógica especulativa.

Parte da contradição entre capital e trabalho se configura neste processo. As relações situadas nos diferentes valores-de-uso ficam submetidas à lógica acumulativa dos setores capitalistas, em especial dos agentes de produção que “buscam a apropriação da renda” - incorporadores e gestores imobiliários - e dos que “procuram juros e lucros através da construção de novos elementos - indústria da construção civil” (HARVEY, 1982, p.11).

Portanto, a coalizão urbana mostrou-se um ator central para minimizar a incapacidade do capital imobiliário em valorizar-se em alta liquidez. Para tanto, essa coalizão sustentou a intervenção via fundos públicos e regras de flexibilização e desregulamentação, ampliando o cenário de dívidas públicas para tentar assegurar a integração da cidade nos mercados urbanos com fins desportivos e de serviços de entretenimento especializados. O Estado do Rio de Janeiro, proprietário do imóvel, pôde, então, sinalizar que apenas a lógica empreendedora privada tornaria um capital fixo deste porte objeto de acumulação, tanto afirmando a impossibilidade de custeio de sua manutenção, desvalorizando-o e transacionado-o a um baixo preço de mercado, quanto estabelecendo

a necessidade de estímulo ampliado de seu uso. Desse modo, foi justificado o transporte inicial de erário público para a transformação arquitetônica do estádio. Esta foi a lógica de afirmação da necessidade de um processo de concessão de gestão do Complexo Esportivo aos consórcios privados, sem a expectativa de recuperação do investimento da revitalização³.

O ativo desmontado inicialmente de valorização passara, ainda, por um processo de inversão, com base em políticas governamentais de revitalização urbana, não apenas da arquitetura do capital fixo existente, mas de toda a vizinhança, igualmente entendida como um espaço não-produtivo e favorecedor da especulação imobiliária. Abriam-se, portanto, as oportunidades de exploração do solo aos gestores do equipamento revitalizado, fosse liberando padrões edilícios para novas construções (shoppings, restaurantes, estacionamentos), mesmo que estes concorressem com a dimensão paisagística do estádio, fosse ampliando a canastra de serviços do Complexo a atrações não necessariamente ligadas ao âmbito desportivo.

A aparente óbvia relação entre acumulação capitalista e coalizão urbana necessita prever, portanto, o avanço no desmonte de usos particulares do espaço. Como tal, foi-se realizando, demonstrando também a inabilidade da gestão urbana em conformar negócios com a atuação necessária da gestão das cidades no mundo da política.

Em outubro de 2006, um coletivo de indivíduos oriundos de diversas etnias indígenas - Pataxós, Puris, Guajajaras, Tukanos, Apurinãs, Fulni-ô, Kaingang, Guarani, entre outras - ocupou o espaço interno do casarão. Desde então, se movimentaram para transformar o imóvel em um equipamento de referência para a produção e divulgação da cultura indígena, estando, para isso, sob tutela direta de representantes dos povos originários. Nesse contexto, o conjunto imobiliário identificado com a fase eclética da arquitetura brasileira passava a ser objeto de luta patrimonial.

Esta significativa experiência foi batizada de Aldeia Maracanã. A criação e permanência dos aldeados no espaço do antigo Museu do Índio é um dos casos exemplares sobre como a atrofia da diversidade se conecta intimamente à recente produção capitalista do

3 O processo de licitação recebeu propostas de dois *pools* de empresas. O primeiro foi batizado de “Consórcio Maracanã SA”, contava com a Odebrecht Participações e Investimentos, cuja participação é de 90%, além da IMX Arenas e a AEG Estádios e Arenas do Brasil, ambas com 5% de participação. O segundo foi batizado de “Complexo Esportivo e Cultural do Rio de Janeiro”, e contava com as empresas OAS SA, Amsterdam NV e Lagardère Unlimited.

espaço, ao empreendedorismo urbano, e às interlocuções com o subcampo patrimonial.

Acompanhei em pesquisa campo a luta da Aldeia Maracanã entre os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2013. Tratava-se do momento em que o Estádio Mário Filho se encontrava em obras para a recepção da Copa das Confederações, no limite do processo de concessão de sua gestão à iniciativa privada. Quando na preparação para os megaeventos, o arrasamento do prédio tornou-se uma questão central. Neste sentido, o recorte temporal também indica a radicalização dos vínculos entre acumulação urbana e megaeventos no Rio de Janeiro.

Durante as visitas, colhi vários depoimentos sobre a noção dos sujeitos sobre o espaço, o mito de construção do aldeamento, a percepção e formas de sua luta, os enfrentamentos com a normatividade da política cultural e urbana, e as fragilidades desta experiência diante da máquina violenta do estado.

Foi impressionante perceber a capacidade destes personagens de produzir de significados sobre a luta aldeada, transformada em um coletivo capaz de esboçar um projeto não baseado na lógica mercantil, mas num espaço de referência para toda a população indígena brasileira. Este significado publicizado foi extremamente importante para a conquista de alianças na trajetória da Aldeia Maracanã.

Em uma conversa, a relação com o espaço foi dimensionada sob um contexto mítico contundente e bastante particular à realidade e ao discurso dos povos originários. “Isso pra gente é terra sagrada (*sic*)”⁴, dizia Dauá Puri, um dos interlocutores da Aldeia. De formas diferentes, os ocupantes se referiam à experiência da Aldeia construída no casarão acionando referências míticas religiosas. Esta assertiva está baseada em duas explicações fundamentais. A primeira é bastante evidente e remonta aos usos do casarão quando na época do SPI e Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro. Aponta, assim, para a relação entre a propriedade imobiliária, a destinação do serviço e a questão usufrutuária. Dentro das regras do uso do solo urbano, os indígenas pretendiam que a área permanecesse pública, mas de usufruto indígena, tal como se orienta a relação entre as terras da União e os aldeamentos indígenas. Era imaginável para os habitantes da ocupação que diante da afirmação pública de um imóvel federal - portanto, ligado à dimensão nacional -, que a terra sagrada pudesse ser reconhecida e significada nestas condições. Esta concepção de terra sagrada fornecia aos ocupantes a noção de que a luta não se resumia à gestão do prédio histórico,

mas ao debate mais denso do que implica a imersão de um aldeamento indígena, como um coletivo com identidade própria e irrenunciável e, em aparente consenso, nas condições urbanas contemporâneas.

A segunda explicação fundamental remontava à mítica tribo *Marakà Anànà*. Segundo a fala de alguns habitantes da ocupação, haveria existido um grupo vivente naquele território, tendo justificado o batismo do bairro como uma referência direta aos antigos moradores. Diziam, inclusive, que na área haveriam urnas funerárias indígenas, dado comprobatório da existência anterior dos *Marakà Anànà*. *Marakà Anànà* seria, também, o nome tupi de um pássaro de pelagem azul, que podia ser visto se alimentando de frutos das árvores que cercam o casarão.

Esta construção mítica foi uma das motivações para a organização do espaço ser tratada como algo que não lembrasse apenas o casarão no histórico patrimonial indígena. A tradução da luta pela memória e patrimônio dos povos originários se construiu no espaço do antigo Museu do Índio de forma ainda mais radical e inovadora. Diante do desafio de construir uma nova mitologia para o cenário urbano, e tendo como parâmetro a maior participação possível das etnias representativas dos povos indígenas no Brasil, a reivindicação do aldeamento como um espaço de vivência e como uma fonte normativa para a constituição de um novo equipamento cultural para a cidade gerou a necessidade de reproduzir radicalmente a experiência de uma aldeia.

Já nas primeiras semanas acompanhando as atividades no espaço do Museu do Índio, pude notar que embora alguns indígenas moradores da Aldeia repetissem constantemente a expressão “índios em contexto urbano”, eles mostravam um certo desconforto quando me referia ao uso do espaço nos moldes de uma ocupação. De forma implícita, esta categoria, comum entre os movimentos sociais urbanos, seria adequada para ilustrar que os indivíduos que habitavam o imóvel não apenas sintetizariam as lutas em torno do campo patrimonial, mas, igualmente, sofreriam as contradições inerentes à questão urbana: exclusão do trabalho como meio de inserção social; extrema pauperização; necessidade de ocupação do solo urbano sob uma ótica não-mercantil como uma condição de assecuramento do direito à cidade.

A recusa à concepção de ocupação pareceu-me, inicialmente, um tipo de ocultação, ainda que não percebida, dos efeitos da reprodução urbana na vida daqueles indígenas que experimentavam a urbe carioca. Posteriormente, este dado se mostrou coerente com os rumos percebidos sobre o movimento, com suas divisões internas latentes. Ao dotar o significado do espaço como uma reconstrução mítica de um

⁴ Entrevista de Dauá Puri concedida ao autor em 10 de julho de 2012.

aldeamento, os indivíduos tinham naquele imóvel a experiência de um território coletivo aparentemente seguro, amenizando sua relação com as contradições da vida urbana, em especial quanto às questões da infraestrutura habitacional.

Mas esta relação implicava também na necessidade de problematizar os hiatos que surgem em sua auto-definição como coletivo, quando não questiona a centralidade da estrutura de classes no tecido urbano. A necessidade de sobrevivência individual na cidade inclui a dimensão material, expressa no que é associado ao conforto de uma moradia, ao reconhecimento social de um sítio identificado como um endereço ao indivíduo, ou um local adequado para armazenar os materiais para a produção e distribuição do artesanato - atividade laboral da maior parte dos habitantes da Aldeia. O território se mostra também como uma mediação essencial para a percepção subjetiva do que implica o direito à cidade e a produção capitalista do espaço. A rigor, esta é uma das fontes essenciais de direção das políticas culturais na atualidade. Mas por evidência, a experiência radical da alteridade proposta nestes fundamentos político-culturais não se concebe de maneira simplificadora e pacífica. Assim, a manifestação de certos meios, artefatos e técnicas podem significar também a afirmação de um modo de vida como o hegemônico.

No âmbito das políticas culturais traduzidas para o espaço urbano, é essencial reconhecer a necessidade de se problematizar a desconexão entre as dimensões econômica e cultural dos conflitos sociais. Como reconhecimento mútuo da dimensão de indianidade substantiva da existência do coletivo, eram também introduzidos no discurso mítico parâmetros de acesso aos bens urbanos. Embora houvesse uma tensão entre os indivíduos que dispunham de moradias privadas e os que tornavam a Aldeia uma forma de habitar a cidade, a questão da moradia foi traduzida com coerência para a vinculação destes coletivos na vivência urbana, como uma garantia ao livre desenvolvimento e ao igual acesso ao cotidiano cidadão. Nesse sentido, havia uma pressão, no interior da experiência do aldeamento, para que a dimensão da injustiça cultural fosse problematizada como uma dimensão da injustiça distributiva, traduzida no estado individual dos membros partícipes do coletivo. Como as trajetórias e inserções se davam de forma muito particular, o vínculo mítico aldeado e o reconhecimento mútuo de sua estereotipação identitária deve ser uma fonte para o tratamento do estado dos membros do grupo no que concerne aos diferentes níveis de subordinação social impeditivos à plena participação na vida social.

Pude perceber diferenças fundamentais na traje-

tória da Aldeia, em especial na relação que o movimento construiu com as políticas de memória e patrimônio e os efeitos progressivamente mais visíveis do empreendedorismo urbano para a organização de suas lutas. Estas diferenças influenciaram a organização interna do movimento, mas especialmente as relações com os agentes externos, componentes essenciais para o melhor posicionamento dos habitantes da Aldeia no subcampo patrimonial.

Foi possível identificar como ponto de inflexão os meses de setembro e outubro de 2012, que antecedem o processo da audiência pública sobre a gestão do Complexo Esportivo Mário Filho. Até então, penso ter se tratado de uma fase mais holística da luta patrimonial, onde a marca principal foi uma crença dos habitantes da Aldeia Maracanã de que apenas a presença no imóvel e a constante publicização da produção de sua cultura pudesse ser suficiente para que a tutela do casarão fosse resolvida.

No dia 8 de novembro de 2012, no Galpão da Cidadania, no bairro da Gamboa, transcorreu a audiência pública sobre a concessão do Complexo Esportivo do Maracanã. Antecedendo a reunião, pude presenciar a mobilização de cerca de quinhentas pessoas que já se organizavam em protesto, distribuindo apitos e gritando palavras de ordem. Os participantes dividiam-se entre atletas, responsáveis e alunos da Escola Friendenreich, usuários dos equipamentos esportivos e os movimentos Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Frente Nacional de Torcedores, Meu Rio e representantes da Aldeia Maracanã, todos insatisfeitos com os rumos orientados pelo governo do estado.

Os protestos que marcaram a audiência configuraram reconhecimento à Aldeia para a organização popular quanto ao enfrentamento da gestão urbana carioca preparada para a recepção de megaeventos. Desenrolou-se, daí em diante, uma fase mais pragmática da luta, de intenso acirramento dos conflitos com as instituições do Estado e de aproximação com outros grupos sociais urbanos.

Os meses subsequentes marcaram o destino do casarão e dos aldeados. Se a preocupação da coalizão urbana carioca parecera dedicar-se ao ritmo das obras do estádio e às preparações infraestruturais da cidade, a questão da Aldeia Maracanã, vizinha ao território-chave de todo o investimento empreendedor baseado na recepção dos megaeventos, vai ser marcada, daí em diante, por grandes inquietações.

O ponto de inflexão para a transformação das relações entre Estado e os novos aldeados ilustra algumas facetas particulares do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. A transformação territorial da cidade em empresa e mercadoria se mostrava baseada

em uma articulação política cujo vínculo se ampliava para além da prefeitura, incluindo o governo do estado e muitas instituições federais, em especial as destinadas ao empréstimo creditício. No caso estrito da Aldeia Maracanã, a propriedade imobiliária supunha um acordo conjunto, sendo a alienação do casarão ao estado do Rio de Janeiro o passo final para a transferência do cenário principal para o centro decisório do governo do estado.

Para que a cidade tornada agente aproveitasse as oportunidades que os megaeventos trazem, o empreendedorismo urbano fez parecer naturalmente necessário que o espaço das divergências políticas deve-se ser contraído ou minimizado, acionando um aparato normativo que criminaliza e infantiliza as possíveis vozes dissonantes, impondo a legislação vigente de consulta popular de forma burocrático, impedindo um processo participativo efetivo.

No caso estrito da relação de Sérgio Cabral com a Aldeia Maracanã - e de seus assessores e secretários de estado -, foi recorrente o acionamento de um repertório discursivo personalista, que se mostrou posteriormente coerente com a beligerância de suas ações. O governador se incumbiu do papel de porta-voz da significação do empreendedorismo urbano que pretendia conter, pela força, a sensação de perda de oportunidades.

Diversas vezes enfático, o governador procurou em entrevistas apontar a inércia das instituições de patrimônio - “Viva a democracia, mas o prédio não tem qualquer valor histórico, não é tombado por ninguém. Vamos derrubar” (CABRAL *apud* MELLO, 2012)⁵ -, e desqualificar o caráter histórico do casarão e - (CABRAL *apud* MELLO, 2012) e o caráter cultural do aldeamento - “As pessoas que estão ali ocupam aquilo ali não é desde 1506, ou de 1406, ou de 1606, ou de 1706, ou de 1806, ou de 1906. Elas ocupam aquilo ali desde 2006, portanto é uma invasão recente. Chamar aquilo de aldeia indígena é um deboche (CABRAL *apud* G1)⁶”. Nesta direção, o governador submete o destino do estádio à iniciativa privada. “A gente adora falar do futebol europeu e NBA, então vamos segui-los. Vamos seguir a lógica dos paí-

ses civilizados onde estádio não é coisa de governo (CABRAL *apud* VEJA)⁷”. Além disso, fica clara a subordinação do projeto do antigo Museu ao padrão exigido pela FIFA para os Jogos. “Ali vai ser uma área de mobilidade. Uma área que é exigida pela Fifa e que está correta (CABRAL *apud* KONCHINSKI)⁸”.

A desqualificação do lugar do índio na sociedade contemporânea, presente no discurso do governador do estado, não implica apenas numa pessoal soberba retórica ou na renúncia de vínculos mais efetivos entre o *locus* por excelência da esfera pública e coletivos que expressam expectativas de renovação heurística e prática do universo político. Esta significação da experiência indígena como deboche implica também em invalidar a presença dos índios no espaço apresentado como mercadoria disponível à gestão privada do território. Coerente com a lógica de preparação do espaço à mercadotécnica urbana, o estádio e sua vizinhança precisam ser esvaziados de significados, não necessariamente mercadológicos, para estarem disponíveis aos usuários solventes e a seus subsequentes valores-de-troca. Mas este tipo de construção necessita de um estatuto material e imagético para completar-se. Portanto, o apagamento da dimensão histórica do casarão, que remonta à gênese do indigenismo brasileiro, só se realizaria com a plena expulsão dos partícipes da Aldeia.

Este processo se intensificou a partir de janeiro de 2013, marcando o início de uma sequência de enfrentamentos belicosos. O sábado, dia 12 de janeiro de 2013, confirmou as previsões de retomada de posse. Aproximadamente às 8 horas da manhã, quatro viaturas do Batalhão de Choque da Polícia Militar foram estacionadas na entrada do antigo Museu do Índio. A imprensa noticiara que o Batalhão apenas aguardava “ordens superiores”. Posteriormente, soube-se que tais ordens estavam condicionadas à expedição de um mandado judicial.

Este também foi o primeiro momento em que percebi claramente como a atrofia da diversidade conduz a efeitos nocivos para a perenidade das lutas sociais. Os conflitos entre grupos aldeados sobre o destino do espaço, que antes se mostravam latentes,

5 MELLO, Igor. FIFA desmente Cabral e afirma que não pediu demolição do Museu do Índio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 2012. Rio. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/18/fifa-desmente-cabral-e-afirma-que-nao-pediu-demolicao-do-museu-do-indio/>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

6 Fonte: G1. “Chamar de aldeia indígena é deboche”, diz Cabral sobre museu. Rio de Janeiro, jan. 2013. Notícia. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/chamar-de-aldeia-indigena-e-deboche-diz-cabral-sobre-museu.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

7 VEJA. “Estádio não é coisa de governo”, diz Sérgio Cabral. Rio de Janeiro, 12 abr. 2013. Futebol. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/estadio-nao-e-coisa-de-governo-diz-sergio-cabral>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

8 KONCHINSKI, Vinicius. Governo do RJ compra antigo Museu do Índio e deve demolir prédio por reforma do Maracanã. *Uol*, Rio de Janeiro, 19 jul. 2012. Copa. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/07/19/governo-do-rj-compra-antigo-museu-do-indio-e-deve-demolir-predio-por-reforma-do-maracana.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

tomariam dali em diante um outro vulto. A coesão da Aldeia Maracanã, baseada em sua construção mítica de oferta segura coletiva, já sofria com a desagregação interna na relação com a materialidade dos conflitos.

Após diversas notas distribuídas à imprensa, o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 2013, decide preservar o casarão, alegando ter ouvido “as considerações da sociedade a respeito do prédio histórico”. O restauro do prédio do antigo Museu do Índio ficaria “a cargo do concessionário vencedor da licitação do Complexo do Maracanã, e seu destino, “após o tombamento”, seria “discutido conjuntamente entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).⁹

As semanas subsequentes marcaram as negociações para a retirada pacífica dos aldeados. Mas na madrugada do dia 22 de março, equipes do Batalhão de Choque da Polícia Militar cercaram o antigo Museu do Índio, para cumprir o termo de imissão de posse do governo do estado. Já às 7h30, um grupo de 10 indígenas aceitou o acordo com o governo do estado e deixou o local, ainda sob o cerco da polícia, passando o muro com a auxílio de escadas.

Mas às 11h50 da manhã, o Batalhão de Choque rompia a barricada erguida na entrada do casarão e iniciava a invasão. A televisão mostrava imagens produzidas de um helicóptero. A formação policial apontava armas de borracha aos aldeados, enquanto um indígena tentava, de joelhos, dialogar com os policiais. Os aldeados estavam juntos, em um único grupo. Os policiais os cercavam, dirigindo-os à entrada. Alguns indígenas cantavam e tocavam maracas. Tiros eram disparados para o alto, muito próximo dos ouvidos de alguns aldeados. Cotoveladas, socos e escudos empurrando os indígenas compunham a lógica da ação policial. Enquanto alguns indígenas com aparência incrédulos olhavam para a entrada do casarão, agora totalmente ocupada pela Polícia Militar, outros prestavam socorro aos feridos.

Esta ação deliberadamente truculenta expõe certos efeitos da atrofia na materialização da diversidade cultural no plano urbano. A mais evidente delas é a mistura entre a geração espontânea da violência física e a descrença das instituições que ordenam a violência legítima em relação aos grupos culturais. Neste caso, o resultado da dimensão atrofiante da diversidade não apenas faz desprezar a diferença como uma fonte para

a convivência cidadina, como também aciona dimensões punitivas aos que demonstram traços de afirmação identitária desconectados da oficialidade do discurso público competente. Embora no fenômeno Aldeia Maracanã a truculência pareça proporcional ao cronograma de recepção dos grandes eventos, aparenta ser evidente como se determina, também pela força, uma história urbana unitária, restringindo a participação dos que constroem historiografias subalternas. Como tal, abre-se, assim, a possibilidade de estender-se a todo o estado esta inabilidade ao diálogo. Desse modo, a oferta da violência física pode-se mostrar apenas como uma face de um truncamento mais complexo da dimensão espacial e política da esfera pública, como posteriormente mostrou-se ser o padrão das ações policiais em relação às insatisfações populares durante o ano de 2013.

No momento da retomada de posse, a divisão até então latente na Aldeia se mostrou mais evidente. Enquanto um grupo caminhava aos ônibus e vans que levariam os indígenas para o hotel no centro da cidade, outros poucos permaneciam em frente ao casarão, procurando falar à imprensa que a luta não teria acabado ali. E embora os aldeados estivessem encaminhados pela polícia, o enfrentamento físico prosseguia. Durante mais de uma hora, a polícia lidou com os manifestantes nas intermediações do Maracanã com violência impressionante, momento transmitido pelas redes de televisão e replicado pelos sítios de internet. Nos dias que seguiram à saída dos aldeados, a atrofia da diversidade se mostrou de maneira cáustica, imputando à Aldeia Maracanã não apenas o resultado do enfrentamento físico, mas um processo de desqualificação pública e criminalização, cujo centro emissor era a coalizão urbana carioca.

NENHUM ÍNDIO

No dia 27 de abril de 2013, o estádio do Maracanã foi reinaugurado em evento-teste. No início de maio, o consórcio formado por Odebrecht, IMX e pelo grupo americano AEG foi anunciado como vencedor do processo licitatório de gestão e exploração do Complexo. O edital de licitação traz a obrigação da concessionária em realizar reformas, construções, obras, demolições e benfeitorias como atividade incidental à prestação do serviço. O edital cita, entre outras exigências, a construção de um Museu do Futebol e a recuperação das áreas internas e externas do antigo casarão, sem que se explicita qual será sua destinação ou prazo de entrega.

A disputa espacial em torno do Complexo Esportivo do Maracanã apresentou-se como uma relação

⁹ GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio mantém propostas para indígenas. Rio de Janeiro, 28 jan. 2013. Imprensa RJ. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1425878>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

entre a dimensão patrimonial e especulativa das políticas urbanas. Os vínculos entre a intervenção urbana orientada para a requalificação espacial e os interesses privados acerca do uso do solo, tendo como parâmetro que as questões relativas ao aldeamento e ao estádio se mostraram submetidas ao cronograma de recepção dos megaeventos.

Em que pese, sua importância para a construção da política indigenista brasileira, o apagamento da presença indígena do casarão deve ser explicado sob a perspectiva léxica neoliberal que versa sobre as oportunidades que os megaeventos trazem para a renovação espacial e para o ciclo de acumulação de setores capitalistas. Assim, o Complexo Esportivo do Maracanã se mostrara um dos epicentros dos interesses de setores imobiliários, da construção civil e da - novíssima - gestão de arenas esportivas ligadas à oferta de serviços de entretenimento. Como tal, a questão dos aldeados demonstrara imensa dificuldade em comungar interesses patrimoniais ligados à história indigenista ao padrão estético demandado pela competitividade da gestão empreendedora.

O Complexo Esportivo passara por um processo ambivalente em relação ao seu valor-de-troca. Por um lado, o governo do estado submetia a requalificação territorial aos padrões internacionais exigidos, dispensando recordar à população fluminense tratar-se de um conjunto arquitetônico tombado. Por outro lado, acelerava-se a dimensão imagética da obsolescência como um processo instantâneo de desvalorização do ativo imobiliário, sinalizando que apenas o compartilhamento na parceria público-privada poderia tornar a gestão do Complexo, um ambiente de negócios lucrativos, relegando parâmetros patrimoniais ao esquecimento.

Neste sentido, a dependência em relação à fixidez do empreendedorismo urbano, enquanto gramática organizativa da gestão urbana, determinou parte da organização do patrimônio cultural urbano. As destacadas bases não-mercantis das políticas patrimoniais são, assim, deslocadas em razão de demandas dos setores interessados na acumulação, constringendo versões múltiplas de significação do espaço e espoliando valores-de-uso de referências coletivas em nome de um projeto urbano sem outras mediações além das de produção, circulação e consumo dos setores capitalistas privilegiados.

Como tal, a Aldeia Maracanã, aparentemente um lugar de projetos heterogêneos e contraditórios em relação à lógica mercantil, tornava-se uma experiência inadequada à reestruturação urbana carioca. Os aldeados eram sujeitos cujo aparato de produção imagética parecia desconexo, desarticulado dos ideais requeridos pela nova gestão urbana. Práticas de

criminalização e infantilização do movimento tornaram-se a regra da coalizão urbana, repelindo a presença dos aldeados e distanciando-os da possibilidade de construção compartilhada de um novo equipamento de referência à cultura indígena.

O padrão de relação do poder público com os aldeados, para além da violência física descrita na reocupação de posse, reproduziu a lógica de reassentamento das outras comunidades despejadas em função das obras ligadas à reestruturação urbana dos megaeventos, oferecendo um tipo de compensação financeira ou moradia provisória em local distante ao aldeamento, sem contar, necessariamente, com as condições adequadas de infraestrutura. Este é um dado que ilustra a inabilidade da política cultural estatal em promover as traduções de demandas ético-identitárias sob operações normativas que não se submetam à lógica mercadotécnica.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, jul./dez. Curitiba, Ipardes, 2004, p. 34.
- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNESP, 2004.
- DOMINGUES, João. **A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, São Paulo: v. 2, n. 6, p. 6-35, jun./set. 1982.
- _____. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

- MUSEU DO ÍNDIO. **Museu ao Vivo**, edição 2. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1991.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo: Projeto História, nº10, dezembro de 1993.
- PECRJ. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As Cidades da Cidade**, 2004.
- _____. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Pós-2016, O Rio mais integrado e competitivo**, 2010.
- _____. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio**, 1996.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.
- VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105 - 119.
- _____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: **VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 1999 Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: PROPUR - UFRGS, 1999. ■

Ana Carolina Pinheiro Euclides

Áreas protegidas e planejamento estratégico “ecologizado”

a Operação Urbana do Isidoro (Belo Horizonte, Minas Gerais)

Resumo

Na atual fase ecológica do capitalismo, a adesão ao discurso ambientalista para justificar decisões territoriais tem se tornado corriqueira. Tal adesão pode ser considerada sintoma de um processo de urbanização em que natureza e espaço constituem raridades - que o Estado reparte conforme decisões políticas, mas busca divulgar como justas e positivas para a coletividade. Neste artigo, a partir de contribuições de autores como Lefebvre (1991, 2008), Harvey (1996) e O'Connor (1993), são avaliadas as regras e o plano urbanístico da Operação Urbana do Isidoro, em Belo Horizonte (Minas Gerais), buscando-se apreender os mecanismos por meio dos quais as áreas protegidas são estrategicamente inseridas na produção do espaço urbano, legitimando certas práticas espaciais e interesses capitalistas.

Palavras-chave: Áreas protegidas; Espaço urbano; Operação urbana; Belo Horizonte.

Abstract

In capital's current ecological phase, it's become commonplace to justify territorial decisions by adhering them to environmental causes. This adherence can be considered a symptom of an urbanization process in which nature and space are rarities - which the State distributes according to political decisions, but manages to disseminate as the most fair and positive for the whole community. This article, resorting to authors such as Lefebvre (1991, 2008), Harvey (1996) and O'Connor (1993), evaluates the rules and the urban plan of the “Urban Operation” [Operação Urbana] of Isidoro, in Belo Horizonte (Minas Gerais), seeking to apprehend the mechanisms through which protected areas are strategically placed in the production of urban space, legitimizing certain spatial practices and capitalist interests.

Keywords: Protected areas; Urban space; Urban operation; Belo Horizonte.

Ana Carolina Pinheiro Euclides

é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é consultora legislativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos temas: unidades de conservação, Região Metropolitana de Belo Horizonte, parques urbanos, áreas protegidas e política ambiental.

anaceuclides@gmail.com

No século XIX, Marx descrevia os economistas como os “homens da penúria”, pois seu interesse se voltava apenas para as raridades relativas: os bens. Os elementos abundantes – água, luz, espaço – eram excluídos da economia, pois não lhes eram atribuídos valor de troca ou valor de uso no sentido estrito (já que não resultam de trabalho social). Desde o século XIX, o modo de produção capitalista se transformou. Com os avanços da técnica, os bens que então eram raros, como os produtos agrícolas, se tornaram abundantes, enquanto os elementos da natureza vêm se tornando raros. Essa escassez imputa valor a essas novas raridades, inserindo-as nos circuitos das trocas: produção-repartição-distribuição (LEFEBVRE, 2008).

Assim como os elementos da natureza, o próprio espaço vem se tornando raridade na vizinhança dos centros urbanos. O espaço “é artificialmente rarefeito para ‘valer’ mais caro: ele é fragmentado, pulverizado, para a venda no atacado e no varejo” (*Ibid*, p. 125). Nessa conjuntura, o setor imobiliário e o da construção deixam de ser circuitos secundários para se tornar o arrimo do capitalismo industrial e financeiro – já que logram obter lucros superiores à média por apresentarem baixa composição orgânica do capital¹. Assim, o espaço inteiro entra no modo de produção capitalista:

A terra, os recursos do subsolo, o ar e a luz acima do solo: todos são partes das forças de produção e dos produtos dessas forças. O tecido urbano, com suas múltiplas redes de comunicação e de trocas, é também parte dos meios de produção. (...) O espaço inteiro é objeto de consumo produtivo, assim como os edifícios e as instalações industriais, as máquinas, as matérias-primas e a própria força de trabalho (LEFEBVRE, 1991, p. 347, tradução nossa).

Cabe, então, refletir sobre o espaço urbano como lócus de conflitos pelas novas raridades – natureza e espaço. De um lado, a mobilização do espaço² urge,

já que os lucros médios dos setores imobiliário e da construção se tornaram esteio do modo de produção capitalista. Do outro lado, quanto mais avança a mobilização do espaço mais se escasseiam os elementos da natureza – e mais visíveis se tornam os indícios de seu esgotamento. Da percepção desse esgotamento emana o estabelecimento de estratégias para conter a destruição da natureza.

A criação de áreas protegidas³ pode ser considerada uma dessas estratégias, e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) exemplifica esses conflitos. Nessa região – centro político, econômico e urbano de Minas Gerais – está situado o maior conjunto de áreas protegidas do estado. Na mesma linha, o Município de Belo Horizonte, cuja mancha urbana abrange mais de 80% do território, reúne o maior número de áreas verdes entre os municípios da RMBH – muitas das quais reivindicadas pela população. Tendo em vista o histórico de grupos que reivindicam a criação de áreas protegidas na região, a expressão desse conjunto pode ser compreendida como um reflexo da intensidade da percepção da devastação da natureza na metrópole e da articulação política dela decorrente (EUCLYDES, 2012).

Assim, as áreas protegidas urbanas podem ser apreendidas como produtos desse processo de urbanização em que natureza e espaço constituem raridades – repartidas por decisões políticas, tomadas pelo Estado. Daí pensar sobre o papel dessas áreas na política urbana/metropolitana contemporânea. Com esse intuito, no presente artigo, são avaliadas as recentes alterações na legislação urbanística belo-horizontina que levaram à constituição da Operação Urbana do Isidoro. Para tanto, recorre-se à obra de Henri Lefebvre (1991, 2008) sobre a produção do espaço urbano e a política do espaço, como também aos trabalhos de David Harvey (1996) e Martin O’Connor (1993 *apud* ESCOBAR, 1996), e a estudos recentes sobre as áreas protegidas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (EUCLYDES, 2012).

1 A composição orgânica do capital consiste na razão entre o valor dos insumos e o da força de trabalho. O progresso técnico – que reduz o emprego do trabalho humano por meio da automatização, decorrente da aquisição de equipamentos (insumos) pela empresa – provoca uma substituição gradual de trabalho por capital, gerando assim um aumento da composição orgânica do capital, e, com isso, a redução do lucro. Esse seria o motivo de o setor da construção civil no Brasil se manter resistente aos avanços técnicos já adotados por outros países (FERRO, 2006).

2 Na obra de Henri Lefebvre (1991, 2008), a expressão mobilização do espaço, usada para fazer referência à construção e à especulação imobiliária, faz contraponto à suposta passividade presente na denominação do setor imobiliário – ligada

a fases do capitalismo anteriores ao fordismo, quando o solo pertencia aos resquícios da classe dos proprietários fundiários, e a construção era apenas um ramo subordinado da produção. 3 O conceito de área protegida diz respeito à destinação de determinados fragmentos do território à conservação da biodiversidade. Trata-se de uma definição ampla, que, no presente artigo, compreende tanto os espaços protegidos por normas ambientais e urbanísticas (unidades de conservação, áreas de preservação permanente, classes do zoneamento municipal etc.) quanto as áreas verdes definidas em planos de loteamento.

AS ÁREAS PROTEGIDAS NO DISCURSO POLÍTICO E NA POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

Posicionar-se a favor da natureza, ao menos nas últimas décadas, tem sido requisito de legitimidade nos mais diversos campos de debate relacionados ao ordenamento do território – nos projetos governamentais, nos materiais publicitários de empreendimentos econômicos, nas campanhas eleitorais, entre outros. A disseminação do discurso ambientalista contrasta, porém, com a realidade socioambiental brasileira, marcada pelo avanço da degradação ambiental, pela limitada fiscalização e pela explícita transgressão das normas ambientais, tanto por parte de particulares quanto pelo próprio Estado.

Na falta de uma discussão política sobre a temática ambiental⁴, os discursos relacionados à natureza são mobilizados com finalidades diversas, e até mesmo antagônicas. Nesses debates, o que se discute não é a forma como a ação de cada agente se soma na defesa de uma “causa universal ecológica”, mas como cada ação parcelar pode ser justificada a partir do ideário de universalidade da causa – o que torna as estratégias discursivas de persuasão mais decisivas que a “veracidade” dos argumentos (THÉVENOT; LA-FAYE, 1993 *apud* ACSELRAD, 2004). Para Acsehrad (2004), o que está de fato em jogo nos discursos que recorrem às justificativas ambientais não é a proteção da natureza em si mas sim a representação da natureza que torna certas práticas espaciais mais legítimas que outras.

Esse cenário contraditório se expressa na legislação ambiental brasileira, tida como uma das mais avançadas do mundo – apesar da enorme distância que separa o arcabouço jurídico e a realidade social (MARICATO, 2000). Reconhecendo essa distância, em nossos dias, o Estado brasileiro tem buscado aproximar legislação e realidade não por meio do esforço para o cumprimento das normas mas pela via de sua contínua flexibilização e do esvaziamento de seu conteúdo. Exemplo dessa situação é o caso das áreas de preservação permanente (APPs), instituídas em 1965 e sensivelmente descaracterizadas na última década⁵.

4 Para João de Paula (1994, p. 245) tal debate político implicaria, fundamentalmente, no “profundo questionamento de toda uma estrutura de propriedade, de produção e de consumo” vigente em nossa sociedade, que, por seu turno, levaria à reafirmação da centralidade da discussão sobre o valor de uso da natureza.

5 O Código Florestal brasileiro de 1965 considerava APPs determinados fragmentos das propriedades rurais, cobertos ou não por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a

Entretanto, a tendência de flexibilização das normas ambientais não é ilegal ou irregular. Paradoxalmente, é essa a dinâmica esperada da política ambiental fundada no preceito do desenvolvimento sustentável⁶, como é o caso da brasileira. No Brasil, esse princípio foi incorporado ao art. 225 da Constituição da República de 1988:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225, grifos meus).

Como se observa, o escopo fundamental da proteção ambiental no país não está na conservação da biodiversidade em si mas sim na qualidade de vida dos humanos. Ademais, essa preservação deve atender às necessidades das gerações atuais e futuras – o que significa que essas futuras gerações humanas poderão explorar o ambiente hoje protegido, caso isso venha a ser necessário, prescindindo das demais formas de vida (em alguma medida) resguardadas nas áreas protegidas.

Nessa perspectiva, considerando que um dos principais atributos das leis deve ser a atualidade – aplicabilidade no tempo presente –, a flexibilização

biodiversidade, além de assegurar o bem-estar das populações humanas. Então, a intervenção em APPs só poderia ocorrer mediante autorização prévia do poder executivo federal, quando fosse necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social. Ao longo de seus 60 anos de vigência, a lei foi alterada de modo a diversificar as possibilidades de intervenção em APPs. Em 2006, a Resolução nº 369, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) definiu casos de “utilidade pública” e de “interesse social” passíveis de intervenção em APPs. Nesse rol figuraram as atividades de pesquisa mineral e mineração – capazes, por exemplo, de inverter a topografia de topos de morro, destruindo as áreas protegidas. Na mesma linha, a nova lei florestal brasileira – Lei Federal nº 12.651, de 2012 – acolheu definições dessa resolução, consolidando o esvaziamento do sentido de “preservação permanente” das APPs.

6 O conceito “desenvolvimento sustentável” teve origem no Relatório Nosso Futuro Comum, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. Ao sugerir a possibilidade da existência de formas de exploração dos recursos naturais que possam não comprometer a sobrevivência e a qualidade de vida das futuras gerações, o conceito foi amplamente aceito e difundido internacionalmente, em especial a partir da década de 1990. Com tal conceito, a questão ecológica foi oficialmente apropriada pelo capital, dando origem ao “ambientalismo neoliberal, dito pragmático ou de resultados, vigente nas últimas duas décadas” (ZHOURI *et al.*, 2005, p. 12).

das normas ambientais é relativamente previsível. Isso não significa, entretanto, que a atual flexibilização esteja ocorrendo numa velocidade razoável, ou que os motivos que têm levado a essas alterações sejam de fato a escassez de recursos naturais. Ao contrário, no contexto da atual fase ecológica do capitalismo⁷, o que se verifica é a apropriação das normas ambientais pelo capital, que se realiza tanto por meio da influência do setor empresarial na política quanto na incorporação do discurso ambientalista e de normas ambientais pelas empresas.

Exemplo da incorporação de normas ambientais pelo capital imobiliário é o empreendimento Vale dos Cristais, em Nova Lima (RMBH), onde uma RPPN⁸ foi instituída para garantir “vista permanente” para os condomínios de edifícios, além de agregar valor ao produto imobiliário e antecipar possíveis medidas mitigadoras relacionadas ao processo de licenciamento ambiental (EUCLYDES, 2012).

De sua parte, os Estados capitalistas se adaptam a essa fase ecológica do capitalismo submetendo-se a um processo de modernização ecológica, por meio do qual se munem de aparato burocrático e legislação ambiental, com vistas a alcançar padrões internacionais – que lhes conferem credibilidade junto a organismos políticos, econômicos e financeiros internacionais (HARVEY, 1996). Entre esses padrões, está o de definir áreas protegidas em pelo menos 10% de cada região ecológica do mundo, o que suscita políticas de governos federais e estaduais para atingir a meta regionalmente (SECRETARIADO, 2004; EUCLYDES, 2012).

A modernização ecológica do Estado se coaduna com o chamado empreendedorismo urbano ou planejamento estratégico – forma de governança local própria do neoliberalismo, em que os governos locais, que perderam arrecadação e ganharam atribuições executivas com o fim do modelo do Estado provedor, passam de administradores a empreendedores de “projetos-cidade”. Nos novos moldes, os governos locais tendem a se afastar das demais esferas de gover-

no e a buscar atrair, eles mesmos, os investimentos e os financiamentos necessários para prestar os serviços públicos, por meio da relação direta com investidores, capitais estrangeiros e empresários. Nesse esforço, buscam construir imagens positivas para as cidades que favoreçam a adesão pública às decisões locais e as fortaleçam na competição com outras cidades (CASTELLS; BORJA, 1996).

Na atual fase ecológica do capitalismo, muitos governos têm buscado construir imagens vinculadas a temas ambientais, aliando modernização ecológica e empreendedorismo urbano. Na associação com o capital, esse processo pode repercutir no planejamento estratégico de determinadas regiões da cidade, cuja incorporação/construção se reverta lucrativa para o capital. Há razões para crer que o caso da recente revisão das normas de parcelamento, ocupação e uso do solo da região do Isidoro⁹, em Belo Horizonte, exemplifique a questão. Vamos a elas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO “ECOLOGIZADO”: A OPERAÇÃO URBANA DO ISIDORO

Em 2008, após 15 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, foi eleito prefeito da capital mineira um empresário do ramo das telecomunicações. Desde então, o empreendedorismo urbano vem se tornando mais explícito na gestão municipal, sendo o marketing da cidade e as parcerias com o setor empresarial algumas das marcas da administração. São exemplos desse contexto a escolha da capital para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e a delimitação da totalidade do território municipal para Operações Urbanas (OUs) (BELO HORIZONTE, 2010b).

Restringindo o conceito estabelecido pelo Estatuto da Cidade¹⁰, o Plano Diretor de Belo Horizonte define OU como “o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal,

7 Para Martín O’Connor (1993 *apud* ESCOBAR, 1996), nessa fase, a produção capitalista internaliza a proteção à natureza em seus custos – o que ocorre, por exemplo, quando empresas agem em prol da conservação da biodiversidade por ver nos genes das espécies protegidas da extinção uma utilidade que pode ser convertida em lucro através da engenharia genética. A natureza, assim, é tida como matéria para produção futura de mercadorias de maior valor, como os produtos farmacêuticos.

8 RPPNs são reservas particulares do patrimônio natural, um tipo de área protegida instituída a pedido do proprietário, que assegura a proteção perpétua da reserva, podendo oferecer benefícios como isenção de Imposto Territorial Rural sobre a área afetada (BRASIL, 1996).

9 A região conhecida como Isidoro compreende um conjunto de glebas, de cerca de 10km², ainda não ocupadas, no limite norte da capital com o Município de Santa Luzia. Estima-se que a propriedade da região pertença a poucas famílias. A área apresenta relevo declivoso, um importante conjunto de nascentes e córregos em leito natural, além de um significativo fragmento de mata nativa. Na extremidade sudeste do Isidoro está situado o Quilombo das Mangueiras, cujos limites são questionados pelos proprietários de terras da região.

10 O Estatuto estabelece como atores participantes da operação urbana consorciada os proprietários, os moradores, os usuários permanentes e os investidores privados, sendo objetivo da operação a promoção de transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental da área estabelecida (BRASIL, 2001).

com a participação de agentes públicos ou privados, com o objetivo de viabilizar projetos urbanos de interesse público” (Id., 1996a, art. 65). Problematizando os usos desse instrumento, Mariana Fix (2004) o define como a venda de exceções à lei do zoneamento municipal para um determinado trecho da cidade como forma de financiar um conjunto de intervenções urbanísticas nesse local. Segundo a autora, os defensores das OUs argumentam que, como o conjunto de obras da operação é pago por seus próprios beneficiários, afasta-se o problema do investimento público não prioritário do ponto de vista social. No entanto, alerta Fix, caso não sejam angariados recursos suficientes para as intervenções programadas, o município assume os débitos, o que não ocorre caso o fundo da operação seja positivo, quando ele é reparado com a iniciativa privada, já que ele não pode ser utilizado fora do perímetro delimitado¹¹.

Já no segundo ano da nova gestão municipal em Belo Horizonte, foram revistos o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS), por meio da Lei nº 9.959, de 2010. Entre outras medidas, essa norma modificou as regras das Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) de Interesse Ambiental¹², tornando-as mais atrativas para o capital imobiliário e consolidando as áreas protegidas na economia da produção do espaço urbano belo-horizontino. Isso porque ela definiu que os objetivos dessas ADEs devem ser buscados por meio dos instrumentos transferência do direito de construir, que legitima o acréscimo de potencial construtivo em áreas já adensadas com base na definição de outras áreas como de interesse ambiental, e instituição de Reserva Particular Ecológica¹³, que pode ser usada para isentar do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) terrenos adquiridos para especulação imobiliária. Além disso, a lei estabeleceu que o potencial construtivo das propriedades situadas

nessas áreas pode ser concentrado em parte do terreno (havendo parecer favorável do órgão ambiental municipal) – o que tende a assegurar a manutenção do valor econômico dos terrenos abrangidos pelas ADEs.

A norma também instituiu a ADE de Interesse Ambiental do Isidoro¹⁴, em sobreposição ao zoneamento vigente, que considerava a maior parte da área como Zona de Proteção 2 (ZP-2) – que compreende áreas submetidas a critérios urbanísticos especiais, onde a densidade demográfica deve ser baixa e a taxa de permeabilidade alta, de modo a garantir a proteção ambiental e a preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico (Id., 1996b).

A mesma lei deu nova forma à OU do Isidoro – que fora criada em 2000, mas teve seu prazo expirado. Na nova versão, a OU é definida como um conjunto de intervenções destinado a proteger e recuperar ambientalmente a região, por meio de “um processo de ocupação ordenado e sustentável”, que permita a preservação de áreas de grande relevância ambiental e paisagística, especialmente as nascentes e áreas de vegetação expressiva (Id., 2010a, art. 40, §2º). Para tanto, a operação prevê a implantação de dois grandes parques públicos (totalizando 2,8km²) e estabelece a infraestrutura mínima a ser construída.

A OU do Isidoro se pauta principalmente no pagamento de contrapartida¹⁵ por parte dos proprietários e investidores e na transferência do direito de construir no interior do perímetro definido. Tal transferência se baseia nas diferenças entre os parâmetros das três classes urbanísticas nas quais o perímetro da OU foi dividido: grau de proteção 1, grau de proteção 2 e grau de proteção 3¹⁶.

11 Ademais, como observou Fix, as OUs tendem a demandar (e conseguir) investimentos públicos não planejados previamente, além de concentrarem esforços públicos em áreas não prioritárias da cidade.

12 ADEs são áreas objeto políticas específicas, onde podem ser estabelecidos parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem e preponderam com relação ao zoneamento municipal (BELO HORIZONTE, 1996b, art. 75). ADEs de Interesse Ambiental são áreas cuja conservação é fomentada por meio da aplicação de mecanismos compensatórios. As intervenções nas ADEs de Interesse Ambiental devem ser precedidas de licenciamento ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças cabíveis.

13 Trata-se de uma categoria de área protegida própria do Município de Belo Horizonte. Instituída pela Lei Municipal nº 6.214, de 1993, a categoria é análoga à RPPN.

14 Na ADE de Interesse Ambiental do Isidoro, todo o parcelamento do solo deve ser feito na modalidade parcelamento vinculado, sendo a taxa de ocupação máxima permitida 0,5, assim como o coeficiente de aproveitamento para o uso não residencial. Ali, os cursos d’água devem ser mantidos em seus cursos naturais, sendo obrigatória a implantação de parques lineares junto aos principais córregos e de vias públicas ao redor dos parques e reservas. A OU do Isidoro deve respeitar os parâmetros da ADE de Interesse Ambiental do Isidoro.

15 A contrapartida, a ser depositada no Fundo da Operação Urbana do Isidoro, é calculada a partir da multiplicação da área líquida edificada pelo valor de investimento por metro quadrado de área líquida total edificável, calculado com base na divisão do custo total das intervenções previstas para a OU pelo potencial construtivo máximo estimado para a área. Podem ser descontados dessa contrapartida, entre outras coisas, o valor dos equipamentos urbanos e comunitários implantados progressivamente pelo empreendedor e o valor correspondente à transferência dos terrenos dos parques públicos ao município.

16 Nas denominações e descrições das classes urbanísticas, fica

Figura 3:
Planta U18,
intitulada
“Sistema Viário
- Etapa I” do
documento do
Plano Diretor de
Desenvolvimento
de Maringá.

ZONEAMENTO	Lote mínimo	Coeficiente de aproveitamento		Quota de terreno por unidade habitacional (m ² /un)	Taxa de ocupação	Taxa de permeabilidade
		min.	max.			
ZP-2	1.000m ²	1	1	1.000m ²	0,5	30%
ADE de Interesse Ambiental do Isidoro		0,5*			0,5	30%
Grau de proteção 1	-		0,05	-	0,02	95%
Grau de proteção 2	5.000m ²	1	1,2**	150m ²	0,3	50%
Grau 2 com mais de 35% da gleba de interesse ambiental	5.000m ²	1	1,5**	50m ²	0,5	30%
Grau de proteção 3	2.000m ²	0,5***	1,5**	45m ²	0,5	30%

* Na ADE de Interesse Ambiental do Isidoro, o coeficiente de aproveitamento foi estabelecido como 0,5 para o uso não residencial, não sendo explicitado o coeficiente para uso residencial.

** Coeficiente obtido por meio de recepção de UTDCs provenientes de áreas de grau 1.

*** A lei indica “coeficiente de aproveitamento igual ao do zoneamento definido para a área”, com possibilidade de incremento mediante recebimento de UTDCs (BELO HORIZONTE, 2010a, art. 49, II). Conforme o zoneamento vigente, a área está inserida na ADE de Interesse Ambiental do Isidoro.

Obs.: Os lotes localizados em quarteirões lindeiros à Via 540, situados em áreas a que forem atribuídos os Graus de Proteção 2 e 3, poderão ter o coeficiente de aproveitamento majorado para 1,7, por meio da recepção de UTDCs provenientes de áreas classificadas como de grau 1 (*Ibid*, art. 52).

Fonte: Belo Horizonte (1996a, 1996b, 2010a).

O grau de proteção 1 – “proteção máxima” – se destina à “preservação permanente de nascentes, cursos d’água e grandes áreas contínuas de cobertura vegetal de relevância ambiental”, sendo a ocupação proibida, exceto para atividades relacionadas à sua manutenção (*Ibid*, art. 44). As áreas de grau 1 que forem convertidas em reservas particulares ecológicas (perpétuas e abertas ao público) ou doadas ao município para a instituição de parques públicos gerarão Unidades de Transferência de Direito de Construir (UTDCs), que poderão ser recebidas em áreas dos graus 2 e 3 cujos proprietários tenham aderido à OU¹⁷.

Já o grau 2 – “proteção elevada” – abarca áreas cujas condições topográficas e presença de cursos d’água e de manchas isoladas de cobertura vegetal significativa suscitam restrições à ocupação, ao aden-

samento e à impermeabilização do solo. E o grau 3 – “proteção moderada” –, por sua vez, compreende áreas que apresentam “menor concentração de cobertura vegetal relevante” e características topográficas, morfológicas e de drenagem mais favoráveis, onde os parâmetros de ocupação e adensamento são “menos restritos que nas demais áreas” (*Ibid*, art. 44).

A Tabela 1 apresenta os principais parâmetros urbanísticos da ZP-2, da ADE de Interesse Ambiental do Isidoro e dos três graus de proteção da OU do Isidoro.

Como se observa, a OU do Isidoro recorta a região, antes predominantemente destinada a residências unifamiliares, em fragmentos sem ocupação e fragmentos com média densidade demográfica. A operação aumenta expressivamente o tamanho dos lotes, reduz as quotas de terreno por unidade habitacional e institui coeficientes de aproveitamento variados. Assim, a área que até 2010 poderia receber, no máximo, 10.000 unidades habitacionais, passa a poder sediar até 67.620 unidades residenciais e não residenciais¹⁸, o que pode levar a uma população de

nítido o recurso ao discurso ambiental para justificar a ocupação proposta para a OU do Isidoro. Ao hierarquizar as classes segundo certo “grau de proteção”, a lei sugere que todo o perímetro da OU pudesse ser considerado uma área protegida. No entanto, tal classificação legitima práticas questionáveis para a conservação da natureza, como o condicionamento da instituição dos parques públicos ao parcelamento da área.

17 Nesse caso, as UTDCs são calculadas a partir da multiplicação do coeficiente de aproveitamento 0,5 pela área total do imóvel gerador. Esse potencial construtivo adicional não autoriza o acréscimo proporcional de unidades habitacionais nos terrenos receptores.

18 No mínimo 12% do somatório da área dos lotes serão destinados ao uso não residencial e 10% das unidades habitacionais devem ser destinados ao atendimento da demanda da política municipal de habitação (BELO HORIZONTE, 2010a). A respeito dessa política habitacional, cumpre dizer que, nos últimos anos, ela tem priorizado a participação do municí-

mais de 200 mil habitantes.

Trata-se, porém, de empreendimentos onerosos, já que devem atender aos requisitos da ADE de Interesse Ambiental e da OU – como o parcelamento vinculado, o licenciamento ambiental e o pagamento de contrapartidas –, motivo pelo qual a ocupação do Isidoro tende a estar submetida/reservada ao interesse do grande capital. Tal interesse, por sua vez, se relaciona diretamente com o potencial da valorização imobiliária da região, uma vez que o retorno do investimento na operação reflete os valores dos aluguéis e da venda final dos imóveis.

Tendo isso em conta, um dos empreendedores do Isidoro tem buscado agregar valor a seu empreendimento com base na exaltação de seu “diferencial” ambiental e na publicidade de seu projeto urbanístico,

pio no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do governo federal. Instituído em 2009, o PMCMV visa criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos, por meio de subvenções e expansão do crédito. Segundo Cardoso e Aragão (2012), o programa foi pensado como mecanismo de indução do crescimento econômico. Ele teria sido concebido pelo setor imobiliário e estruturado de forma a ser executado pela iniciativa privada, indo ao encontro dos interesses da indústria da construção civil. Para os autores, com o PMCMV, a lógica da política pública de produção de moradia se desloca do âmbito da procura para o da oferta, passando a política habitacional a ser definida segundo mecanismos de mercado – desprezando a adequação das unidades habitacionais às necessidades do público beneficiário e menosprezando a localização dos empreendimentos e a qualidade dos projetos.

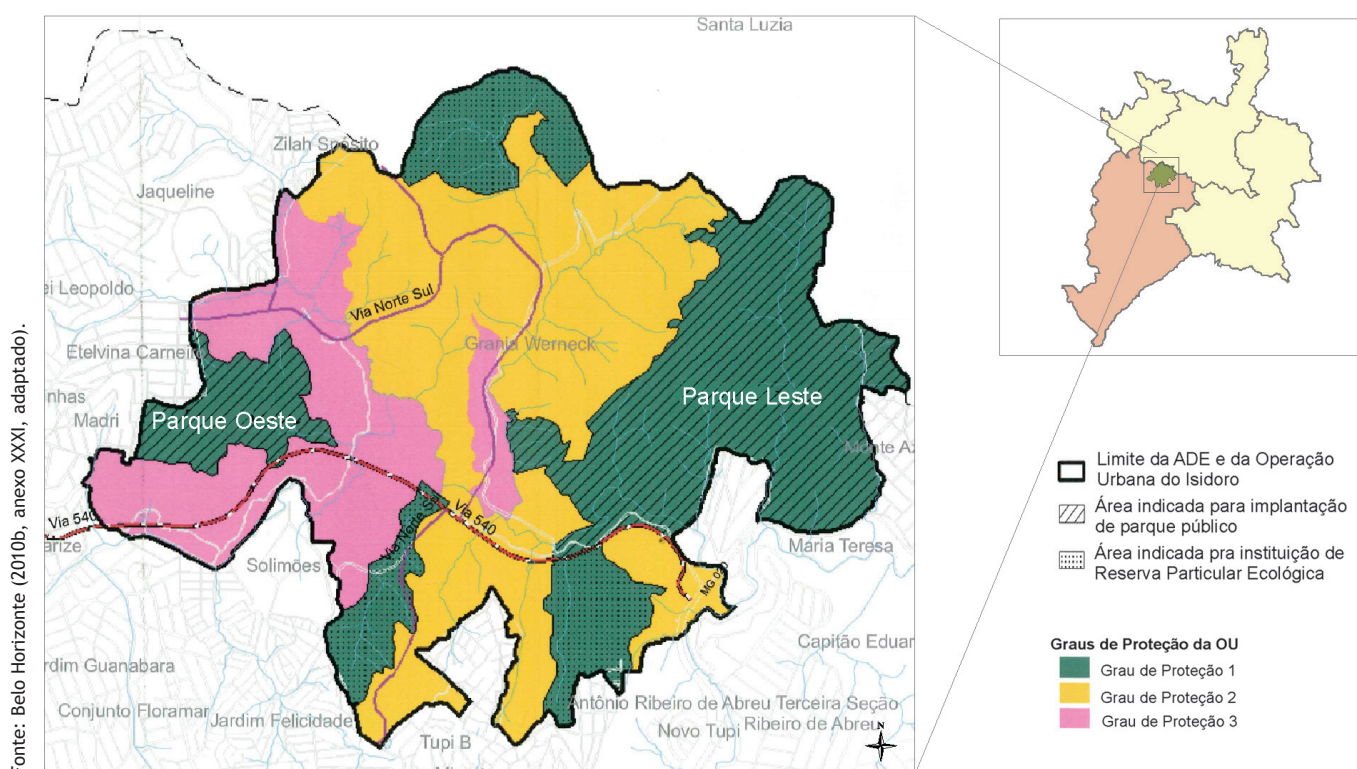
assinado por Jaime Lerner – urbanista, ex-prefeito de Curitiba, ex-governador do Paraná, e um dos primeiros e mais conhecidos empreendedores urbanos brasileiros, cuja fama relacionada se relaciona à modernização de Curitiba, com obras de grande visibilidade e criação de parques urbanos (MYR, 2011).

Reforça-se, assim, a associação de modernização ecológica e empreendedorismo urbano, legitimando causas particulares com base no argumento ambientalista universal. No caso, os interesses particulares são favorecidos duplamente, já que, além de os fundos auferidos com a OU só poderem ser empregados em seu perímetro, os lucros obtidos com essa valorização imobiliária, suportada por investimentos públicos na OU e em seu entorno, não retornam à coletividade, uma vez que o município não aplica instrumentos de captação de mais-valia imobiliária.

A OU do Isidoro pode, então, ser vista como a expressão de certo planejamento estratégico “ecologizado”, por meio do qual o governo local induz a criação de uma centralidade urbana, fomentando novas frentes de expansão para o capital imobiliário, com base no discurso da proteção ambiental e na criação de áreas protegidas – como se detalhará adiante. A OU se insere no planejamento estratégico do governo estadual para o chamado Vetor Norte da RMBH¹⁹ – região periférica da RMBH que vem

19 O Vetor Norte abarca, além de alguns dos bairros a norte da capital mineira, uma série de municípios próximos, como

Figura 1:
Plano urbanístico da Operação Urbana do Isidoro.



sendo transformada, desde meados dos anos 2000, com importantes investimentos públicos em infraestrutura e implementação de diretrizes especiais de uso e ocupação do solo. Com a proposta de atrair segmentos industriais de alta tecnologia e consolidar uma nova estrutura produtiva na região, o governo estadual induziu a valorização de áreas pouco rentáveis, fomentando o mercado imobiliário e o setor da construção civil.

O DISCURSO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E AS ÁREAS PROTEGIDAS NA OU DO ISIDORO

No planejamento “ecologizado” da OU do Isidoro, as áreas protegidas são elementos estratégicos: elas atestam o atendimento às normas ambientais vigentes ao mesmo tempo que valorizam empreendimentos e mantêm afastados os usos considerados indesejáveis. Para compreender a espacialidade da operação, cumpre avaliar seu plano urbanístico, contido na Figura 1.

Analisando o plano, verifica-se que as áreas definidas como grau 1, onde devem ser implantados parques e reservas, estão situadas nas bordas do perímetro da OU, isolando parcialmente os novos parcelamentos com relação ao entorno – hoje conformado por favelas e bairros populares, muitos surgidos de ocupações irregulares. Intencionalmente ou não, essa medida deve contribuir para valorizar os empreendimentos situados na maior área de grau 2, tanto em decorrência da distância desse tipo de ocupação como em função de atributos positivos relacionados à proximidade de áreas verdes, como vista definitiva e qualidade ambiental. Valorização semelhante é esperada dos lotes de grau 3 situados a leste do Parque Oeste.

Pelos mesmos motivos, e por sua articulação viária, à primeira vista, é de se supor que a porção mais central da OU – faixa de grau 3 circundada por áreas de graus 2 e 1 –, venha a ser a área mais valorizada da região. Essa suposição ganha força quando se analisa o Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Granja Werneck, projetado para parte da OU: a faixa mais central do empreendimento é considerada “reserva do proprietário”, não sendo objeto de parcelamento (MYR, 2011).

É curioso observar, quanto a essa referência, que “reserva do proprietário” e “reserva particular” não

são sinônimos. A primeira expressão diz respeito à parte do terreno que o proprietário guarda para si, afastando do processo de loteamento e ocupação. A reserva, nesse caso, é equivalente a uma poupança ou à reserva de um vinho – algo especial que se retém para desfrute próprio ou consumo futuro. Já a segunda expressão remete às reservas naturais, porções do território que se delimita para manter afastadas da exploração. Nesse caso, a reserva pode ser entendida como o espaço circunscrito, cuja função é permitir que a natureza se reproduza sem interferência humana; e seu adjetivo “particular” diz respeito à propriedade do solo.

Porém, considerando as já citadas repercussões da fase ecológica do capitalismo na legislação ambiental brasileira, a ambiguidade do termo “reserva” tende a se esvaír. Isso porque, se o destino de todas as áreas protegidas for de fato perder progressivamente sua capacidade de conservação da natureza, então, a médio/longo prazo, tanto a reserva do proprietário quanto a reserva particular tendem a ser usufruídas por quem detiver seus direitos fundiários.

Daí que se questione a dinâmica de transferência do direito de construir proposta para a OU Isidoro. Na operação, quanto maiores forem as propriedades classificadas como de grau 1, mais o proprietário pode construir em outros locais. Entretanto, em lugar de determinar que todos esses terrenos de grau 1 sejam revertidos para o patrimônio do município, beneficiando a coletividade – como previa a OU estabelecida em 2000 –, a norma permite que parte deles (estabelecida no plano urbanístico) permaneça como propriedade privada, sob o regime das reservas particulares ecológicas. Assim, a OU acaba por induzir a concentração fundiária dos terrenos não ocupados. Essa concentração, por sua vez, pode vir a representar benefícios extraordinários para os proprietários/investidores capazes de influir no processo legislativo municipal, já que, no futuro, bastará flexibilizar a lei das reservas particulares ecológicas para que elas se revertam em reservas de espaço²⁰.

20 Mariana Fix (2004) observou a pressão do setor imobiliário e da população de alta renda junto ao Estado no caso da Operação Faria Lima, em São Paulo. Segundo a autora, no início dos anos 2000, esses atores conseguiram que o poder público investisse em mais obras viárias na área que fora objeto de OU na década anterior, de modo a melhorar o trânsito – prejudicado justamente em função das alterações urbanísticas –, fomentando aluguéis onde a taxa de vacância chegava a 70%. No caso da OU do Isidoro, se de fato houver a pressão pela alteração da lei das reservas ecológicas, a própria definição do momento dessa revisão legislativa pode vir a constituir uma estratégia de produção de mais-valia imobiliária, já que a raridade/carestia do espaço tende a ser tanto maior quanto mais ocupada estiver uma região.

Sabará, Vespasiano, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Lagoa Santa e Confins. Detalhes do conjunto das obras e investimentos podem ser conhecidos em Instituto Horizontes (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SOFISTICAÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS AMBIENTALISTAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CIDADE

Na fase ecológica do capitalismo, a adesão ao discurso ambientalista para justificar decisões territoriais tem se tornado corriqueira, o que se nota, por exemplo, na divulgação de intervenções urbanísticas de grande impacto como “sustentáveis”. Tal adesão pode ser considerada sintoma de um processo de urbanização em que natureza e espaço constituem raridades – que o Estado reparte conforme decisões políticas, mas busca divulgar como justas e positivas para a coletividade.

As recentes alterações na legislação urbanística de Belo Horizonte referentes à região do Isidoro refletem esse processo. Nesse caso, argumentos relacionados à proteção da natureza legitimam a proposta da OU, que quintuplica o adensamento da região, beneficiando especialmente um pequeno grupo de proprietários e investidores, e deslegitimam outros usos demandados para a área, como sua proteção ambiental integral ou a habitação popular²¹.

O caso do Isidoro permite também avançar na compreensão da inserção das áreas protegidas na dinâmica imobiliária, e na produção do espaço urbano como um todo. Ali, classes urbanísticas de proteção ambiental, reservas privadas e parques públicos são utilizados como artifícios para agregar valor e contrabalancear o impacto dos novos parcelamentos: eles conferem atributos como vista definitiva e qualidade ambiental, isolam os novos parcelamentos dos bairros pobres do entorno, são anunciados como novas áreas verdes para a cidade e rendem créditos construtivos para proprietários e investidores.

O que não pode passar despercebido, no entanto, é o fato de grande parte desses argumentos decorrer de construções simbólicas, de representações do espaço. Materialmente, a área já era “verde” antes

de toda a alteração legal – era inclusive mais “verde” do que será caso a OU venha a ser implantada. No entanto, sem justificativas que tornassem a ocupação da área socialmente aceitável em tempos de raridade de natureza, talvez a OU sofresse maior resistência da população, obstruindo a rentável mobilização do espaço na metrópole.

Desse modo, o caso do Isidoro contribui para explicitar a contradição fundamental das áreas protegidas. Ele permite observar que o ato que determina a proteção ambiental de uma área também opera, ao mesmo tempo, condenando todo seu entorno à exploração, sem transformar o modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Sem essa transformação, não caberia supor que as áreas protegidas sejam capazes de evitar ou conter a destruição da natureza pelo homem – aliás, seu efeito pode ser exatamente o contrário. Por tornarem menos visível a destruição da natureza e por repercutirem positivamente nos índices de qualidade ambiental, elas podem, inclusive, inebriar a percepção coletiva da crise ambiental, reduzindo obstáculos ao avanço da exploração capitalista do espaço em seus moldes atuais.

Na OU do Isidoro, a contradição inerente à proteção ambiental localizada é ainda mais explícita. Ali, as áreas protegidas e as áreas exploráveis estão lado a lado, uma justificando/legitimando a outra, dispostas em arranjos que otimizam a valorização imobiliária. Mas há ali também um mecanismo mais sofisticado. Nessa operação, as áreas protegidas lastreiam as desprotegidas por meio de uma dinâmica pautada na transferência do direito de construir – que muito se assemelha ao comércio internacional de “créditos de carbono”, por meio dos quais empreendimentos que emitem gases de efeito estufa acima dos parâmetros permitidos evitam sanções econômicas adquirindo “créditos” oriundos, por exemplo, de áreas protegidas. Ao mesmo tempo, as áreas protegidas só serão de fato instituídas se a nova centralidade for construída, já que seu estabelecimento está vinculado à existência de recursos no fundo específico da operação urbana.

Assim, as áreas protegidas da OU do Isidoro podem ser vistas como a mais recente inovação do processo de modernização ecológica das políticas urbana e ambiental brasileiras. Com o mecanismo ali empregado, o poder público não só põe de lado qualquer preocupação com a contradição inerente às áreas protegidas/ desprotegidas, como torna regra uma transgressão do (controverso) princípio do poluidor-pagador, que orienta o direito ambiental no país. No caso da Operação Urbana do Isidoro, o poluidor paga pela degradação que causa, mas só a degradação pode pagar pela instituição da proteção ambiental.

21 É o que se verifica na manchete “Área de 350 hectares na Região Norte de BH, onde serão construídos 17,4 mil apartamentos e criado parque de mata nativa, foi invadida por 800 famílias”, que encabeça uma notícia sobre as ocupações de grupos de sem-teto instaladas no Isidoro veiculada pela imprensa mineira (CERCA de..., 2013). No corpo da matéria, a degradação ambiental é atribuída apenas aos “invasores” – e parece ser argumento suficiente para determinar sua remoção –, sem que se problematize o impacto dos 200 mil moradores que virão a ocupar a região ou as limitações da política pública habitacional da RMBH que levam a tal situação.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.
- BELO HORIZONTE [1996a]. Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 28 ago. 1996.
- BELO HORIZONTE [1996b]. Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 28 ago. 1996.
- BELO HORIZONTE. Lei nº 8.137, de 21 de dezembro de 2000. Altera as leis nos 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 22 dez. 2000.
- BELO HORIZONTE [2010a]. Lei nº 9.952, de 5 de julho de 2010. Institui a Operação Urbana de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Saúde, de Turismo Cultural e de Negócios, visando a atender às demandas da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 no Município. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 6 jul. 2010.
- BELO HORIZONTE [2010b]. Lei nº 9.959, de 21 de julho de 2010. Altera a Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996, a Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária da Zona de Especial Interesse Social - ZEIS, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 15 out. 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 30 jan. 2013.
- BRASIL. Decreto nº 1.992, de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jun. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 2001.
- CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa, Minha Vida. In: MENDONÇA, Jupira G.; COSTA, Heloisa S. M. (Org.). **Estado e Capital Imobiliário** - Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012, p. 81-104.
- CASTELLS, Manuel. e BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, São Paulo, 25, p. 152-166.
- CERCA DE 800 famílias invadem terreno na Granja Werneck sob clima tenso. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 ago. 2013. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/08/29/interna_gerais,441319/cerca-de-800-familias-invadem-terreno-na-granja-werneck-sob-clima-tenso.shtml>. Acesso em 20 nov. 2013.
- ESCOBAR, Arturo. Constructing nature: elements for a poststructural political ecology. In: PEET, Richard; WATTS, Michael. (Ed.). **Liberation ecology: environment, development social movement**. Londres: Routledge, 1996, p.46-68.
- EUCLYDES, Ana C. P. **Proteção da natureza e produção da natureza: Política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte.
- FABIANI, Jean-Louis. La Nature, l'action publique et la régulation sociale. In: MAHIEU, Nicole; JOLLIVET, Marcel (Ed.). **Du rural à l'environnement**. Paris: l'Harmattan, 1989, p. 195-208.
- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: CosacNaify, 2006.
- FIX, Mariana. A "fórmula mágica" da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI; BENFATI (Org.). **Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004, p. 185-198.
- HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- INSTITUTO HORIZONTES. **Plano de Ações Imediatas para o Vetor Norte**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <www.institutohorizontes.org.br/imagens/estudoseprojetos/DOCUMENTO_FINAL_VETOR_NORTE.pdf>. Acesso em 20 set. 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991 [1974].
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008 [1972].
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamen-**

- to único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-192.
- MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Empreendimento Granja Werneck.** Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=acessoinformacao&tax=28341&lang=pt_BR&pg=10125&taxp=0&>. Acesso em 12 out. 2013.
- O'CONNOR, Martin. On the misadventures of capitalist nature. **Capitalism, Nature, Socialism.** Ano 1, n. 3, p. 93-108, 1993.
- PAULA, João A. Economia política e ecologia política. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Lana M. da F.; NABUCO, Maria R. (Org.). **Integração, região e regionalismo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 229-247.
- SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **Panorama da Biodiversidade Global 3.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2010.
- THÉVENOT, Laurent; LAFAYE, Claudette. Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la Nature. **Revue Française de Sociologie**, v. XXXIV, p.495-524, 1993.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 11-24. ■

Luciana da Silva Andrade
Juliana Demartini
Rogério Cruz

A banalidade do mal na arquitetura

desafios de projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida

Resumo

O objetivo deste artigo é questionar a postura profissional frente à baixa qualidade físico-espacial da produção da habitação no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida. A percepção da importância da crítica ao papel do profissional foi suscitada na realização de duas oficinas de projeto que objetivaram a requalificação de empreendimentos situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, para o desenvolvimento do artigo, partimos da análise físico-espacial do programa, expomos a metodologia das oficinas e finalizamos com reflexões sobre diferentes atores responsáveis pela efetivação dos projetos, considerando também o papel das próprias escolas de arquitetura. As discussões realizadas nos fizeram lembrar da questão levantada por Hanna Arendt quanto à ação acrítica de burocratas que cometeram crimes na Alemanha nazista.

Palavras-chave: Arquitetura; Qualidade físico-espacial; Habitação social; Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Minha casa, Minha Vida.

Abstract

The purpose of this article is to question the professional attitude about the poor quality of physical space and the social housing production in the context of the program “Minha Casa Minha Vida”. The perception of the importance of the critical professional role was noted performing two design workshops aimed at rehabilitation of residential developments located in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Thus, for the development of the paper, we start from the analysis of the physico-spatial analysis of the program, we explain the methodology of the workshops and end with reflections about different actors responsible for carrying out the projects, also considering the social role of architecture schools. The discussions reminded us a question raised by Hannah Arendt about the uncritical action of bureaucrats who have committed crimes in Nazi Germany.

Keywords: Architecture; Physical space; Social housing production; Metropolitan Region of Rio de Janeiro; Minha casa, Minha Vida.

Luciana da Silva Andrade

é coordenadora do grupo Cidade Habitação e Educação (CiHabE), professora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

luciana_andrade@ufrj.br

Juliana Demartini

é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Mato Grosso (UNEMAT), pesquisadora do grupo Cidade Habitação e Educação (CiHabE), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ).

arq.demartini@gmail.com

Rogério Cruz

é mestrando no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ), pesquisador do grupo Cidade Habitação e Educação (CiHabE), Rio de Janeiro/RJ.

rcruzo@gmail.com

INTRODUÇÃO¹

O objetivo deste artigo é questionar a postura profissional frente à baixa qualidade arquitetônica e urbanística da produção da habitação no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida. A discussão que propomos perpassa a atuação direta dos projetistas contratados pelas construtoras, a ação de técnicos de diferentes órgãos públicos, a ação de órgãos de classe e, também, a formação profissional.

A percepção da importância da crítica ao papel do profissional foi suscitada na realização de duas oficinas de projeto que tinham o intuito de propor a requalificação - arquitetônica e urbanística - de empreendimentos do PMCMV situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As oficinas, abertas a alunos de graduação e pós, suscitaram nossa reflexão sobre a responsabilidade dos técnicos na concepção e aprovação de projetos comprovadamente inadequados para a população pobre. As discussões realizadas entre professores, colaboradores e participantes das oficinas nos fizeram lembrar da questão levantada por Hanna Arendt quanto à ação acrítica de determinadas pessoas que realizaram crimes na Alemanha nazista. O filme dirigido por Margarethe von Trotta², que registra a análise da filósofa sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, contribuiu para fazermos a associação com a perversidade da ação burocrática do arquiteto-urbanista no contexto de programas como o MCMV³.

Na realidade da industrialização periférica, as propostas padronizadas tal como foram introduzidas no Brasil, invariavelmente se mostravam inadequadas e hoje são ainda mais problemáticas, uma vez que importantes aspectos básicos da arquitetura e

do urbanismo são desprezados. Entre os ensinamentos da “arquitetura espontânea” ou “sem arquitetos”, podemos destacar a sua dinâmica e a capacidade de transformação para se adequar à realidade cotidiana dos moradores (Santos, 1980 e 1981; Jacques, 2001). Essa lógica, mais coerente com a vida, se choca com a lógica da arquitetura-urbanismo como produto. A própria concepção – o projeto – é realizada a partir do congelamento da realidade, ou a partir de cenários que não dialogam com as práticas cotidianas dos moradores. A despeito de algumas tentativas, não se conseguiu incorporar a dinâmica, cada vez maior, da vida ao projeto arquitetônico e urbanístico. Ao contrário, no atual contexto do capitalismo brasileiro, o projeto para a habitação social é terceirizado⁴, o que inviabiliza potencialmente a perspectiva de uma atuação dos técnicos, não só arquitetos, que seja processual, ou seja, que dialogue com os moradores e acompanhe sua dinâmica socioespacial.

Essa situação mostra-se mais dramática quando observamos que conjuntos habitacionais de blocos de apartamentos, construídos entre os anos 1940 e 1970, já foram radicalmente transformados pelos moradores, que realizaram ampliações até mesmo nos pavimentos mais elevados (Andrade e Leitão, 2006). A necessidade de adaptação do espaço construído muitas vezes é observada em pouco tempo da implantação dos conjuntos, como já ocorre em empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Considerando essa realidade, foram concebidas as oficinas de projeto. Assim, para o desenvolvimento do artigo partimos de considerações das soluções físicoespaciais do PMCMV e discutimos a metodologia das oficinas e seus resultados. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos participantes, foi possível verificar o potencial de superação demonstrado pela perspectiva de aliança do conhecimento técnico com as práticas populares. Entretanto, não há como não ressaltar os entraves representados pela má solução urbanística e arquitetônica, com ênfase no desenho da implantação dos blocos e nos sistemas construtivos adotados. Uma vez que a opção por esse tipo de implantação parte dos empreendedores, com anuência de técnicos dos municípios e da Caixa Econômica Federal (CEF), finalizamos com análises preliminares sobre diferentes atores responsáveis pela efetivação dos projetos, considerando também a responsabilidade de profissionais autores de projetos e das próprias

1 Este artigo foi apresentado, em sua primeira versão, no encontro da Rede ULACAV, realizado na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 23, 24 e 25 de outubro de 2013. A versão atual, revista e com conteúdo ampliado, incorporou a coautoria de Rogério Cruz que, a partir de janeiro de 2014, passou a coordenar a atividade dos bolsistas da pesquisa. Este artigo é da pesquisa intitulada “Para além da Unidade Habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da [minha] casa e da [minha] vida”, financiada pelo Ministério das Cidades e CNPq, no contexto da chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012. Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito do CiHabE/PROURB/FAU/UFRJ e é parte da rede nacional, composta pelas equipes do IPPUR, também UFRJ, IAU/ USP SCarlos, LabCidade FAU/USP, EA/UFGM, FAU/UFPA, DAU/UFC e DAU/UFRN. Sem que tenhamos divulgado este artigo, a associação entre os burocratas nazistas e técnico-burocratas brasileiros foi suscitada na última reunião presencial da rede, realizada em São Paulo, no mês de abril deste ano.

2 Trata-se do filme Hanna Arendt, lançado em 2013 na Alemanha e outros países, inclusive no Brasil.

3 Para um aprofundamento maior ver Arendt (1999).

4 Sennett (2012) mostra que no século XX a força de trabalho era comprada, o que colocava os trabalhadores em convivência. Hoje, no século XXI, é o trabalho que é comprado, inviabilizando a convivência. Cabe ressaltar que até o planejamento supostamente deveria ser uma questão pública.

escolas de arquitetura.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Passadas mais de quatro décadas desde a criação do Banco Nacional da Habitação⁵ (BNH), um programa nacional para produção de moradias foi criado para atender ao déficit –ressaltado o seu caráter quantitativo – em todo o país: o Minha Casa, Minha Vida – PMCMV⁶. De fato, a intenção de suprir o déficit estava mais associada à geração de empregos para profissionais com baixa qualificação técnica, de modo a amortecer os impactos da crise mundial de 2008 na economia do país. A reação de intelectuais comprometidos com a questão habitacional, entendida em seu contexto urbano, foi de perplexidade, uma vez que no PMCMV a lógica de produção do BNH se repetiu e reforçou a ausência de crítica sobre a produção em grande escala de projetos habitacionais indiferenciados. Além disso, foi observado também que a restrição de construção de conjuntos de grande porte, que supostamente orientaria a implantação de conjuntos nos vazios urbanos, foi burlada pelas empreiteiras e construtoras que optaram por fazer uma “colagem” de pequenos conjuntos (Andrade, 2011), contribuindo, em muitos casos, para constituir uma “periferia da periferia”.

O preço baixo das terras distantes de centralidades e, invariavelmente, a cumplicidade de prefeituras mal-intencionadas ou menos estruturadas para legislar sobre o espaço urbano, favorecem ações perversas para a produção habitacional voltada para os pobres. Cria-se assim, um depósito de pessoas, com muito mais dificuldades de constituição de cidade do que quando da construção dos grandes conjuntos habitacionais, que eram implantados com alguns equipamentos urbanos ou, ao menos, com a previsão deles. É necessário destacar ainda que a lógica do PMCMV se sustenta no modelo de condomínio, o que significa dizer que os moradores são onerados com os custos de serviços que deveriam ser públicos. Esse modelo é incompatível com a renda dos beneficiados, particularmente as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. Ainda que a concretização do sonho da casa própria seja um fator importante para a população pobre, foram identificadas desestruturações de redes de relações familiares e sociais, tal como ocorreu nos anos 1970, com as grandes remoções ocorridas na Ditadura Militar. Vale ressaltar que a confi-

guração em condomínio não só representa barreiras para o entorno urbano, devido ao cercamento, como também representa aumento de percurso para seus moradores, como pode ser verificado na medição realizada para nossa pesquisa.

Assim, duas décadas depois da promulgação da Constituição Federal, que marcou a redemocratização do país, a ação nacional de incentivo à construção de novas unidades habitacionais representa um retrocesso uma vez que tem contribuído para estimular um tipo de ocupação habitacional que não pode ser caracterizada como urbana, no sentido físico e simbólico da integração. Mais do que nunca, o enfrentamento da questão habitacional foi reduzida a uma mera questão de custo de produção da unidade habitacional, ainda que nem todos os projetos deste programa possam ser estritamente encaixados nesta generalização. O mais dramático é que isto está ocorrendo mesmo após uma série de experiências, qualitativamente significativas⁷, que apontaram outros caminhos para intervenções habitacionais. Efetivamente, no que diz respeito aos espaços físicos, o retrocesso fica evidenciado em três aspectos arquitetônico-urbanísticos:

- no desenho dos locais de percursos e permanência dos moradores, que se somam à ausência ou localização inadequada de equipamentos urbanos e espaços públicos, tais como escolas, creches, postos de saúde, espaços para manifestações culturais, praças etc;
- na solução de conjuntos habitacionais semelhantes a condomínios fechados que esvaziam os conjuntos habitacionais da possibilidade de construção de sentido de cidade, uma vez que não favorecem a articulação física com o entorno;
- nas soluções das unidades habitacionais, que pressupõem um padrão familiar semelhante em termos de números de integrantes e composição para todas as famílias, ignorando a expressiva diversidade que já se sobrepõe à família nuclear, além de homogeneizar as atividades cotidianas dos moradores, pressupondo que a moradia é o espaço de atividades meramente domésticas.

Esses três aspectos apresentam caráter tanto quantitativo, quanto qualitativo. No que diz respeito à moradia, observa-se que a construção está sempre em transformação, passando por reformas, adequando-se à estrutura familiar que sofre mudanças ao longo do tempo. Assim, a observação da realidade, revelada em inúmeras pesquisas, já constatou que há uma ação

⁵ Extinto em 1986.

⁶ Lei Federal nº 11.977, de 2009.

⁷ Entre as experiências de produção habitacional merece destaque os programas de autogestão desenvolvidos na cidade de São Paulo, pelo processo e pela qualidade da arquitetura produzida.

constante de readequação o espaço habitacional pelos moradores.

A novidade recente na produção de conjuntos é a sua configuração enquanto condomínio fechado, o que ao excluir o entorno impõe aos pobres uma espécie de autoexclusão. Nem mesmo podemos chamar de cidade o modelo gerado pelos condomínios das classes altas e médias, uma vez que o próprio sentido do termo pressupõe a convivência da diversidade. Conseqüentemente, se as condições físicas dos espaços públicos não são suficientes para estimular este convívio, elas podem contribuir para isto, além de melhorar a acessibilidade e a qualidade dos percursos para a realização das atividades cotidianas.

Destacamos também a rigidez da alvenaria autoportante como sistema construtivo adotada pelas construtoras, que interfere diretamente nas questões de uso dos espaços internos da moradia por não permitir flexibilidade – característica imprescindível para empreendimentos nos quais reformas e ampliações são bastante prováveis, lembrando a dificuldade de que as modificações sejam realizadas com o acompanhamento de profissionais com habilitação técnica.

Contudo, a realidade cotidiana de moradores dos vários tipos de periferias urbanas mostra processos ricos de transformação dos espaços⁸. Andrade e Leitão (2006) revelam a surpreendente transformação de conjuntos habitacionais de blocos de apartamentos no Rio de Janeiro, que mostra que para os moradores é até possível ampliar apartamentos situados nos pavimentos mais altos, sem que isto se dê necessariamente pela sobreposição nas ampliações realizadas em pavimentos inferiores.

Nesse sentido, uma vez que os conjuntos, ou condomínios já foram construídos, o problema consiste em superar a crítica e propor ações e intervenções

consistentes, alinhadas com o desenho de sociedade constituído no projeto popular. Não se trata, portanto, de tentar encaixar um modelo idealizado e também de se render acriticamente à sabedoria popular, pois a negação de acesso ao conhecimento tecnicamente sistematizado representa uma forma de expulsão simbólica da cidade. Foi seguindo essas premissas que foram realizadas duas Oficinas de Intervenção Minha Casa, Minha Vida.

AS OFICINAS DE PROJETO

Uma das nossas premissas fundamentais do trabalho foi perceber o espaço habitacional da população pobre como um espaço de vida, com suas potencialidades e também dificuldades e não apenas como espaços de carências, o que reforçaria um indesejável “discurso da ausência”⁹.

Usamos então um método de pesquisa-intervenção, que é estruturado em torno da realização de projeto arquitetônico-urbanístico de readequação de um complexo de condomínios – seis conjuntos contíguos – do PMCMV, construídos no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro¹⁰. O próprio processo de redesenho do conjunto, considerando o perfil das famílias, suas necessidades, além das suas possibilidades cotidianas e futuras, proporciona uma avaliação mais complexa do padrão de projeto anteriormente realizado. A dinâmica potencial do programa de necessidades das famílias inevitavelmente envolve, na análise, a flexibilidade e a compatibilidade do sistema construtivo com outros sistemas construtivos. Em outras palavras, a realização de um projeto de readequação do complexo habitacional é o método para a sua avaliação.

A crítica ao projeto construído então se deu a partir do confronto da qualidade dos espaços físicos existentes com as condições que seriam minimamente adequadas para a realização da vida cotidiana dos moradores. A intenção foi promover maneiras críticas de pensar e projetar o espaço habitacional, que levassem em consideração a história e a memória coletiva, afrontando a diversidade do presente, e que enriqueçam as estruturas urbanas, favorecendo a realização do direito à moradia. O foco tem sido buscar soluções arquitetônico-urbanísticas cada vez mais sociais e ambientalmente adequadas.

É importante ressaltar que as Oficinas foram desenvolvidas de forma que o exercício projetual fizesse emergir dificuldades relativas às formulações propo-

8 Estudos sobre as intervenções promovidas pela população nas moradias e espaços públicos de conjuntos habitacionais abordam diferentes aspectos que vão da análise quantitativa e qualitativa de alterações nas dimensões, padrão construtivo e tipologias das casas, ao levantamento e avaliação das transformações realizadas nas áreas livres de uso coletivo, passando pela caracterização das diversas formas de apropriação do ambiente construído. Entre os trabalhos desenvolvidos no Brasil, como por exemplo, os de Silva (1984), Ornstein (1992); Medvedovski (1994) e Souza (1994); destacamos as pesquisas desenvolvidas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), não apenas pelo seu caráter pioneiro na crítica à produção padronizada da habitação popular, como também pela ênfase que confere às dimensões simbólicas e não materiais da moradia. Outra característica fundamental do trabalho deste autor – cujos primeiros textos datam do final da década de 1960 é o reconhecimento, a valorização e a incorporação das práticas socioespaciais dos moradores de assentamentos populares no processo projetual da habitação. Ver também o documentário produzido em 2009 por Julia Aguiar e Douglas Aguiar, intitulado *Das garagens*.

9 Conforme ressaltado por Silva e Barbosa (2005).

10 Este método tem inspiração no método cartográfico (Passos, Kastrup e Escossia, 2010).

sitivas, assim como questões importantes para uma avaliação mais rica e coerente com uma produção de qualidade confrontada com a produção do PMCMV. O objetivo principal foi a elaboração de propostas arquitetônicas e urbanísticas de readequação do empreendimento às necessidades físico-espaciais dos moradores, considerando as mais diversas composições familiares e suas formas de uso dos ambientes.

Nesse contexto foram previstas oficinas com moradores e estudantes de graduação e pós-graduação de modo a ampliar o universo de debates sobre as possibilidades de transformação qualitativa dos espaços habitacionais.

A 1ª Oficina de Intervenção foi aberta para es-

tudantes e profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo e realizada após a visita exploratória¹¹ a empreendimentos localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesta visita foram aplicados questionários, feitos registros fotográficos e colhidos alguns depoimentos, sem roteiro prévio.

Invenções do cotidiano¹² e formas de apropriação do espaço físico dentro e fora das unidades habitacionais pelos moradores foram consideradas imprescindíveis para as proposições de cada grupo. Foi com base nelas que os grupos identificaram e interpretaram algumas das necessidades físico-espaciais das famílias.

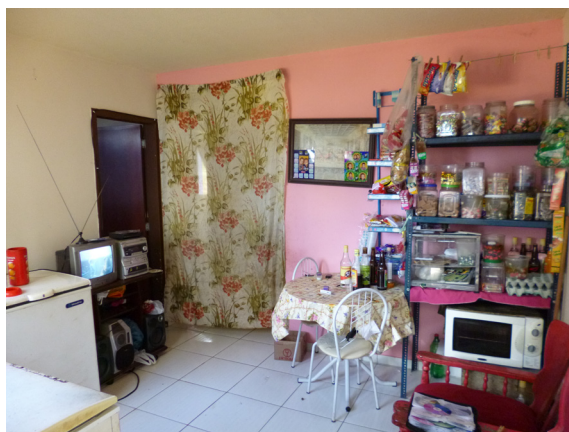
A 1ª Oficina¹³, realizada no PROURB/UFRJ nos dias 15 e 16 de agosto de 2013, foi dividida em três etapas:

1ª etapa: Palestras; 2ª etapa: desenvolvimento das propostas em atelier pelos diferentes grupos; 3ª etapa: apresentação e discussão das propostas de intervenção desenvolvidas pelos participantes.

Na primeira etapa foram realizadas três apresentações sobre: a) exposição da questão e dos empreendimentos na escala do bairro, dos condomínios dos blocos e das unidades habitacionais; b) a transformação de conjuntos habitacionais de blocos de apartamentos; e c) sobre sistemas estruturais, em especial, a alvenaria autoportante. Na segunda etapa, os participantes foram divididos em três grupos distintos. As propostas foram desenvolvidas para o mesmo recorte espacial, porém, cada uma das equipes trabalhou com uma postura diferente no que tange à abordagem da questão estrutural dos edifícios habitacionais. Na terceira etapa foram expostos e debatidos os resultados das propostas.

Até o momento da realização da primeira oficina, não havíamos recebido do Ministério das Cidades maiores detalhes quanto às características do sistema construtivo adotado, embora soubéssemos ser de alvenaria autoportante. Dois ou três meses depois tivemos acesso ao conjunto de documentos que constitui

Figura 2: Fotos de diferentes apropriações de apartamentos.



Fonte: fotos de Luciana Andrade e Rogério Cruz.

11 Nesta visita estavam presentes pesquisadores e bolsistas das equipes do PROURB e do IPPUR.

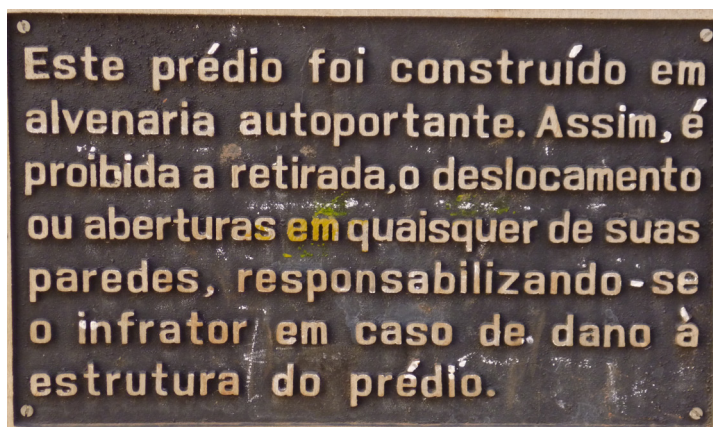
12 Trabalhamos esta expressão tal como Certeau (2012).

13 Na 1ª Oficina de Intervenção PMCMV participaram como orientadores os professores Luciana Andrade, Paulo Fernando Rodrigues e André Orioli, os doutorandos Juliana Demartini e Marcela Abla, o mestre João Paulo Huguenin e o mestrando Rogério Cruz. Foram participantes do Grupo 01: Victor Hugo Fernandes de Brito (Bolsista PIBEX), Marcelo Borges (Bolsista PIBEX), arquiteto, MSc. Rafael Veríssimo, Larissa Virginelli e Arthur Santos; Grupo 02: Ana Luiza Brandão (Bolsista PIBEX), Lucas Pacobahyba (Bolsista PIBEX), Andréa Guimarães, Valério da Silva Oliveira Júnior e Letícia Quintanilha da Silveira; Grupo 03: Isadora Tenório (Bolsista PIBEX), Thiago Coutinho Torres, Carolina de Carvalho G. Trotta e Patrícia Teixeira Carrion.

os projetos arquitetônico e complementares dos empreendimentos.

Ainda que todos os grupos tivessem que apresentar propostas na escala dos empreendimentos, o foco da oficina foi em propostas de intervenção nos blocos de modo a lhes dar mais flexibilidade.

Os Grupos 01 e 03 trabalharam considerando que os blocos de apartamentos foram construídos com alvenaria autoportante, sendo que o primeiro deveria elaborar alternativas de flexibilidade sem reforçar a estrutura, o que seria permitido para o Grupo 03. O primeiro grupo ficou então com o maior desafio, uma vez que lhe caberia buscar caminhos para equacionar a rigidez do sistema construtivo. O terceiro grupo trabalhou com maior liberdade para conceber alterações, pois pôde propor uma estrutura paralela de modo a transformar a alvenaria autoportante em alvenaria de vedação, permitindo assim suportar as intervenções arquitetônicas idealizadas para dar mais flexibilidade aos blocos de edifícios. O Grupo 02 trabalhou com a hipótese de existência de reforço estrutural na própria alvenaria autoportante, realizado no momento da construção por ferragens e graute aplicados nos vazios dos blocos de modo a constituir pilaretes.



Fonte: Acervo CiHabE.

A Figura 04, a seguir, mostra o 'Bloco original' dos edifícios dos condomínios de Santa Cruz, e os resultados físico-formais das propostas dos Grupos 01, 'Alternativa mais barata', a representação do Grupo 01, e a do Grupo 02, 'Alternativa mais cara', em consequência do desafio lançado para cada uma das equipes.

Descreveremos apenas a proposta apresentada pelo grupo 01 por ela ser a que lida com o maior desafio de readequação dos apartamentos e blocos. Na figura 05, apresentada a seguir, é mostrado o bloco

Figura 3: Placa de notificação sobre o sistema estrutural autoportante, afixada em cada bloco de apartamentos.

Figura 4: Bloco original e duas propostas de intervenção.



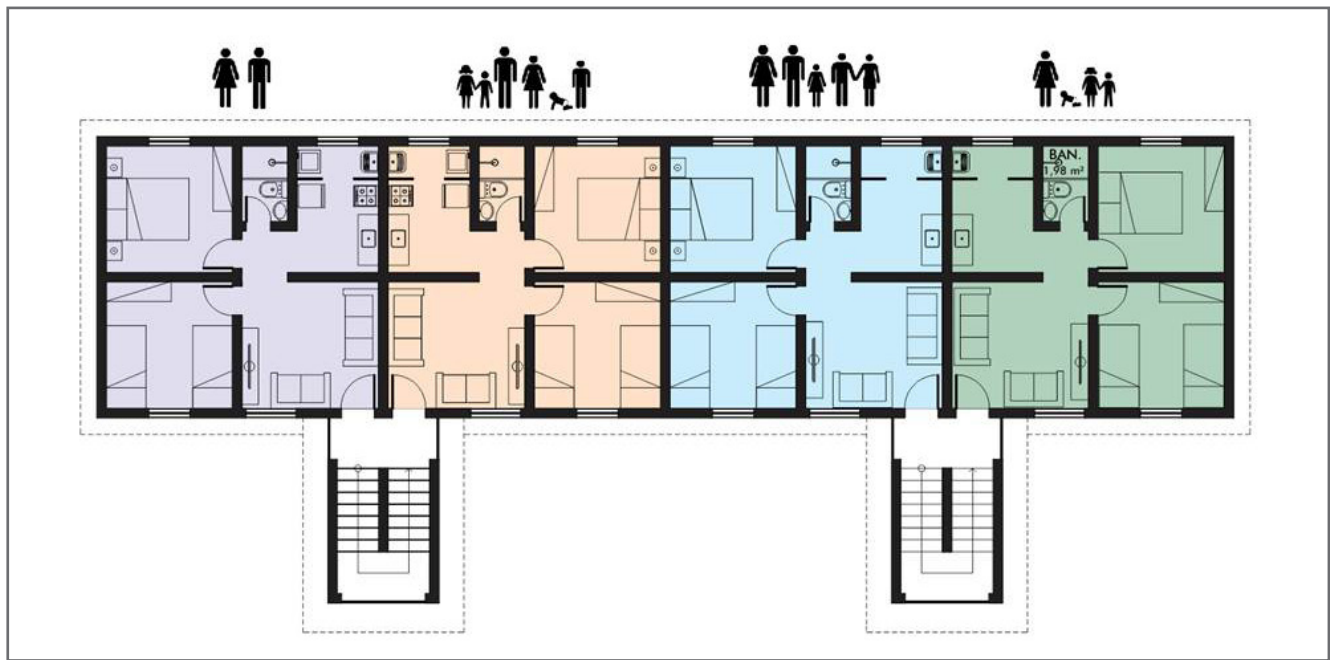


Figura 5:
Planta baixa
original das
unidades
habitacionais do
PMCMV,
Santa Cruz - Rio
de Janeiro/RJ.

padrão que se reproduz nos seis condomínios.

As intervenções concebidas tiveram como base a necessidade de diversidade de plantas para o atendimento de diferentes perfis e necessidades de famílias, que resultou em novas configurações de unidades habitacionais com um, dois, três e quatro quartos, sendo que nas unidades maiores alguns ambientes admitem, além do layout sugerido, outros usos domésticos ou comerciais – como pequenas lojas, salões de beleza ou bares. A proposta de flexibilidade de uso, que complementou a variedade tipológica, foi gerada a partir da identificação de pequenos estabelecimentos comerciais como estes nas unidades habitacionais dos condomínios visitados em Santa Cruz.

Considerando que a única modificação viável era a retirada dos peitoris para a transformação das janelas em portas, ao projeto original foram acrescentadas passarelas articuladas externamente aos cômodos de modo a permitir que um cômodo possa ser incorporado a outra unidade (Figura 06).

Sem dúvida, essa solução é bastante limitada. Tanto devido ao fato de estarmos lidando com a propriedade individual privada como também, ainda que não fosse este o caso, seria necessário um sistema complexo de gestão dos condomínios de modo que fosse possível assessorar a realização e efetivação das transformações de modo que os moradores fossem beneficiados em função do perfil de suas famílias e necessidades, e não de seus recursos para adquirir um imóvel maior. Além disto, as limitações do sistema construtivo são tais que as ampliações previstas implicariam na necessidade de acesso externo aos cômodos extras, o que não só reduziria a privacidade dos

moradores como seria inviável para algumas composições familiares.

Este confronto entre as práticas socioespaciais da população pobre e os espaços de moradia que lhes são destinados com o aval do poder público, colocam a questão sobre a responsabilidade técnica sobre a má qualidade do espaço.

A 2ª Oficina¹⁴ foi realizada nos dias 17 a 20 de março deste ano, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, e contou com estudantes de diferentes períodos da graduação e pós-graduação. Embora as inscrições não restringissem a participação de estudantes de diferentes cursos, com intuito de ampliar o debate transdisciplinar, a procura efetiva foi de arquitetos e graduandos de arquitetura.

A 2ª Oficina também foi realizada em três etapas: 1ª: com colóquio sobre o tema arquitetura, cidade e

14 Na 2ª Oficina de Intervenção PMCMV participaram como coordenadora, Luciana Andrade, e como orientadores os professores Juliana Canedo e André Orioli, as doutorandas Juliana Demartini, Marcela Abla e Jacira Saavedra, os mestres João Paulo Huguenin e Rafael Veríssimo e, e o mestrando Rogério Cruz. Foram participantes do Grupo 01: Loan Tamella, Isabela Couto, Beatriz Jordão, Artur Picamilho, Isadora Tenório de Araujo; Grupo 02: Ana Carolina Moreno, Isabela Peccini, Lucas Fontes, Miriam Lins, Nicole Almeida, Sérgio Porto; Grupo 03: Caio Carvalho, Bruna Linhares, Mayara Frazão, Thiago Torres, Paula Gonçalves; Grupo 04: Carolina Laino, Clara Marques, Isabelle Baroni, Juliana Abreu, Lucas Pacobahyba, Paula Linhares, Vitor Kibaltchich; Grupo 05: Higor Soares, Leonardo Calixto, Ricelli Laplace, Stefany Silva, Vinícius Mattos; Grupo 06: Larissa Pereira, Leandro Sacilotto, Nathália Possamai, Raniellen Bragança, Sany Santana, Victor Huggo.

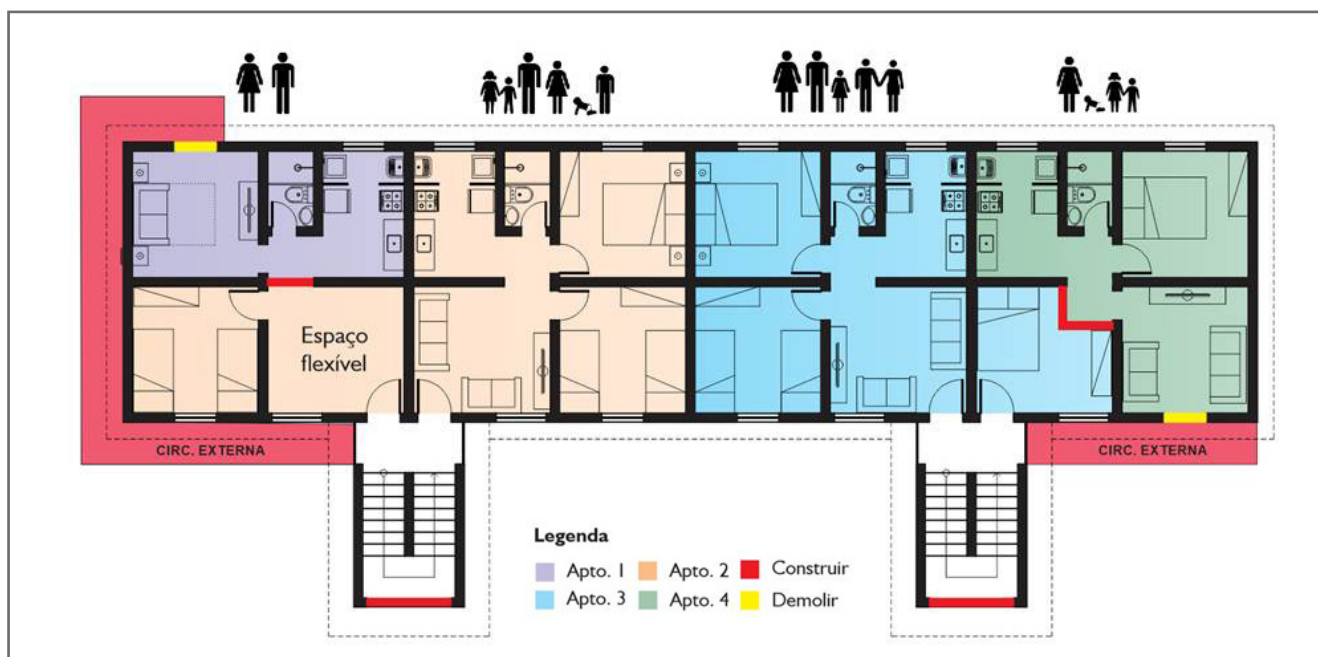


Figura 6: Proposta de variedade tipológica para as unidades habitacionais do PMCMV, Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ.

sociedade; 2ª desenvolvimento das propostas em atelier pelos diferentes grupos; 3ª: apresentação e discussão das propostas de intervenção desenvolvidas pelos participantes. O Colóquio foi realizado com mesas-redondas e debates¹⁵.

No segundo dia iniciaram-se as atividades de atelier de projeto. Aos cinco grupos foi dada a liberdade para escolher os aspectos a serem trabalhados no complexo de empreendimentos do PMCMV de Santa Cruz, desde que fossem consideradas as informações e questões debatidas nas palestras do dia anterior. A concepção dos projetos de readequação se estenderam até o quarto dia. Por fim, foram apresentadas e discutidas as propostas realizadas pelos participantes da 2ª Oficina de Projeto.

Apesar da grande diversidade de propostas apresentadas pelos grupos, identificamos algumas dificuldades e pontos comuns nos resultados. Grandes intervenções seriam necessárias para a requalificação dos conjuntos devido à implantação existente, que desconsidera completamente a relação condomínio X bairro. Sendo assim, para possibilitar o projeto que valorize essa relação, seriam necessárias remoções de alguns blocos e mudar completamente o sistema con-

dominial existente.

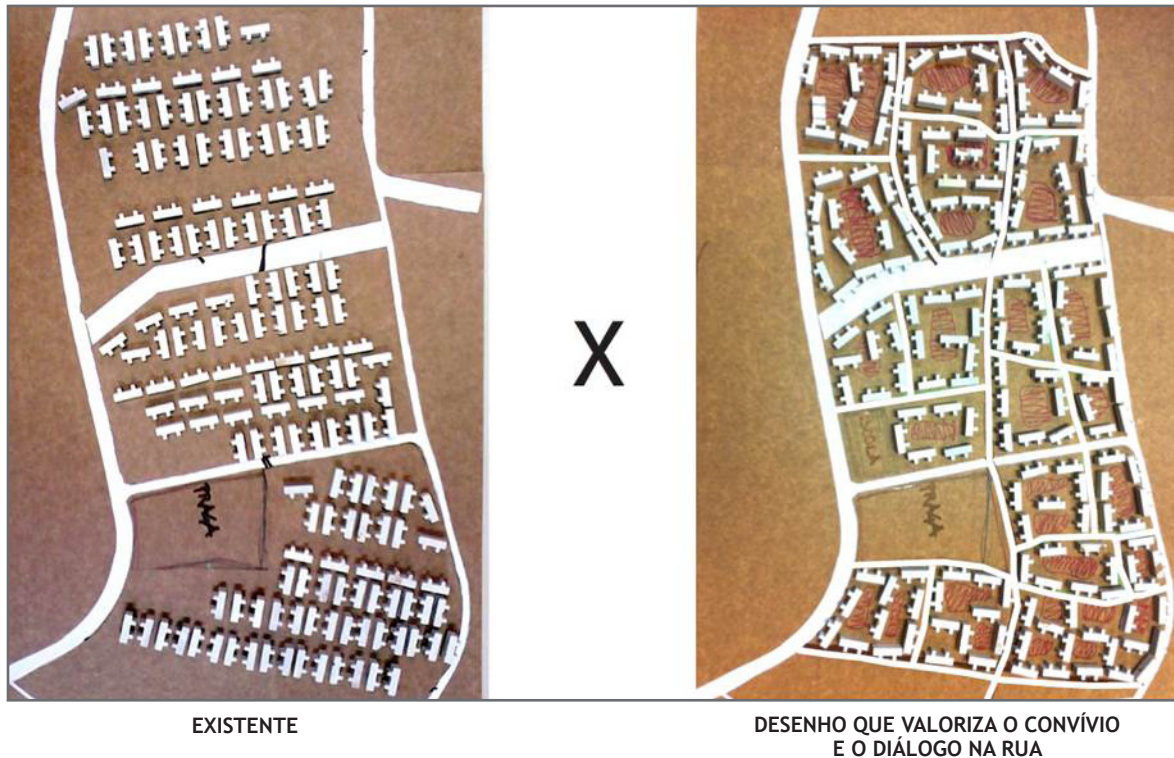
O resultado do workshop confirma a fragilidade e distanciamento do ensino de arquitetura e urbanismo com questões que consideram hábitos e relações socioculturais no que diz respeito a capacidade de propor outras alternativas de projeto. A preocupação meramente estética da forma urbana, desconsiderando a escala do homem e as apropriações do espaço pelas pessoas, aponta para uma metodologia de projeto urbano ainda impositivo e inflexível. Em uma tentativa de transformar o local em bairro, percebeu-se uma grande necessidade de propor equipamentos públicos no entorno dos condomínios. Porém, foram poucos grupos que destacaram a importância de reforçar as conexões com o subcentro da região e prever áreas de expansão do bairro, que é marcado por grandes vazios urbanos. Notamos com isso, que não basta tratar a arquitetura dos blocos descolada do urbanismo, ou seja, o modelo adotado pelas construtoras, que simplesmente reproduz uma mesma tipologia arquitetônica e uma implantação de condomínio fechado, prejudica potencialmente a adaptação e consolidação destes conjuntos ao longo do tempo e a formação de um bairro com qualidades físico-espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes mesmo da conclusão da avaliação sobre a qualidade da produção habitacional do PMCMV, já é possível termos uma noção da dimensão da perversidade arquitetônica e urbanística à qual a população de baixa renda está submetida. No caso específico tra-

15 O evento foi aberto pela professora Luciana Andrade, com exposições do sociólogo Samuel Jaenisch e da bolsista de Iniciação Científica Isadora Tenório, relativa às ações e resultados parciais da pesquisa sobre empreendimentos do PMCMV. Em seguida Leandro Ferreira, Ana Paula Batista e Rosiane Valeria Soares Batista falaram sobre o cotidiano no MCMV. No período vespertino, os professores Cláudio Ribeiro e Diego Portas, da FAU/UFRJ, estimularam, com suas exposições, um debate baseado nas temáticas do Colóquio.

Figura 7: Confronto entre a solução de implantação dos blocos dos empreendimentos da Estrada dos Palmares e exercício de configuração de pátios internos a partir da reorganização dos mesmos blocos. Há uma redução expressiva de espaços residuais em prol da valorização de pátios internos.



Fonte: Acervo CiHabE. Acervo CiHabE.

tado neste artigo, ressaltamos as unidades habitacionais inadequadas às necessidades das famílias, a monofuncionalidade, a má qualidade dos espaços livres, que se configuram como residuais e o desenho urbano que contribui para o aumento do percurso dos moradores. Nesse cenário é bastante difícil imaginar que possa haver alternativas que realmente melhorem a qualidade dos espaços de vida da população.

Entretanto, os resultados decorrentes da 1ª Oficina de Intervenção Minha Casa, Minha Vida, mostraram que é possível reverter um pouco dessa situação ao oferecer novas possibilidades físico-espaciais às unidades, ainda que a técnica construtiva não permita grandes alterações. Com isso, essa atividade projetual ampliou a discussão crítica sobre a produção do PMCMV.

Na 2ª Oficina de Projeto, além de eventuais proposições que efetivamente pudessem ser adotadas para a melhoria das condições urbanísticas dos empreendimentos e seu entorno, conforme mostrado na figura 07, cabe destacar a reprodução de soluções arquitetônicas fechadas, que apontam para a reflexão sobre a formação do arquiteto e os riscos de desenvolvimento de práticas que reforcem o distanciamento entre as soluções técnicas adotadas e as necessidades e potencialidades dos moradores.

A história da produção habitacional recente já mostrou a [ir]responsabilidade dos atores que empreendem esses tipos de projetos de habitação social sem

considerar o que diversas pesquisas já analisaram, particularmente no que tange a adequação dos espaços para a reprodução da vida cotidiana dos moradores.

Podem parecer forte a comparação entre a prática de arquitetos que atuam como profissionais liberais, técnicos da administração pública ou de um banco como a Caixa e até mesmo professores universitários, com os burocratas nazistas. Mas, do mesmo modo que se pôde alegar que se agia cumprindo ordens no contexto da conquista do império idealizado por Hitler, podemos questionar o comprometimento profissional com o tipo de cidade que vem sendo alimentado com os MCMV para a faixa 1.

Como dito anteriormente, no contexto da produção de empreendimentos do PMCMV, o foco desta discussão foi na ação do técnico da Caixa, que supostamente teria mais autonomia para questionar sua falta de qualidade espacial. Entretanto, essa crítica pode e deve ser também estendida para os profissionais da administração municipal e estadual, e aqueles que realizam os projetos.

Há, contudo, que se ressaltar neste contexto o papel desempenhado pelas associações de arquitetos e engenheiros, incluindo o Conselho de Arquitetos e Urbanistas - CAU, e também, como já dito, pelas universidades na formação profissional. Vale ressaltar que, no Brasil, invariavelmente é desprezada a dimensão da vida cotidiana dos pobres na concepção do projeto, mesmo depois de mais de 50 anos

de profícuos debates e práticas que pretenderam uma maior articulação entre a antropologia e a arquitetura (Santos, 1980; Montaner, 2001; Ghirardo, 2002).

Finalizamos, portanto, nos perguntando se, considerando a qualidade geral dos empreendimentos do PMCMV, não estaria imperando na prática de arquitetos e urbanistas uma espécie de banalização do mal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Eliana Santos Junqueira. (2011). **Passos e descompassos da política habitacional no Brasil: Uma análise crítica da implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro - 2009 a 2011**. Niterói: PPGAU/UFF. (Dissertação de Mestrado).
- ANDRADE, Luciana da S. & LEITÃO, Gerônimo E. de A. (2006). Transformação na Paisagem Urbana: favelização de conjuntos habitacionais. In: Silva, Rachel C. M. da. **A Cidade pelo Avesso: Desafios do Urbanismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro/RJ: Viana & Mosley/PROURB-UFRJ. p. 113-132.
- ARENDDT, Hannah. (1999). **Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CERTEAU, Michel de. (2012). **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- GHIRARDO, Diane. (2002). **Arquitetura Contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes.
- JACQUES, Paola Berenstein. (2001). **Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro/RJ: Casa da Palavra.
- MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. (1994). Conjuntos Residenciais: O Imaginário da Produção versus o Imaginário do Consumo. Apresentado no **Seminário Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, outubro (mimeo).
- MONTANER, Josep Maria (2001). **Depois do Movimento Moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili.
- ORNSTEIN, Sheila et. al.(1992). **Avaliação Pós-ocupação (APO) - Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco - Carapicuíba - SP**. São Paulo: COHAB-SP/CEF/FUPAM, (6 vol.).
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1980). Quando e como pode um arquiteto virar antropólogo? In: Velho, Gilberto (coord.). **O desafio da cidade. Novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, pp. 37-57.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981). **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Zahar.
- SENNETT, Richard (2012). **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro/RJ: Record.
- SILVA, Jailson de S.; Barbosa, Jorge L. (2005). **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac-Rio/[X]Brasil.
- SILVA, Sandra Monarcha Souza. (1984). **O Projeto Rio e a Favela da Maré**. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ. (Dissertação de Mestrado)
- SOUZA, Célia Ferraz. (1994). Um Resgate de Cidade Jardim: a Vila do IAPI. Apresentado no **III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Carlos/SP: Mestrado em Arquitetura/EESC/USP. Setembro. ■

Maria Lígia de Oliveira Barbosa

O sistema de ensino superior e a formação do homem culto

Na entrevista desta edição, a professora Maria Lígia de Oliveira Barbosa nos fala sobre a relação complexa entre o funcionamento do sistema de ensino superior e os mecanismos de produção e organização das desigualdades nas sociedades modernas. A socióloga analisa a valorização diferenciada dos diversos títulos escolares e sua contribuição para a legitimação das hierarquias entre os grupos sociais. Na sua visão, a passagem pelo sistema universitário, enquanto etapa do processo de construção do homem culto, reafirma os aspectos academicista e patriarcalista da nossa sociedade.

Nas duas últimas décadas, o ensino superior brasileiro viveu uma expansão bastante significativa, acompanhada de um processo de diversificação de sua estrutura. De que modo as ciências sociais podem ajudar na compreensão do funcionamento do sistema de ensino superior e do seu papel na produção e organização das desigualdades nas sociedades modernas?

Como disse antes, o tema do ensino superior é sempre atraente, seja nas conversas informais seja nos colóquios científicos. Nas conversas comuns, o ensino superior aparece como aspiração 'natural', como solução para alguns tipos de problemas sociais e econômicos, como espaço da inteligência, competência, seriedade. Em colóquios científicos, talvez por um irresistível pendor psicanalítico de quem apostou todas as suas cartas no mundo acadêmico, há uma busca permanente de explicação dos sentidos e significados do

Entrevista realizada por Carolina Zuccarelli, editora da revista e-metropolis e doutoranda em Sociologia (PPGSA/UFRJ).

Maria Lígia de Oliveira Barbosa

é professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia da UFRJ. É coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior e recentemente organizou o livro Ensino superior: expansão e democratização, com uma série de trabalhos que ajudam a compreender o quadro atual e os desafios que se abrem para a institucionalização de um ensino superior de qualidade no Brasil.

mligiaifcs@gmail.com

ensino superior em cada sociedade. Mesmo que essas avaliações não tomem a forma direta nem apareçam com esse nome. Na verdade, essas questões permeiam todo o discurso crítico e autocrítico sobre as atividades acadêmicas.

Entretanto, indo um pouco além das conversas entre amigos, são variadas as abordagens das ciências sociais sobre os sistemas de ensino superior. A expansão e diversificação do ensino superior brasileiros nas duas últimas décadas têm gerado importantes discussões sobre o seu significado que se tornou particularmente importante num país com níveis muito baixos de escolarização. Nesse sentido, uma contribuição específica da abordagem sociológica seria o levantamento de hipóteses que oferecessem explicações para algumas das dimensões propriamente sociais desse processo de expansão.

Como bem sabemos, a valorização diferenciada dos diversos diplomas configura um problema de pesquisa sociológica que passa tanto pela discussão dos significados e definições do mérito como fator organizador das hierarquias sociais modernas quanto pela correta compreensão das formas de funcionamento dos sistemas de ensino e da produção das credenciais escolares. Há uma relação complexa entre o funcionamento do sistema de ensino e o mercado de trabalho, e vários estudos indicam que compreender de maneira adequada essa relação é uma chave essencial para explicar não só os diversos mecanismos de hierarquização das competências e qualificações no mercado de trabalho como também para entender como a passagem por instituições do sistema de ensino afeta as chances de vida e de desenvolvimento profissional e pessoal. Enfim, como funcionam alguns dos mecanismos de produção e organização das desigualdades nas sociedades modernas.

No livro¹, você usa dois modelos com perspectivas opostas - o credencialista e o meritocrático - para analisar as percepções sobre os diferentes diplomas do atual ensino superior brasileiro. Como você enxerga o sentido da valorização dos títulos escolares e a sua contribuição para a organização desigual da sociedade?

Os modelos credencialista e meritocrático nos permitem entender melhor essa relação de que falei. São formas diferentes de valorizar e dar sentido ao ensino, à passagem pelo sistema de ensino. Em qualquer um

A valorização diferenciada dos diversos diplomas configura um problema de pesquisa sociológica que passa tanto pela discussão dos significados e definições do mérito como fator organizador das hierarquias sociais modernas quanto pela correta compreensão das formas de funcionamento dos sistemas de ensino e da produção das credenciais escolares.

dos níveis. Mas me parece importante destacar essas perspectivas no que diz respeito ao ensino superior, exatamente pelos possíveis avanços na sua democratização no momento em que mais pessoas das classes populares conseguem chegar aqui. A predominância de um modelo ou do outro pode afetar profundamente as chances de aproveitamento com sucesso da formação obtida no ensino superior.

Numa versão mais radical dos sistemas ditos credencialistas, os títulos escolares ou credenciais acadêmicas aparecem como simples marcas sociais, sem qualquer conteúdo relevante. Nesse caso, não haveria uma ligação razoável entre o que a escola ensina e aquilo que se faz no trabalho. Numa sociedade que funcione mais fortemente segundo esse modelo, a instituição escolar apareceria apenas como um mecanismo de legitimação da herança social através da diplomação dos filhos das famílias mais afluentes, sem qualquer papel importante na transmissão de conhecimentos ou na preparação técnica para o trabalho. Nesse sentido, os diplomas superiores teriam um valor meramente posicional. Isso é: um indivíduo portador de um diploma universitário, mesmo que não tenha aprendido nada, que desconheça princípios elementares de qualquer trabalho, seria valorizado porque socialmente ele é visto como superior aos que não tenham esse diploma.

A segunda forma de valorização do sistema de ensino é aquela que podemos chamar meritocrática. Nesse caso, supõe-se uma associação positiva entre o que é ensinado na escola e aquilo que se necessita ou que se utiliza na vida econômica, no mercado de trabalho, nas empresas. Também ganha relevância a discussão sobre o lugar tomado pela ciência nas sociedades modernas: o conhecimento científico adquiriu enorme legitimidade e deslocou os saberes tradicionais (religiosos ou místicos) para se tornar a base principal de legitimação das hierarquias entre diferentes grupos sociais.

É importante notar que não se trata de uma forma

¹ BARBOSA, Maria Ligia de (org). Ensino superior: expansão e democratização. Rio de Janeiro, 7Letras, 2014.

Também ganha relevância a discussão sobre o lugar tomado pela ciência nas sociedades modernas: o conhecimento científico adquiriu enorme legitimidade e deslocou os saberes tradicionais (religiosos ou místicos) para se tornar a base principal de legitimação das hierarquias entre diferentes grupos sociais.

de tornar as pessoas iguais. O mérito aparece como uma das características da sociedade moderna como sendo um critério mais legítimo para hierarquizar as pessoas. Em diversas sociedades, considera-se legítimo que quem estudou mais receba salários maiores do que quem estudou menos. A ideia de mérito aparece aqui não como uma utopia igualitária, mas como um critério mais legítimo que a origem familiar para se aceitar sucessos de uns e fracasso de outros. Nesse sentido, a ideia de mérito vem associada no trabalho que fazemos não a uma ideologia meritocrática, mas a um critério mais ou menos efetivamente utilizado para hierarquizar as pessoas.

Por isso é importante diferenciar um sistema de ensino que produza meros marcadores sociais de outro sistema que produza aumento efetivo de conhecimento e realmente capacite seus egressos a disputar postos de trabalho e posições sociais por razões de merecimento. Não por ser, na expressão popular, filhinho de papai rico ou poderoso. Um sistema mais fortemente credencialista apenas permitiria que diferentes pessoas se apresentassem para a disputa social. No caso da sociedade brasileira, ainda muito pouco meritocrática, não é difícil verificar quem seriam os ganhadores e perdedores. Já um sistema com características mais meritocrática habilitaria de forma efetiva os indivíduos que passaram por esse sistema de ensino para disputar as melhores posições sociais. O conhecimento efetivamente detido pelos indivíduos tenderia a fazer mais diferença que a origem social. O que tornaria as hierarquias sociais mais legítimas e até mesmo justas.

Em que medida a valorização distinta de títulos escolares indica maior proximidade da sociedade brasileira como um modelo meritocrático ou credencialista?

No caso do Brasil, os dados indicam que temos um sistema fortemente credencialista, que aparece desde a legislação que concede privilégios na prisão a bandidos diplomados até em dimensões mais refinadas do

ponto de vista analítico, como é o caso do formato dos cursos, dos conteúdos curriculares em diferentes áreas e, eu diria, até na deficiência de engenheiros, matemáticos e outros profissionais de áreas científicas que demandam uma formação mais pesada. Essa é uma questão em que eu gostaria de investir mais, porque acredito que a melhor compreensão do funcionamento das diferentes áreas de produção de conhecimento, das forças sociais que aí atuam é um campo central para a pesquisa sociológica. No mínimo, para que se pare de afirmar que brasileiro é bom de bola e ruim de matemática. É onde se verifica que não se trata da ordem natural das coisas, como se dizia antigamente. Seja a forma do sistema de ensino, sejam os avanços nos diferentes campos científicos, sejam as formas de ensinar, sejam os modos de produzir ciência, todos sofrem impactos e se redesenham a partir dos modos sociais de lidar com cada um deles.

Alguns autores sugerem que o alongamento e a diversificação da escolarização formal são parte das estratégias elitistas de manutenção do poder, numa perspectiva que entende a educação como critério dominante de hierarquização social. Qual o papel da classe média na manutenção das desigualdades escolares e na definição do mérito pela educação?

Eu tenderia a concordar com esses autores. No caso brasileiro, um estudo de Chico Ferreira (que foi da PUC-Rio) mostra que com toda expansão do nosso sistema de ensino e algumas das poucas melhorias nele introduzidas, mesmo assim, a origem social é um fator mais importante para determinar a renda dos indivíduos do que a escolaridade. Uma das hipóteses que o autor levanta é que as classes médias teriam condições muito mais fáceis de acessar e determinar regras para o sistema de ensino. E, sendo assim, teriam condições de também desenvolver estratégias que garantissem que continuariam tendo privilégios no sistema social. Claro que isso demanda mais es-

Seja a forma do sistema de ensino, sejam os avanços nos diferentes campos científicos, sejam as formas de ensinar, sejam os modos de produzir ciência, todos sofrem impactos e se redesenham a partir dos modos sociais de lidar com cada um deles.

tudo, mas não é difícil ver os modelos utilizados no processo de expansão do sistema de ensino superior como parte de estratégias desses grupos privilegiados. A elite não entrega o ouro tão facilmente... A exclusividade e o privilégio concedidos ao diploma puramente bacharelesco e acadêmico em detrimento de formações tecnológicas ou das licenciaturas seriam uma evidência nessa direção. Desde que se compreenda que estratégia não é um plano diabólico, combinado nos porões ou nas garagens das elites para não deixar os pobres estudarem. Estratégia é trabalhar para fazer valer um conjunto de regras sociais que reforçam o meu grupo. Cada um faz isso de maneira natural. Sem intenções previamente concertadas. Cabe aos analistas perceber o que significa efetivamente a execução dessas regras, quais são seus resultados práticos. Esses começam a se desenhar em cursos de licenciatura vistos como sendo ‘coisa pra pobre’ ou ‘atividade de segunda linha’ dentro das grandes e prestigiadas universidades do sistema público. Mas também na transformação de cursos técnicos e tecnológicos em arremedos de bacharelados, sem oferecer uma efetiva formação prática e técnica e ministrando disciplinas fracas do ponto de vista teórico ou científico. Nesses cursos, claramente, o sistema tende ao mais absoluto credencialismo...

No livro você aponta uma série de ineficiências econômicas e sociais no sistema de ensino superior brasileiro. É possível atribuí-las à força dos títulos acadêmicos, que valoriza os bacharelados em detrimento das licenciaturas e cursos tecnológicos? Em que medida esse academicismo representaria um retrocesso na forma de dominação, reafirmando o bacharelismo/patrimonialismo contra uma perspectiva mais técnica ou profissional?

Como diria Jack, o estripador, vamos por partes. Acredito que o academicismo seja responsável por ineficiências sociais e econômicas. No primeiro caso, pelo que disse logo acima. Os jovens oriundos das classes populares têm vindo com bastante força para as licenciaturas, deixadas de lado pelos filhos de ‘boas famílias’. E, ao fim do curso, recebem um diploma, legal e teoricamente igual aos colegas que fizeram o bacharelado. Na prática, esses jovens descobrem que esse diploma não é tão igual. O mesmo vale para os jovens que vão para os cursos tecnológicos, de duração semelhante àquela que cursam seus colegas nas engenharias. Então, parece – ainda precisamos tornar isso mais evidente, com fortes pesquisas de acompanhamento de egressos, por exemplo – que os jovens

A elite não entrega o ouro tão facilmente... A exclusividade e o privilégio concedidos ao diploma puramente bacharelesco e acadêmico em detrimento de formações tecnológicas ou das licenciaturas seriam uma evidência nessa direção.

mais pobres que chegaram à universidade não tiveram um sucesso tão grande. Mesmo quando conseguem terminar o curso, o que nem sempre acontece. As promessas de aumento da igualdade de oportunidades não foram cumpridas. Uma incompetência social grave. Também uma grave ineficiência.

As ineficiências econômicas apareceriam nas dificuldades encontradas pelos empresários para recrutar profissionais mais qualificados. Desde um garçom até um engenheiro.

Quanto à associação entre academicismo e patriarcalismo é o próprio Weber que faz uma primeira alusão ao problema. Segundo ele, a pedagogia do cultivo – um dos traços centrais da visão academicista do que deveria ser a universidade – é a forma didática por excelência da dominação patrimonial. Dessa perspectiva, a passagem pelo sistema universitário não significa ter acesso a uma formação científica. Ela é uma etapa do processo – iniciado na família, obviamente de elite – de produção do homem culto. Dessa forma, o academicismo também se liga ao credencialismo: o indivíduo que passa pela universidade não vai aprender alguma coisa para se firmar no mercado de trabalho. Ele vai se preparar para participar de bucólicas conversações nos salões da nobreza tropical, para discutir os rumos do mundo numa boa uisqueira. Ele não é um cientista ou um profissional: ele é um homem culto.

O academicismo também se liga ao credencialismo: o indivíduo que passa pela universidade não vai aprender alguma coisa para se firmar no mercado de trabalho. Ele vai se preparar para participar de bucólicas conversações nos salões da nobreza tropical, para discutir os rumos do mundo numa boa uisqueira. Ele não é um cientista ou um profissional: ele é um homem culto.

ensaio

Débora Santana de Oliveira

Desafios à corporificação do direito à vida

no espaço urbano da metrópole carioca

Débora Santana de Oliveira

é doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Pesquisadora do Observatório da Prostituição IPPUR/UFRJ e do Grupo de Estudos em Geografia Política, Gênero e Sexualidade IGEO/UFF/Niterói.

debsantol@gmail.com



Em certa passagem do artigo *A burrice do demônio*, Hélio Pellegrino afirma que “Paz é virtude coletiva, política, edificada com os outros. Ela implica, portanto, e de maneira radical, respeito ao Próximo, escuta atenta, modéstia”.

Na busca pela “paz” nas metrópoles – espaços por excelência onde mecanismos de poder se ocultam sob modelos dominantes de “ordem” urbana que, via de regra, asseguram a (re) produção do espaço a partir de intencionalidades construídas pelos e para os grupos hegemônicos - muitas são as estratégias discursivas e representacionais acionadas a fim de conformar imaginários sociais que recusam a força estruturante da dialética entre permanências e rupturas inscritas na materialidade e no cotidiano dos indivíduos que as habitam.

Na metrópole carioca, o discurso localista do restabelecimento da “paz” tem contribuído para ocultar processos que legitimam as execuções sumárias, estigmatizam grupos populacionais, destroem a sociabilidade, mascaram a luta pela existência em contextos antagônicos construídos por sucessivos processos de modernização que ignoram a necessidade de melhoria das condições básicas da vida urbana.

Nos processos de (re)organização do palco onde

a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da existência – o espaço, muitas vezes, boa parte da população não se vê ou não consegue participar das decisões que incidem sobre o seu cotidiano e, via de regra, obstaculizam a corporificação de direitos, isto é, a materialização na dimensão individual irredutível do corpo, do sujeito de direitos previsto e garantido nas normativas jurídicas em matéria de direitos humanos, aqui e agora.

A corporificação dos direitos humanos adere à situação imediatamente vivida e/ou experimentada cotidianamente pelos sujeitos em diálogo com o conjunto dos atores e de agentes que tecem as tramas e os dramas inerentes às disputas, ações e lutas políticas em torno dos usos, contornos e controles sobre o espaço.

Deste modo, as práticas discursivas e operacionais que fazem referência ao sujeito de direitos na sua forma abstrata e a um espaço vazio de relações, terminam por incrementar o quadro de violações de direitos existentes, tal como temos assistido na metrópole carioca na atualidade. Onde estão as linhas que separam o “nós” e o “eles”? Estamos falando de uma humanidade comum, na qual se reconhece direitos iguais? Ou de uma humanidade que é direito de alguns, enquanto outros são expulsos dela? ■









Eliana Kuster

Das paixões despertadas pelas cidades

Mário Quintana, em seu poema “O Mapa”, nos revela o segredo: uma cidade é um corpo. Podemos nos familiarizar tanto com ela que passamos, como o poeta, a senti-la como parte da nossa própria anatomia. Conhecer suas ruas, becos, vielas, casarios, costumes, como quem sabe de cor os sinais, cicatrizes, cor dos olhos e textura da pele de um ser amado. Quem sabe, conhecê-la como a nós mesmos, Quintana aponta.

É possível fazer uma cartografia dos afetos que nos movem pelas ruas de uma cidade? Parece ser essa a pergunta que a coleção “Dicionário Amoroso das Capitais Brasileiras”, da Editora Casarão do Verbo, pretende responder. Seus livros buscam traçar um mapa das cidades capitais no Brasil, mas, de forma bem diversa dos guias turísticos tradicionais, sem se preocupar com indicações de hotéis e restaurantes, melhores locais para compras, faixas de preço e horários de funcionamento. O que os livros dessa coleção pretendem é fazer ver cada cidade através dos olhos de alguém que é apaixonado por elas.

Em um formato que lembra realmente o de organização dos dicionários, os livros da coleção desenvolvem-se através de verbetes dispostos em

ordem alfabética intercalados com algumas ilustrações que remetem aos pontos abordados no texto. Não há uma ordem obrigatória de leitura, podemos apenas abrir ao acaso ou consultar verbetes específicos. Os escritores – um para cada capital – seguem uma escrita leve, descontraída, como em uma conversa informal com o leitor.

O primeiro livro, escrito por Altair Martins, nos traz a cidade de Porto Alegre através de verbetes como ‘Elis Regina’, ‘Guaíba’, ‘Largo dos Açorianos’ e ‘Pôr do sol’. Misturam-se em suas páginas, portanto, personagens, lugares e elementos impalpáveis que caracterizam a cidade. Neste último, o autor parece concentrar seu afeto pela capital gaúcha, quando afirma: Porto Alegre é especial por sua luz, uma luz de incidências cheias, que resiste até que o sono a vence. As águas levam as cores a pique. É quando a noite recolhe tudo. Na camomila do horizonte, a cidade dorme.

Já no segundo livro encontramos Salvador, apresentada por João Filho. Passeamos pela ‘Lagoa do Abaeté’, pela ‘Cidade Baixa’, conhecemos o conjunto ‘Camisa de Vênus’ (do qual ficamos sabendo que “não é uma banda, é um insulto”), a ‘Mãe Menininha do Gan-

*Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...*

(E nem que fosse o meu corpo!)

Eliana Kuster

é arquiteta, doutora em Planejamento Urbano e Regional, professora do IFES - Instituto Federal do Espírito Santo.

elianakuster@gmail.com

Filho, João. Dicionário Amoroso de Salvador. Anajé: Casarão do Verbo, 2014. 256 p.

Martins, Altair. Dicionário Amoroso de Porto Alegre. Anajé: Casarão do Verbo, 2013. 256 p.

tois' e o 'Sebo Brandão'. A soma de todos esses aspectos pretende nos oferecer um vislumbre da capital baiana desenhado por alguém que a conhece para além dos pontos-chave e já bastante famosos.

Já estão prontos também os Dicionários Amorosos de Curitiba e Recife, que vêm somar-se ao conjunto das capitais apresentadas pela coleção e enriquecem o panorama diverso apresentado pelas cidades brasileiras.

Junto com o conhecimento mais estruturado sobre o espaço urbano, que apoia-se em mapas, estatísticas, pesquisas e dados cadastrais, a proposta desse conjunto de livros é adicionar mais uma possibilidade: um saber movido pelo afeto, guiado por aqueles que amam o espaço que estão apresentando e se sentem confortáveis nele. Se tal enfoque corre sempre o risco de pecar pela parcialidade e pela ausência da objetividade, por outro lado, a possibilidade de um olhar amoroso para uma cidade pode se mostrar capaz de entrar em recantos inacessíveis por meios mais

diretos de apreensão. A delicadeza da percepção afetiva faz de cada cidade uma descoberta única, um panorama original e uma viagem inédita para quem se decide a iniciá-la.

Entrando totalmente no espírito da cidade que apresenta, o autor do guia sobre Salvador nos presenteia com um verbete sobre uma das características mais alardeadas dos baianos: a preguiça. Ficamos a especular que essa atitude -definida como "um tipo altamente desenvolvido de contemplação amorosa do mundo" - talvez seja o espírito certo para se apreciar uma cidade. Afinal, se formos dar ouvidos à afirmação de Rubem Braga de que "aprender uma cidade é na verdade uma coisa lenta, é preciso saber alguma coisa e precisamos andar distraídos, bem distraídos para reparar nessa alguma coisa...", a coleção que apresenta as nossas capitais através desse olhar permeado de afeto e perscrutador dos detalhes pode revelar-se ser uma boa maneira de começar a experimentá-las. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

